

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

**NOTÍCIAS DE VIOLÊNCIA E CRIME NO JORNAL  
NACIONAL: DO MEDO DO CRIME AO CONTROLE  
DA ORDEM**

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

**Ana Carolina Cademartori**

**Santa Maria, RS, Brasil**

**2012**



**NOTÍCIAS DE VIOLÊNCIA E CRIME NO JORNAL  
NACIONAL: DO MEDO DO CRIME AO CONTROLE DA  
ORDEM**

**Ana Carolina Cademartori**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Área de Concentração em Psicologia da Saúde, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de  
**Mestre em Psicologia.**

**Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup> Adriane Roso**

Santa Maria, RS, Brasil

2012

Ficha catalográfica elaborada através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Central da UFSM, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Cademartori, Ana Carolina

Notícias de violência e crime no Jornal Nacional: Do medo do crime ao controle da ordem / Ana Carolina Cademartori.-2012.

135 p. ; 30cm

Orientadora: Adriane Roso

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, RS, 2012

1. Psicologia Social Crítica 2. Violência 3. Crime 4. Jornal Nacional 5. Análise de Discurso Francesa I. Roso, Adriane II. Título.

**Universidade Federal de Santa Maria  
Centro de Ciências Sociais e Humanas  
Programa de Pós-Graduação em Psicologia**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,  
aprova a dissertação de mestrado

**NOTÍCIAS DE VIOLÊNCIA E CRIME NO JORNAL NACIONAL: DO  
MEDO DO CRIME AO CONTROLE DA ORDEM**

elaborada por  
**Ana Carolina Cademartori**

como requisito parcial para obtenção do grau de  
**Mestre em Psicologia**

**COMISSÃO EXAMINADORA:**

**Adriane Roso, Dr<sup>a</sup>**  
(Presidente/Orientadora)

**Neuza Maria de Fátima Guareschi, Dr<sup>a</sup>** (UFRGS)

**Dorian Mônica Arpini, Dr<sup>a</sup>** (UFSM)

Santa Maria, 26 de março de 2012.



## AGRADECIMENTOS

Inicialmente, gostaria de agradecer à minha orientadora, *Adriane Roso*, pela acolhida, pela dedicação, pela paciência e incentivo. Sua orientação foi essencial para a realização desta pesquisa. Sou grata pela atenção que recebi durante esses anos de trabalho. Levarei os ensinamentos para onde quer que eu esteja. Obrigada por ter sido mais que uma orientadora.

Aos membros da banca examinadora, *Neuza Maria de Fátima Guareschi*, *Dorian Mônica Arpini* e *Luís Fernando Lofrano de Oliveira*, por terem aceitado dedicar seu tempo precioso na leitura desta dissertação e pelas importantes contribuições e questionamentos feitos para o desenvolvimento e conclusão desta pesquisa.

Aos professores e funcionários do *Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Maria* por terem compartilhado seus conhecimentos e experiências.

À minha mãe, *Elizabeth Cademartori*, e à minha avó, *Eny Cademartori*, pelo carinho, amor e amparo de todas as horas. Obrigada por terem acreditado em mim e me oferecerem a base necessária para que eu pudesse “caminhar com as minhas próprias pernas”.

Ao meu marido e companheiro de empreitadas, *Rafael Abelin*, por compreender minhas ausências nestes dois últimos anos de nossas vidas. Obrigada por ter estado do meu lado nos momentos mais difíceis desta jornada, por ter me oferecido seu ombro e por ter enxugado minhas lágrimas quando levava mais de quatro horas para escrever um parágrafo.

Ao colaborador de iniciação científica, *Thiago Alves*, por ter sido um importante interlocutor na construção desta pesquisa. Agradeço, também, pela valiosa relação de amizade que construímos nestes dois anos de convivência.

Aos colegas de mestrado, especialmente ao *Moises Romanini*, à *Carlise Cadore* e ao *Guilherme Correia*, por terem feito esse momento se tornar mais leve, agradável e instigante. Levarei, com muito carinho, o aprendizado que compartilhamos e os laços que estabelecemos.

Ao *Grupo de Pesquisa “Saúde, Minorias Sociais e Comunicação”* pela acolhida, pelos momentos de aprendizado intenso e pela bonita relação que construímos.

Ao professor *Arnaldo Chagas* que acompanhou meus primeiros passos na vida acadêmica e através de suas reflexões despertou meu interesse pela Psicologia Social e pela Análise de Discurso.





Ao professor *Francis Almeida* e ao grupo de estudos “*O Inominável*” vinculado ao curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Maria pelas preciosas discussões e indicações de leitura.

Ao *Otávio Fontoura Neto* e ao *Gustavo Dalla Costa* pelo apoio técnico.

Agradeço a tod@s amig@s que me apoiaram nesta hora, especialmente, à *Walesca Prates*, à *Viviane Costa*, à *Fabiana Jorge* e ao *Rossano Maicá*, pelo carinho e consideração e, sobretudo, pela paciência em me ouvir falar repetidas vezes sobre minhas dificuldades e descobertas no decorrer desta pesquisa.

À *CAPES* e ao *Programa REUNI*, pelo apoio financeiro.

Enfim, a tod@s que, de algum modo, contribuíram para a realização desta dissertação, pois hoje tenho a certeza de que não se faz nada sozinho@!



## Amanhã aconteceu

Que é notícia?  
Um hoje que nunca é hoje,  
um amanhã que é já ontem  
entre ontens que se perdem  
no anteontem dos anos  
no tresantontem dos lustros...  
Que é notícia?  
Amanhã acontecido,  
notícia é sempre um depois,  
é um a viver vivido...  
Que é notícia?  
Notícia é devoração!  
Aí vai ela pela goela  
que há-de engolir tudo e todos!  
Aí vai ela, lá foi ela!  
Nem trabalho de moela  
retém notícia...  
Notícia sem coração!  
Que é notícia?  
*Cão perdeu-se! Por que não?*  
*Cão achou-se! Ainda bem!*  
Ainda melhor, por sinal,  
se o cão perdido e o achado  
forem um só e o mesmo  
«lidos» no mesmo jornal!  
Que é notícia?  
Damos notícia um ao outro  
do nosso interesse comum.  
Fui *Cavalheiro* amanhã.  
Ontem *Senhora* serás.  
Como eu não há nenhum!...  
Que é notícia?  
Quando o primeiro tortulho  
se abre no céu (silhueta  
que em símbolo se tornará)  
onde estou, estouvava eu?  
Estava com a tia Henriqueta...  
Que é notícia?  
Fechada para balanço,  
tia Queta dormitava.  
Com a folhinha nos joelhos,  
do tortulho, que treslera,  
já em feto se engelhava...  
Que é notícia?  
Das convulsões deste mundo  
dava meu pai a versão:  
- Ailitla por toda a Europa...



O guarda-roupa, meu filho,  
varia, a tragédia não...  
Que é notícia?  
O bom do velhote ia  
na terceira dentição...  
Que é notícia?  
Alcatruz que se abalança  
a tornar à sua água?  
Já o de Éfeso sabia:  
não se molha duas vezes  
o lenço na mesma mágoa...  
Que é notícia?  
Notícia em primeira mão  
na minha mão infantil:  
o papagaio empinado  
no claro céu da manhã,  
meu jornal publicado  
por cima de tanto afã...  
Mas terá sido notícia?  
Que é notícia?

Alexandre O'Neill  
*De Ombro na Ombreira* (1969)  
*In Poesias Completas*  
Lisboa, Assírio & Alvim, 2000



## **RESUMO**

Dissertação de Mestrado  
Programa de Pós-Graduação em Psicologia  
Universidade Federal de Santa Maria

### **NOTÍCIAS DE VIOLÊNCIA E CRIME NO JORNAL NACIONAL: DO MEDO DO CRIME AO CONTROLE**

AUTORA: ANA CAROLINA CADEMARTORI

ORIENTADORA: Dr<sup>a</sup>. ADRIANE ROSO

Local e Data de Defesa: Santa Maria, 26 de março de 2012.

Este estudo tem como objetivo principal investigar os discursos sobre violência e crime veiculados no/pelo Jornal Nacional, da Rede Globo de Televisão, com o intuito de interpretar as possíveis estratégias discursivas relacionadas aos processos de saúde/doença. Os objetivos específicos foram: realizar um estudo quantitativo referente às notícias sobre violência e crime veiculadas no JN; analisar as condições de produção das notícias sobre violência e crime; buscando conhecer os possíveis sentidos produzidos nos conjuntos de enunciados presentes no discurso e identificar as distintas tipologias que caracterizam os discursos presentes no corpus de análise. Os seguintes crimes foram enfocados: Homicídio; Lesão Corporal; Extorsão; Tortura e Furto ou Roubo. Como base teórico-metodológica, nos apoiamos na Psicologia Social Crítica e na Análise de Discurso Francesa, considerando que ambas se propõem a perceber o ser humano como produto histórico-social e sujeito ativo na construção e transformação da sociedade. Os resultados indicam que das 49 edições gravadas, 29 edições apresentam notícias sobre violência e crime incluídas na delimitação da pesquisa, perfazendo um total de 59,18% das edições gravadas. As informações transmitidas sobre a problemática da violência e do crime centram-se, especialmente, nas classificações furto ou roubo e homicídio. Através de nossa análise qualitativa, percebemos que o JN ao abordar a problemática da violência e do crime não estabelece relações diretas com os processos de saúde e doença. Além disso, verificamos que o funcionamento discursivo tende para o tipo de discurso autoritário, ou seja, encontramos predominantemente a reincidência da paráfrase nas notícias submetidas à análise. Portanto, ao encontrarmos a dominância da paráfrase, percebemos a repetição dos sentidos e não o contrário, a ruptura com os sentidos postos.

**Palavras-chave:** Psicologia Social Crítica, Violência, Crime, Jornal Nacional, Análise de Discurso Francesa.





## **ABSTRACT**

Master's Thesis  
Postgraduation Program in Psychology  
Federal University of Santa Maria

### **VIOLENCE AND CRIME NEWS ON 'JORNAL NACIONAL': FROM THE FEAR OF CRIME TO CONTROL**

AUTHOR: ANA CAROLINA CADEMARTORI

ADVISOR: Dr<sup>a</sup>. ADRIANE ROSO

Local and Date of Defense: Santa Maria, March 26, 2012.

This paper aims to investigate the speeches about violence and crime broadcasted on 'Jornal Nacional' news program on 'Rede Globo de Televisão', in order to interpret the possible oration strategies related to the processes of health and disease. Its specific objectives were: carry out a quantitative study concerning to the news on violence and crime shown on 'JN' news television program; analyze the conditions of producing news about violence and crime trying to know the plausible senses produced in the groups of statements present in their discourses and identify the distinct typologies that characterize the words in the body of analysis. The following crimes were focused: homicides, body injuries, extortion, torture, theft or robbery. As its theoretical and methodological basis, we searched for support on Critical Social Psychology and on French Speech Analysis, considering that both of them propose to perceive the human being as a social and historical product and as an active factor in constructing and transforming the society. The results indicate that, from the 49 recorded editions, 29 ones present news on violence and crime, adding up to 59.18% of all the recorded editions. The information broadcasted about the violence and crime problems are, especially, theft, robbery and homicides. Through a qualitative analysis, it is noticed that 'JN' does not establish relations with health and disease processes. Moreover, it is verified that the discourse functioning tends to be authoritarian, that means, it is predominantly found the relapse of paraphrase in the news subjected to analysis. Therefore, when the dominance of paraphrase is found, the repetition of senses is seen and not the opposite, the disruption with the established senses.

**Key words:** Critical Social Psychology, violence, crime, 'Jornal Nacional', French Speech Analysis.



## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Levantamento das Categorias Referente a Abril/Maio de 2011 .....	50
Gráfico 2 - Levantamento das Notícias Referente aos Blocos de apresentação de Abril/Maio de 2011 .....	51
Gráfico 3 - Levantamento das Notícias Referente aos Estados Brasileiros de Abril/Maio de 2011 .....	52
Gráfico 4 - Levantamento Referente aos Apresentadores das Notícias de Abril/Maio de 2011 .....	52
Gráfico 5 - Levantamento Referente ao Tempo de Notícias por Bloco .....	53



## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1 – Classificação das Notícias Referente de Abril/Maio de 2011 .....	50
Quadro 2 - Classificação/ Pauta das Notícias Por Dia .....	57



## **LISTA DE ANEXOS**

### **ANEXO 1**

**QUADRO GERAL ..... 110**

### **ANEXO 2**

**DVD – EDIÇÃO DAS NOTÍCIAS ..... 112**





## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>13</b>
<b>1 PSICOLOGIA SOCIAL CRÍTICA DA SAÚDE: SINTONIZANDO COM A ANÁLISE DE DISCURSO .....</b>	<b>20</b>
<b>1.1 O surgimento da análise de discurso: perspectivas e filiações teóricas .....</b>	<b>22</b>
<b>1.2 Princípios e Procedimentos Fundamentais da Análise de Discurso Francesa .....</b>	<b>24</b>
<b>2 “CONTORNOS” DA PALAVRA VIOLÊNCIA .....</b>	<b>29</b>
<b>2.1 Violência e criminalidade no Brasil: alguma relação com a pobreza? .....</b>	<b>33</b>
<b>3 CONSIDERAÇÕES SOBRE OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO: FABRICAÇÃO DA NOTÍCIA TELEVISIVA .....</b>	<b>40</b>
<b>4 PROCEDIMENTOS E MÉTODO DE PESQUISA .....</b>	<b>46</b>
<b>5 CLASSIFICANDO NOTÍCIAS: UMA ANÁLISE QUANTITATIVA .....</b>	<b>48</b>
<b>5.1 Algumas considerações .....</b>	<b>53</b>
<b>6 APRESENTAÇÃO DO CORPUS: POR UMA ANÁLISE QUALITATIVA DOS DISCURSOS SOBRE VIOLÊNCIA E CRIME .....</b>	<b>56</b>
<b>6.1 Condições de Produção: Histórico do Jornal Nacional e da Rede Globo de Televisão .....</b>	<b>58</b>
<b>6.2 A Construção Do Corpus Discursivo .....</b>	<b>63</b>
<b>7 A SOCIEDADE INSEGURA: FORMAS DE CONTROLE E VIGILÂNCIA .....</b>	<b>66</b>
<b>8 A PRODUÇÃO DO RISCO: PROLIFERANDO O MEDO SOCIAL .....</b>	<b>84</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>100</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>104</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>109</b>



## INTRODUÇÃO

A inserção dos meios de comunicação de massa em todas as esferas da vida social é um fato considerado incontestável. Tal inserção proporcionou um impacto significativo nas experiências e nos padrões de interação característicos das sociedades modernas. O conhecimento que temos dos fenômenos e fatos sociais deriva, em grande parte, das informações que recebemos dos aparelhos midiáticos. Sabemos se a economia de nosso país mantém-se estável ou encontra-se em declínio, por exemplo, quando abrimos as páginas do jornal ou quando ligamos nossos aparelhos de televisão. O papel dos meios de comunicação no contexto moderno é tão relevante que não podemos nos posicionar indiferentemente em relação à ele, sobretudo, frente as transformações produzidas pelo surgimento e difusão dos aparatos tecnológicos da mídia (Thompson, 2007).

Por meios de comunicação de massa entendemos como sendo “a produção institucionalizada e a difusão generalizada de bens simbólicos através da transmissão e do armazenamento da informação/comunicação” (Thompson, 2007, p. 288). Não podemos deixar de enfatizar as transformações ocorridas, a partir do surgimento e expansão dos novos meios técnicos, na forma como agimos e interagimos uns com os outros. Dessa forma, os novos meios técnicos tornam possíveis novas formas de interação social. No entanto, não quer dizer que estes meios determinem a organização social sem complexidade ou dificuldade. Os novos meios técnicos além de alterarem ou subverterem as tradicionais formas de interação social, servem também para reestruturar as relações sociais existentes, bem como, as instituições que pertencem (Thompson, 2007).

A sociedade contemporânea vive um momento em que os meios eletrônicos se tornaram o agente difusor de formas simbólicas (mensagens, falas, imagens, etc.). Segundo Thompson (2007), a disseminação das formas simbólicas através dos aparatos midiáticos se tornou fundamentalmente um modo de transmissão cultural. Sendo assim, a sociedade moderna é, cada vez mais, uma sociedade eletronicamente mediada. Isto quer dizer que, os modos de transmissão orais e escritos foram fortemente abalados e, até mesmo, substituídos pelos meios eletrônicos. A comunicação de massa possibilita uma forma específica de interação que pode ser entendida como uma quase-interação mediada. A interação quase-mediada se caracteriza, predominantemente por uma via de mão única, haja vista que as formas nas quais os receptores podem responder ou comunicar-se com os transmissores são significativamente limitadas.

O perigo disto consiste na criação de verdades hegemônicas, o que pode não abrir espaços para formas singulares de viver. Assim, Thompson (2007) salienta que nesse modo de pensar a sociedade, de entender a produção de “verdades”, podemos inserir a questão comunicacional televisiva. A partir do surgimento e desenvolvimento da televisão amplia-se a relevância e a penetrabilidade da quase-interação mediada nas sociedades modernas, ou seja, é com a disseminação dos aparelhos televisivos que a quase-interação mediada legitima-se. Compreende-se que a televisão exerce “influência na constituição do imaginário humano, mas não num caráter estritamente emissionista” (Ramos, 2006, p. 33). Entende-se que aquilo que é dito e veiculados pelos meios de comunicação, em geral, passa por uma reorganização por parte do telespectador, no momento em que está acontecendo tal interação. Assim, consideramos que os telespectadores não são agentes passivos deste processo de comunicação, pelo contrário, eles resignificam as formas simbólicas.

Um dos fenômenos sociais mais debatidos nos meios de comunicação de massa e, portanto, no cotidiano das pessoas é a problemática da violência e do crime, consequência da crescente violência e crimes que ocorrem no contexto atual brasileiro. A temática da violência e do crime tem sido o alvo das conversas e discussões cotidianas, o que tem sido apontado em estudos sobre a temática. Vizinhos, amigos, colegas e familiares, seja em público ou nos espaços privados de suas residências, quando se encontram têm abordado, muitas vezes, em seus assuntos rotineiros, o problema do crime e da violência. De fato, como salientou Caldeira (2000), “a vida cotidiana e a cidade mudaram por causa do crime e do medo... a fala do crime alimenta um círculo em que o medo é trabalhado e reproduzido, e no qual violência é a um só tempo combatida e ampliada” (p. 27).

Podemos encontrar vários relatos de violência nos mais diversos espaços de convivência humana, incluindo o ambiente rural e as regiões interioranas. Assim, pode-se observar que a problemática do crime e da violência está presente tanto nas cidades quanto na vida rural; ou seja, mesmo aqueles habitantes de pequenas cidades ou de espaços rurais, muitas vezes se deparam com a problemática da violência e do crime. Para exemplificar essa questão, recorre-se a uma pesquisa realizada pelo sociólogo e pesquisador, do Instituto Sangari, Júlio Jacobo Waiselfisz, onde enfatiza o aumento significativo da violência, sobretudo, o aumento da ocorrência de homicídios nas regiões interioranas do Brasil. De acordo com o levantamento realizado, em dez anos (1997-2007), os homicídios aumentaram 37,1% nas cidades do interior do país, sendo que nas grandes cidades e regiões metropolitanas reduziram 19,8% e 25%, respectivamente. A pesquisa concluiu que o município de Juruena, localizado no Mato Grosso, com população estimada de 6,6 mil pessoas, possuía uma taxa de

139 homicídios para cada 100 mil habitantes. Dessa forma, a pesquisa aponta de forma incisiva, o aumento de homicídios nas regiões interioranas, na qual, nomeia de “Interiorização da Violência”.

A interiorização da violência tem sido noticiada nos meios de comunicação, levando os cidadãos a reconhecerem o problema (às vezes jamais presenciado diretamente por eles) e a comporem muitas de suas conversas cotidianas a partir da temática midiaticizada do crime da violência. Ou seja, a fabricação pelas mídias de massa do acontecimento da violência e do crime “produz efeitos de realidade criando uma visão mediática da realidade que contribui para criar a realidade que ela pretende descrever” (Champagne, 1997, p. 75). Todavia, a atuação da mídia sobre o acontecimento e sobre a realidade não se (re)produz no vácuo; o acontecimento fabricado se soma às subjetividades dos sujeitos, sujeitos que já possuem uma interpretação das coisas, dos fatos, do mundo.

Ao compreendermos esse processo de midiaticização do crime e da violência, pensamos poder estar contribuindo com o campo da psicologia social da saúde à medida que o crime e a violência afetam, diretamente ou indiretamente, a saúde das pessoas e da sociedade em geral. É o que enfatiza Minayo (2006) quando sugere a inclusão do tema da violência na pauta de discussões do setor da saúde. Embora, a violência, em si, não seja uma questão de saúde pública nem um problema médico específico, esta afeta fortemente a saúde. Juntamente com as doenças crônicas e degenerativas, as violências e os acidentes configuram, atualmente, uma nova questão no quadro de problemas de saúde no Brasil e no mundo. Além disso, considerando a gravidade das consequências advindas da problemática da violência e da incidência de crimes, também, nas ações políticas e, conseqüentemente, na agenda pública, acreditamos que nosso estudo poderá somar-se aos esforços em direção à elaboração e implementação de políticas públicas de saúde.

Esta pesquisa se insere em um projeto de nível superior intitulado “*Cenários Midiáticos/Institucionais, Relações de Poder e Representações: Desafios atuais na Saúde*”, cujo objetivo geral é promover elementos teórico-práticos para a promoção da saúde, através do contínuo questionamento sobre as relações de poder e sobre as verdades que permeiam as narrativas e os discursos cotidianos de diferentes atores sociais. Toma como ponto de partida as estratégias de comunicação que circulam nas instituições de saúde, nas mídias de massa, e em grupos sociais diversos. Soma-se, também, a um estudo realizado pela discente, durante a graduação em Psicologia, quando interessou-se pela primeira vez, na disciplina de metodologia da pesquisa, ainda de maneira elementar, pela problemática da delinquência na adolescência.

No decorrer do período de graduação, suas inquietações em relação ao fenômeno da violência foram se tornando cada vez maiores. O resultado disto se materializou na produção do Trabalho de Conclusão de Curso, no qual foram abordadas algumas questões referentes à criminalidade juvenil, intitulado: “*A criminalidade juvenil no contexto atual*” (Cademartori & Chagas, 2007). Acredita-se que este trabalho deu início a uma longa trajetória, no qual a discente vem percorrendo, pois trata-se de um fenômeno amplo, complexo, multifacetado e que não permite simplificações. Ainda, posteriormente, na Especialização em Sociologia, incluindo a perspectiva das ciências sociais, a discente abordou o imaginário social da violência através de uma análise discursiva sobre mídia impressa, resultando no trabalho intitulado: “*A construção do imaginário social da violência*” (Cademartori & Santos, 2009).

Neste momento, nossa pretensão é dar continuidade aos estudos, tendo em vista o aprofundamento das questões que envolvem o fenômeno da violência e do crime no Brasil e, suas articulações com os meios de comunicação, mais especificamente, o discurso jornalístico. Portanto, nosso trabalho será realizado através de uma análise do discurso das notícias sobre violência e crime veiculadas no Jornal Nacional da Rede Globo de Televisão. Consideramos importante destacar que não se objetiva a exaustividade nem tampouco a completude em relação ao objeto de estudo. Assim, pensamos estar em consonância com as bases da Análise de Discurso, pois concordamos com Orlandi (2009, p. 62) quando afirma que “... todo discurso se estabelece na relação com um discurso anterior e aponta para outro”. Dessa forma, não existe discurso fechado e, sim, um processo discursivo que permite recortes e análises diferentes. Portanto, o objeto é inesgotável (Orlandi, 2009).

A relevância da temática para o campo da Psicologia Social da Saúde é sustentada, entre outros elementos, como, por exemplo, pelos dados sociodemográficos e estatísticos. Soares (2007) ressalta que as maiores vítimas da violência no Brasil têm características bem peculiares, pois são sobretudo os jovens pobres e negros, do sexo masculino, entre 15 e 24 anos que têm sido vítimas letais da violência, causando até, um déficit de jovens do sexo masculino na estrutura demográfica brasileira. Para o referido autor, os vértices da violência e criminalidade no Brasil variam de acordo com cada região e estado do país, não permitindo, dessa forma, nenhum tipo de generalização, ou seja, nosso país é tão diverso que não admite simplificações, principalmente quando se refere a um fenômeno tão complexo e multifacetado como o da violência e do crime nas cidades.

O alto índice de violência e de crimes apresentado em estatísticas atuais também serve para justificar esse estudo, embora pensamos que toda estatística deva ser olhada com cautela. Os dados estatísticos a respeito dos crimes que vêm ocorrendo no contexto urbano brasileiro

podem ser encontrados em diversas publicações. Contudo, serão apresentadas a seguir as estatísticas que foram publicadas no livro “*Cabeça de Porco*” de Mv Bill, Celso Athayde e Luiz Eduardo Soares (2005). Os referidos autores, através de uma pesquisa realizada por aproximadamente quatro anos sobre a criminalidade juvenil em diversos estados brasileiros, contribuíram singularmente para a reflexão e o debate social a respeito da problemática da violência no Brasil.

Segundo a estatística apresentada através da pesquisa supracitada, no ano de 2003, foram assassinadas 6.624 pessoas. Nesse cenário, 179 pessoas foram mortas por latrocínio e 1.195 foram mortas em ações policiais no estado do Rio de Janeiro. Assim, 7.998 pessoas foram vítimas letais da violência, considerando uma estimativa de 53,8 por 100 mil habitantes.

Esse tipo de dado, acreditamos, é quase o “carro chefe” de muitas reportagens. Nos parece que o tema da violência e do crime nos espaços urbanos nunca foi tão exposto e visualizado nas mídias de massa quanto nas últimas décadas, seja por sua importância enquanto fenômeno de preocupação social ou/e pela possível banalização da violência existente em nosso cotidiano.

Considerando a influência, alcance e legitimidade que os meios de comunicação e, sobretudo, a televisão alcançaram no contexto contemporâneo, torna-se de suma importância analisar seus discursos. Tal influência e legitimidade podem ser constatadas nas situações mais simples da vida cotidiana, isto é, na maioria das vezes a televisão, enquanto espaço midiático, determina o que devemos comer e vestir, como devemos nos comportar, em que e em quem devemos acreditar e, principalmente, o que devemos comprar. É o que apontam Pedrinho Guareschi e Osvaldo Biz (2005), quando afirmam que, a mídia assume um papel fundamental na sociedade contemporânea, quer dizer, é a mídia que dita a pauta dos assuntos cotidianos, que seleciona as notícias que devem ser discutidas pela população, que constrói a realidade e que agrega caráter valorativo aos temas. Para ser considerado verdadeiro e legítimo pela sociedade, basta ser veiculado pela mídia e, nesse sentido, se a mídia decidir que algum determinado tema não deva fazer parte da discussão da população, ela tem o poder de excluí-lo da pauta, isto é, a população discute aquilo que a mídia decide ser passível de discussão.

Seguindo o mesmo viés, Pedrinho Guareschi (2004) pondera que a mídia atualmente constrói a realidade, tomando aqui realidade enquanto algo que existe, que tem valor, que legitima e significa a vida cotidiana. Em outros termos, atualmente sabemos se alguma coisa ou algum fato existe somente se este está sendo abordado pela mídia, caso contrário, nem

tomamos seu conhecimento. Pode-se exemplificar esta afirmação de modo bastante claro e simples. Suponhamos um diálogo que ocorre com muita frequência atualmente, entre duas pessoas durante o intervalo de trabalho, nas quais iniciam a seguinte conversa: “Você sabe se conseguiram prender os assaltantes do banco?” “Olha, não devem ter prendido aqueles caras, não. Senão iria estar em todos os jornais!” “Ah, é verdade.” Nas palavras do autor: “A mídia tem, na contemporaneidade, o poder de instituir o que é, ou não, real, existente” (Guareschi, 2004, p. 83).

Portanto, este estudo tem como relevância a freqüente exposição do fenômeno social da violência e do crime através da mídia, pois os meios de comunicação e, neste caso, o JN da Rede Globo, pode ser considerado um dos grandes agentes veiculadores da problemática do crime e da violência no contexto contemporâneo brasileiro.

Temos como meta contribuir com os estudos que buscam desmistificar a suposta “neutralidade” das formas simbólicas, compostas pela linguagem midiática, mostrando que são produzidos diferentes modos de sentido dos fenômenos psicossociais, e tentaremos fazer isto, através da Análise de Discurso. Dessa forma, nosso objetivo geral é investigar os discursos sobre violência e crime veiculados no Jornal Nacional, da Rede Globo de Televisão, com o intuito de interpretar as possíveis estratégias discursivas relacionadas aos processos de saúde/doença. Além disso, temos como objetivos desta investigação: (a) realizar um estudo quantitativo referente às notícias sobre violência e crime veiculadas, durante os meses de abril e maio de 2011, no Jornal Nacional da Rede Globo de Televisão; (b) analisar as condições de produção<sup>1</sup> das notícias do Jornal Nacional sobre violência e crime: Quem fala? Para quem fala? Como fala? Em quais situações?; (c) conhecer os possíveis sentidos produzidos nos conjuntos de enunciados presentes no discurso telejornalístico sobre violência e crime que fazem imbricar fatos sócio-históricos, lingüísticos e psicossociais e; (d) identificar as distintas tipologias que caracterizam os discursos presentes no corpus de análise, ou seja, distinguir os diferentes modos de funcionamento do discurso que podem ser caracterizados por diferentes tipologias, quais sejam: discurso autoritário, discurso polêmico e discurso lúdico.

Estruturamos essa dissertação do seguinte modo:

No primeiro capítulo, traçamos um panorama de nossa filiação teórica e metodológica, abordando alguns aspectos da Psicologia Social Crítica da Saúde, aproximando-a da perspectiva da Análise de Discurso Francesa. Este primeiro capítulo se subdivide em duas

---

<sup>1</sup> Por condições de produção entendemos como sendo, fundamentalmente, o contexto na qual o discurso é produzido. As condições de produção incluem os sujeitos e a situação, ou seja, em sentido estrito trata-se das circunstâncias da enunciação e, em sentido amplo trata-se do contexto sócio-histórico e ideológico (Orlandi, 2009a).



partes interconectadas, nas quais serão trabalhados conceitos fundamentais da Análise de Discurso Francesa, como também, abordaremos sua constituição histórica e, por conseguinte, sua filiação teórica.

No capítulo seguinte, foram discutidas algumas questões referentes à definição de violência e de crime. Além disso, problematizaremos, a partir de uma reflexão crítica, o entendimento tradicional acerca da violência e do crime no Brasil, questionando as possíveis relações existentes entre violência, crime e pobreza. No terceiro capítulo, foram apresentados conceitos específicos referentes aos meios de comunicação de massa, sobretudo, no que diz respeito ao telejornalismo e a televisão.

No quarto capítulo, apresentamos nossos procedimentos de pesquisa, bem como, explicitamos o método utilizado para a realização desta. Posteriormente, no quinto capítulo, apresentamos os resultados da pesquisa empírica, analisando-os quantitativamente. Terminada a análise quantitativa, passamos para a parte qualitativa de nossa pesquisa que aborda os discursos sobre a violência e crime veiculados no/pelo JN, ou seja, no sexto capítulo apresentamos nosso corpus de análise, expondo detalhadamente sua construção e constituição.

Os dois últimos capítulos comportam a análise propriamente dita, ambos amparados na perspectiva metodológica da AD Francesa. Sendo assim, estes dois capítulos trazem como elemento principal a elaboração de dois eixos analíticos, construídos a partir da verificação dos processos parafrásticos e polissêmicos que compõem o discurso sobre a violência e a criminalidade no JN, quais sejam: 1) A sociedade insegura: formas de controle e vigilância e 2) Convivendo com o risco: a proliferação do medo social.



# **1 PSICOLOGIA SOCIAL CRÍTICA DA SAÚDE: SINTONIZANDO COM A ANÁLISE DE DISCURSO**

Consideramos importante demarcar o lugar de onde falamos e, a partir de quais perspectivas estamos olhando para o fenômeno em questão. Dessa forma, a Psicologia Social Crítica, enquanto campo teórico e metodológico, constitui uma das bases que sustenta este projeto de pesquisa. Nesta perspectiva, a psicologia social crítica objetiva não somente a complexificação do simples, a diversidade teórica e metodológica, a interlocução entre as diferentes áreas da psicologia, como também, a posição ético-reflexiva em relação aos seus compromissos sociais e políticos (Strey et al., 1998).

A Psicologia Social Crítica se propõe a superar a perspectiva adaptacionista e comportamentalista da Psicologia Social tradicional advinda, principalmente, da Psicologia Social Norte-americana. As críticas ao modelo adaptacionista iniciaram na França e na Inglaterra e, posteriormente, chegam aos países latino-americanos através do Congresso Interamericano de Psicologia, realizado na cidade de Miami em 1976, sendo os psicólogos latino-americanos seus principais protagonistas. Em consonância com a mudança de paradigma, a nova Psicologia Social ganha contornos mais evidentes e recebe algumas qualificações como Psicologia Social Crítica, Psicologia Social Histórico-Crítica e Psicologia Sócio-Histórica. Ora, tais qualificações apontam para a visão crítica que esta abordagem assume que, até então, a Psicologia Social tradicional desconsiderava. Sob a perspectiva da Psicologia Social Crítica o ser humano é concebido como produto histórico-social e sujeito ativo na construção e transformação da sociedade (Strey et al., 1998).

Com base na referida concepção de ser humano, a Psicologia Social Crítica rompe com a primazia do individual sobre o social e, enfatiza a importância da relação indivíduo e sociedade. Dessa forma, propõe a construção de um espaço de interlocução em que tanto o social quanto o individual estejam implicados. Portanto, esta é uma “Psicologia Social que vai além da simples assertiva de ‘um ser humano no social’ mas de ‘um ser humano social’ com base na convicção de que não há possibilidade do humano sem ser no social” (Strey et al., 1998, p. 15).

Em consonância com a Psicologia Social Crítica nasce, recentemente, a Psicologia Social Crítica da Saúde. De fato, a Psicologia Social Crítica da Saúde torna-se uma alternativa frente à Psicologia (Social) da Saúde. A Psicologia da Saúde relaciona-se diretamente à mudança de comportamento, conduta, hábitos e sintomas. Nesta perspectiva, trabalha-se na

direção da mudança de comportamento dos indivíduos, objetivando torná-los mais saudáveis e adequando-os aos padrões de comportamentos exigidos pela sociedade. Neste sentido, o que se espera da Psicologia (Social) da Saúde é que ela dê conta dos conflitos e possa servir aos interesses da sociedade capitalista. Sendo assim, a Psicologia (Social) da Saúde é produto da modernidade e adota uma concepção de saúde pessimista, individualizante e discriminatória (Roso, 2007).

Em contrapartida, a Psicologia Social Crítica da Saúde, apoiada na Psicologia Social crítica, como afirma Roso (2007) percebe o ser humano como pessoa-relação e se contrapõe à visão de ser humano como indivíduo. Para tanto, as noções de saúde e doença são entendidas como uma construção social e coletiva e, estão relacionadas à visão de mundo e à cultura de cada comunidade. Não existe apenas uma forma de saúde e doença, mas sim, muitos entendimentos sobre doença e saúde. De maneira geral, a Psicologia Social Crítica da Saúde está preocupada, principalmente, com a transformação social, considerando o saber popular como peça chave para alcançar uma postura crítica e propositiva. Por sua vez, Roso (2007, p. 133) afirma que:

Esse modelo tem como características principais a dialogicidade, a valorização dos saberes populares, socialmente construídos e partilhados (Representações Sociais), a utopia, a análise das relações de poder, e a ética do cuidado, que é, ao mesmo tempo, crítica e propositiva: enfim, um modelo baseado numa cosmovisão comunitário-solidária.

Não resta dúvida de que existem muitas maneiras de analisar o que estamos propondo nesta pesquisa, que tem como ponto central as notícias sobre violência e criminalidade veiculadas pelos meios de comunicação. Pensamos que a Análise de Discurso é uma proposta teórico-metodológica que está em sintonia com a perspectiva da Psicologia Social Crítica da Saúde. Ela fornece o suporte necessário para abordarmos nossas questões de pesquisa. Sendo assim, trazemos, para este trabalho, alguns aportes teóricos relacionados à Análise do Discurso (AD) francesa, buscando refletir sobre como as formas simbólicas sobre violência e criminalidade, que circulam em um noticiário televisivo, podem funcionar como um dispositivo discursivo de produção/reprodução do imaginário social<sup>2</sup> da violência e do crime.

---

<sup>2</sup> O imaginário social, segundo Castoriadis (1982), é a criação indeterminada de figuras, formas e imagens a partir das quais a realidade é produzida. O imaginário social possibilita uma significação da realidade, pois a realidade não pode ser percebida por si só, ela necessita de mecanismos que possibilitem sua significação.

## 1.1 O surgimento da análise de discurso: perspectivas e filiações teóricas

A Análise de Discurso se constitui como método e como perspectiva teórica nas ciências sociais e humanas, como também, oferece ferramentas de investigação científica. Entendemos a Análise de Discurso como um meio de colocar em prática a função da linguagem no centro dos estudos dos processos sociais. Pesquisadores de diferentes áreas como a sociologia, a psicologia social, a antropologia, a história, entre outras, têm utilizado o conceito de discurso e a própria Análise de Discurso como ferramenta teórica e metodológica para analisar e interpretar problemas respectivos aos domínios que se inserem (Iñiguez, 2004). Nas ciências sociais e humanas, em geral, vem se produzindo um intenso movimento no campo da metodologia e da teoria. Algumas concepções metodológicas e a ênfase na linguagem foram, ao longo do tempo, se conectando a outros métodos e, gradualmente, acabaram se convertendo em novas perspectivas teóricas propriamente ditas, transformando as concepções teóricas precedentes. A Análise de Discurso é um exemplo claro desse processo de transformação teórica. É o que afirma Iñiguez (2004) no seguinte trecho, em relação a Análise de Discurso:

A saber, que além de ser uma alternativa metodológica, a reflexão teórica que deu origem a AD e que a acompanha em seu desenvolvimento está provocando um efeito sumariamente interessante. Portanto, nos dias de hoje, o que devemos destacar com relação à AD não é sua importância como método e sim o fato de que ela é uma perspectiva a partir da qual podemos analisar os processos sociais (Iñiguez, 2004, p.53).

Iñiguez (2004) acrescenta que existem múltiplas perspectivas em relação à Análise de Discurso, incluindo princípios, características e procedimentos diferentes. Originalmente, a expressão “Análise de Discurso” identificava uma área da lingüística. Entretanto, a Análise de Discurso não é, atualmente, exclusividade da lingüística já que conta com inúmeras contribuições de outros campos do saber. Todas essas contribuições geraram afiliações disciplinares muito diferentes ocasionando práticas heterogêneas. No entanto, todas correntes da Análise de Discurso compartilham da análise do idioma em seu uso, seja ele falado ou escrito.

De acordo com Nogueira (2008), as razões que explicam o crescimento da utilização da Análise de Discurso, como perspectiva teórico-metodológica e como ferramenta de investigação, são significativamente complexas. Todavia, existem dois fatores essenciais

nesse processo e que estão intimamente relacionados. O primeiro fator diz respeito à insatisfação com as abordagens positivistas e tradicionais nas ciências sociais. E, o segundo refere-se ao crescente interesse por perspectivas alternativas como, por exemplo, a Teoria Crítica, o pós-estruturalismo, a crítica social e o pós-modernismo. A interligação desses fatores resultou em um intenso movimento conhecido como “Giro Lingüístico”.

O “Giro Lingüístico” é uma expressão muito utilizada nos anos 70 e 80 para demarcar uma forte mudança na filosofia e nas ciências sociais e humanas, que passou a enfatizar o papel da linguagem nos processos sociais. É interessante destacar que essa mudança teve efeitos e implicações que ultrapassam o simples aumento na ênfase dada à linguagem. O “giro lingüístico” colaborou com a construção de novos conceitos sobre a natureza do conhecimento, tanto do senso comum como do científico, o que permitiu o surgimento de novos significados para aquilo que compreendemos ser a realidade, seja ela social, cultural, natural ou física. Sendo assim, possibilitou o surgimento de novas modalidades de investigação ocasionando em outro contexto teórico e metodológico (Gracia, 2004).

A respeito disto, a linguagem deixa de ser considerada como uma simples forma de traduzir nossas idéias e pensamentos e, passa a ser vista como um instrumento de exercício e construção do pensamento humano. Portanto, o “giro lingüístico” ao trazer à tona a importância da linguagem nos processos sociais, modificou a relação “ideias-mundo” para a relação “linguagem-mundo” (Gracia, 2004). Nesse sentido, Gracia (2004) considera que tanto para compreender a estrutura do pensamento, quanto para entender o conhecimento que produzimos do mundo é preferível nos atermos para a estrutura lógica dos discursos do que buscar respostas nas profundezas da mente humana. Dessa forma, a linguagem não é apenas uma forma para representar a realidade, mas também um instrumento de produção de sentidos.

Como já mencionado anteriormente, a Análise de Discurso é uma perspectiva teórica e metodológica e, a partir de seu crescimento e expansão, nas ciências sociais e humanas, foi incorporando diferentes abordagens e métodos, com princípios e tradições diversas. No entanto, destacamos duas tradições particulares, que são: a anglo-saxã e a francesa.

Na tradição anglo-saxã, diferentemente do que ocorre na linha européia, esta perspectiva não importa a dicotomia saussuriana língua e fala, e a premissa de maior influência na tradição anglo-saxã é considerar a palavra como uma forma de ação, captando os ensinamentos da Etnometodologia e da Análise Conversacional. Ainda na perspectiva anglo-saxã, devemos ressaltar que, sua concepção de linguagem fortalece a ideia da linguagem e da prática lingüística como a capacidade de fazer alguma coisa no mundo, tendo

em vista que o(a) “analista pode observar a interação e fazer interpretações justamente sobre aquilo que a linguagem está fazendo” (Iñiguez, 2004, p. 126). Essas ideias contribuem para renunciar a visão da linguagem como uma mera série estática de descrições e, a figura do(a) analista como um(a) simples coletor(a) de dados neutros (Iñiguez, 2004).

Na perspectiva européia, também conhecida como segunda tradição, no qual se desenvolveu especialmente na França, destacamos dentre seus principais precursores, as contribuições de Maingueneau (1987 - 1991), Foucault (1926 - 1984) principalmente com seu famoso livro “*A ordem do discurso*”, Bakhtin (1982) através dos trabalhos produzidos pela escola russa e, por fim, M. Pêcheux (1938 -1983). De acordo com Iñiguez (2004, p. 128), a tradição francesa da Análise de Discurso, através de um desenvolvimento complexo, possibilitou uma importante mudança de concepção no uso da linguagem, ou seja, deixamos de conceber “a linguagem como uma janela dos significados para uma outra que a vê como conjunto de instrumentos que podem regulamentar as relações sociais”.

Tendo em vista essas considerações, enfatizamos que a presente pesquisa se sustenta teórica-metodologicamente na tradição francesa de Análise de Discurso, porém não desconsideramos a importância das outras perspectivas de análise. No entanto, acreditamos que a tradição francesa vem ao encontro de nossa proposta de trabalho. Dessa forma, a seguir, trataremos alguns conceitos básicos que regem a Análise de Discurso na perspectiva francesa.

## **1.2 Princípios e procedimentos fundamentais da análise de discurso francesa**

Tendo em vista essas abordagens, consideramos importante destacar alguns aspectos fundamentais da Análise de Discurso. Orlandi (2009a) destaca que, como o próprio nome indica, a Análise de Discurso está interessada no discurso, o que parece um tanto óbvio. No entanto, o discurso é entendido como o efeito de sentido entre interlocutores, enquanto parte do funcionamento social geral. A noção de discurso supera a dicotomia entre língua/fala, sendo a língua uma manifestação social de sentidos e a fala uma manifestação individual, situando-as num mesmo lugar e dependentes uma da outra. Assim, a palavra discurso transmite a ideia de curso, percurso, movimento. O discurso é, portanto, a palavra em movimento. Nas palavras da autora, o discurso nos remete a:

Movimento dos sentidos, errância dos sujeitos, lugares provisórios de conjunção e dispersão, de unidade e de diversidade, de indistinção, de incerteza, de trajetos, de ancoragem e de vestígios: isto é discurso, isto é o ritual da palavra. Mesmo o das que não se dizem. De um lado, é na movência, na provisoriidade, que os sujeitos e os

sentidos se estabelecem, de outro, eles se estabilizam, se cristalizam, permanecem (Orlandi, 2009a, p. 10).

Segundo Orlandi (2009b), a Análise de Discurso é uma teoria crítica que aborda a determinação histórica dos processos de significação, a qual não se detém apenas nos produtos enquanto tais, mas trabalha com os processos e com as condições de produção da linguagem, reconhecendo que a língua não é somente um instrumento de comunicação, mas um trabalho humano construído historicamente e socialmente.

Seguindo o mesmo raciocínio, Bauer e Gaskell (2002), ressaltam a importância de se considerar o discurso enquanto prática social, pois a Análise de Discurso, a partir da perspectiva adotada, preocupa-se com a função do discurso. Desta forma, ao se considerar o discurso enquanto prática social admite-se que este não surge do nada, mas sim está calcado a partir de um contexto sócio-histórico significando, que as condições sociais de produção de um discurso estão inteiramente ligadas aos diferentes recursos disponíveis a uma determinada época e cultura. Assim sendo, é fundamental ter clareza de que todo o discurso é circunstancial, ou seja, depende do contexto no qual está inserido.

É a partir dos anos 60 que a Análise de Discurso começa a delinear uma tradição fortemente influenciada por três domínios diferentes, que são ao mesmo tempo uma ruptura com o século XIX, são eles: a Lingüística, o Marxismo e a Psicanálise. Deste modo, a afirmação da não-transparência da linguagem, proveniente da lingüística, e de que a língua tem sua própria ordem, faz-se fundamental nos estudos da Análise de Discurso. Assim, a Análise de Discurso indica que a relação linguagem-pensamento-mundo não é unívoca, tampouco, é uma relação direta, ou seja, que não passa diretamente de um a outro. Entretanto, a Análise de Discurso recorre aos postulados do materialismo histórico para demonstrar que o ser humano é afetado pelo real da história, mas esta também não lhe é transparente e, portanto, o ser humano não tem controle sobre o modo como ela o afeta. Desta união, da língua com a história na produção de sentidos, nasce o que chamamos de “a forma material” que é, portanto lingüístico-histórica (Orlandi, 2009a).

Em relação à contribuição da Psicanálise, Orlandi (2009a) ressalta que, primordialmente, esta se dá pelo deslocamento da noção de homem para a de sujeito, no qual, é sempre descentrado e afetado pela língua e pela história. Isso significa dizer que o sujeito discursivo opera através do inconsciente e da ideologia. Sendo assim, a Análise de Discurso não trabalha com a língua enquanto um sistema abstrato, como propõe a lingüística, mas sim, com a língua agindo no mundo, com maneiras de significar e com sujeitos falantes, levando



em consideração a produção de sentidos enquanto partes de suas vidas, seja como sujeitos ou como membros integrantes de uma dada sociedade.

Cabe ressaltar que embora a Análise de Discurso seja herdeira destes três domínios, apontados anteriormente, esta não os trabalha de maneira submissa, ou seja, ela irrompe suas fronteiras produzindo um novo recorte de disciplinas e, constrói um novo objeto de conhecimento, qual seja o *discurso*. É que Orlandi (2009, p. 20) afirma, a seguir:

Desse modo, se a Análise de Discurso é herdeira das três regiões de conhecimento – Psicanálise, Lingüística, Marxismo – não o é de modo servil e trabalha uma noção – a de discurso – que não se reduz ao objeto da lingüística, nem se deixa absorver pela Teoria Marxista e tampouco corresponde ao que teoriza a Psicanálise. Interroga a Lingüística pela historicidade que ela deixa de lado, questiona o Materialismo perguntado pelo simbólico e se demarca da Psicanálise pelo modo como, considerando a historicidade, trabalha a ideologia como materialidade relacionada ao inconsciente sem ser absorvida por ele.

Por tal razão, o conceito de condições de produção é fundamental quando trabalhamos com a perspectiva francesa da Análise de Discurso. As condições de produção envolvem tanto os sujeitos quanto à situação em que o discurso é produzido. Portanto, por condições de produção entendemos como sendo, basicamente, o contexto na qual o discurso é produzido. As condições de produção incluem os sujeitos e a situação, ou seja, em sentido estrito trata-se das circunstâncias da enunciação e, em sentido amplo trata-se do contexto sócio-histórico e ideológico (Orlandi, 2009a, 2010). De modo geral, as condições de produção caracterizam e constituem o discurso, da mesma forma que, são também objeto de análise (Orlandi, 2009b). A fim de esclarecer o conceito de condições de produção, traremos um exemplo hipotético bastante simples. Suponhamos que é veiculada a seguinte notícia em um telejornal de abrangência nacional: uma mulher de 40 anos é feita refém enquanto saía de um banco na capital gaúcha por um assaltante armado. O contexto imediato (circunstâncias da enunciação), de nosso exemplo, é a capital gaúcha onde ocorreu o assalto, o banco, a mulher feita refém, o assaltante, o telejornal que veiculou a notícia, os repórteres e jornalistas que assinam a manchete, os interlocutores (autor e a quem se dirige) e os lugares em que os interlocutores se inserem. O contexto amplo (contexto sócio-histórico e ideológico) é o momento em que a sociedade brasileira e, mais especificamente, a sociedade gaúcha está atravessando em sua história, as desigualdades sociais e econômicas presentes, o processo democrático, a questão da cidadania, as questões referentes ao espaço público e as relações de gênero, classe e etnia. Interessa destacar que a separação do contexto imediato e do contexto amplo, é utilizada apenas com o objetivo de clarificar e explicar tal conceito, pois na prática o contexto imediato

e o contexto amplo são indissociáveis. Assim, podemos dizer que “em toda situação de linguagem esses contextos funcionam conjuntamente” (Orlandi, 2010, p.15).

Portanto, é através da análise das condições de produção que podemos ter acesso ao cenário na qual o discurso foi produzido, possibilitando assim, ao analista aproximar-se dos diferentes efeitos de sentidos que podem ser produzidos. Destacamos que as condições de produção devem ser buscadas em diversas fontes disponíveis ao analista, ou seja, é possível buscarmos as informações necessárias em textos, documentos, instituições, entre outros (Ramos, 2006).

Nessa pesquisa, além de trabalharmos com o contexto onde o discurso foi produzido, também buscaremos as condições de produção em diferentes fontes de informação, ou seja, investigaremos o trabalho jornalístico através de leituras de artigos especializados na área, publicações sobre o JN, bem como, publicações do próprio JN, entre outros textos que colaboraram para a consolidação de um panorama de como o JN constrói seus discursos sobre a violência e a criminalidade.

Há também outros dois importantes elementos que fazem parte das condições de produção, que são: a memória discursiva e o interdiscurso. De acordo com Orlandi (2007, 2009a, 2009b, 2010) a memória discursiva é desenvolvida a partir da noção de interdiscurso, ou seja, não podemos trabalhar a noção de memória, sem nos remetermos à concepção de interdiscurso, quando esta é pensada em relação ao discurso. O interdiscurso é definido como aquilo que já foi dito, previamente, em outro lugar, independentemente. Portanto, é o que se chama de saber discursivo, é o já dito que foi esquecido e que retorna amparando toda a possibilidade do dizer. Dito de outra forma, a memória discursiva – o interdiscurso – é:

O saber discursivo que torna possível todo o dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra. O interdiscurso disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada (Orlandi, 2009a, p.31).

Em relação à memória discursiva é necessário ressaltar a existência de uma relação entre o que já foi dito e o que se está dizendo, ou seja, uma relação entre a constituição do dizer e a sua formulação. Assim, segundo Orlandi (2009a, apud Courtine 1984) podemos dizer que existem dois eixos, quais sejam: o eixo vertical e o eixo horizontal. O eixo vertical se refere à constituição do dizer. Sendo assim, neste eixo encontram-se os dizeres já ditos e esquecidos (interdiscurso) em um conjunto de enunciados, no qual representa o dizível. O eixo horizontal representa a formulação do dizer, ou seja, é o que dizemos em um

determinado momento e em uma dada situação (intradiscurso). Enfim, esses eixos não estão separados, ao contrário, são eixos que se encontram e se entrecruzam. Além disso, a constituição do dizer (memória) determina a sua formulação, pois somente podemos dizer se nos situarmos na perspectiva do dizível, ou seja, do interdiscurso e da memória discursiva (Orlandi, 2009a, 2010). Portanto, podemos dizer que a memória está presente no eixo vertical, haja vista que são enunciações que permanecem no eixo vertical de tal forma que qualquer formulação se estabelece pelo conjunto de formulações já feitas.

Enfim, retomando a questão, quando dizemos algo o fazemos a partir de algum lugar da sociedade para alguém de algum outro lugar da sociedade e, esse processo é parte integrante da significação. Logo, o discurso não é mera transmissão de informação. A isso, acrescentamos que a língua não é somente um código entre outros, tampouco emissor e receptor estão separados de maneira isolada. Assim, os interlocutores (emissor e receptor) estão realizando em conjunto o processo de significação. É necessário enfatizar que os processos envolvidos na constituição da linguagem são processos histórico-sociais, pois no funcionamento da linguagem, onde sujeito e sentidos são afetados pela língua e pela história, existe um complexo processo de constituição desses sujeitos e sentidos e não simplesmente transmissão de informação. Ou ainda, a linguagem serve para comunicar, como também, para não comunicar. As ausências e o que aparentemente não faz sentido também fazem sentido. (Orlandi, 2009a, 2009b).

A AD francesa nos ensina, portanto, a desconfiar dos sentidos postos. Para isso, precisamos fugir da evidência dos sentidos, ou seja, o sentido sempre pode ser outro e é necessário sabermos que não existe um sentido literal. Logo, o que é dito e o que não é dito fazem sentido concomitantemente, mesmo que muitas vezes não tenhamos consciência disto. Portanto, considerando que a violência e a criminalidade são fenômenos histórico-sociais que carregam sentidos e significados diferentes, acreditamos ser fundamental traçarmos alguns pontos a respeito das definições de violência, de crime e de criminalidade. Assim, nosso foco recai, principalmente, nos contornos que a violência e o crime assumem nas relações sociais contemporâneas. Passaremos, a seguir, a uma reflexão sobre o fenômeno da violência e do crime no Brasil.



## 2 “CONTORNOS” DA PALAVRA VIOLÊNCIA

Primeiramente, apresentamos os “contornos” da palavra violência. Contornos por que, como tentaremos mostrar, apresentar uma definição de violência é obra improfícua. Entendendo a violência como uma forma de linguagem, como um discurso, defini-la seria fechá-la em si mesma. Num segundo momento, abordaremos algumas das possíveis relações entre pobreza, violência e criminalidade no Brasil.

A problemática da violência e criminalidade no Brasil vem ganhando espaço e gerando preocupação por parte dos sujeitos que compõe o cenário urbano atual. Sabemos que a utilização da violência nas sociedades não é nenhuma novidade; desde a formação das cidades, em seu processo de industrialização, a presença da violência sob suas várias formas tem sido uma constante. Entretanto, o que caracteriza o contexto atual é forma com que nossa sociedade se apropria desta temática, e os efeitos deste fenômeno no imaginário das pessoas. São várias as experiências de violência nas quais são submetidos os indivíduos no contexto social urbano, podemos citar aqui: violência institucional, violência doméstica, violência no trânsito entre outras. Além disso, vivenciamos diferentes práticas criminosas, como por exemplo, roubos, latrocínios, seqüestros, extorsões, etc. No entanto, observamos que há uma valorização de algumas violências e práticas criminosas em detrimento de outras, ou seja, percebemos que ao falamos em violência o que logo vem à tona são os casos de delinquência. Segundo Neto & Moreira (1999), tal organismo social que nomeia a violência para a sociedade como sendo a delinquência é uma composição instrumentalizada, que com ajuda dos recursos midiáticos, carregam a ideologizada visão de que a delinquência é a violência em si e não uma das suas manifestações. Isto quer dizer que ao elegermos a delinquência como a forma mais preocupante da violência, estamos naturalizando e minimizando outras formas de violência. “Os objetivos são inequívocos: mimetizando delinquência e violência, restringem seu combate e prevenção a uma mera questão de segurança pública e repressão policial” (Neto & Moreira, 1999, p. 34).

Conceituar e definir o que compreendemos ser violência, inicialmente, parece ser uma tarefa bastante simples, visto que este é um tema muito abordado atualmente e muitas são as pessoas que levantam este tema para a discussão. Entretanto, ao iniciarmos a tarefa de definição do referente violência, percebemos que definir o que é violência, está longe de ser uma tarefa fácil. Em nossa busca pela definição de violência, encontramos muitas pessoas, incluindo estudiosos do tema, que se apropriam deste referente e o trabalham livremente.

Porém, constatamos que a definição de violência não está posta, ela varia de cultura para cultura, de acordo com seus valores e normas sociais, o que dificulta definir e classificar o que se entende por violência de maneira geral. O que parece ser um consenso, tanto no que se refere à população em geral, tanto para estudiosos do fenômeno, é que a violência é difusa e extremamente complexa, chegando a tornar-se num problema de saúde pública.

Como aponta o Informe Mundial Sobre a Violência e a Saúde (2002), produzido pela Organização Panamericana da Saúde (OPS), a violência pode definir-se de diversas maneiras, segundo quem a pratica e com que propósito. O Informe traz como exemplo disto, uma prática muito utilizada anteriormente, pelos professores como forma de castigo para os alunos que não fossem disciplinados, chamada de palmatória. Esta era utilizada para bater nas pernas, braços e mãos dos alunos que descumprissem alguma das ordens de seus professores. Atualmente, se algum docente no Brasil empregar alguma prática parecida com esta, poderá ser processado, visto que é considerada como uma prática agressiva, violenta e humilhante que não educa, apenas castiga fisicamente.

Portanto, sendo a violência considerada um fenômeno complexo e multifacetado, que varia de acordo com cada cultura e, conseqüentemente, percebida de maneira diferente por cada indivíduo, a Organização Mundial da Saúde (OMS) na tentativa de dar uma definição geral, que sirva como parâmetro para todos os povos, define a violência da seguinte forma:

El uso deliberado de la fuerza física o el poder, ya sea en grado de amenaza o efectivo, contra uno mismo, otra persona o un grupo o comunidad, que cause o tenga muchas probabilidades de causar lesiones, muerte, daños psicológicos, trastornos del desarrollo o privaciones (OPS, 2002, p.5).

Se recorrermos ao dicionário, por exemplo, encontraremos uma definição extremamente sucinta de violência, o que pode demonstrar a nossa dificuldade, enquanto sociedade, de definir o que é violência. Assim, no Dicionário Aurélio (Ferreira, 2004) a violência é definida como: “Qualidade de violento, ato violento, ato de violentar”. Defendemos que essa definição é incompleta, o que nos leva a buscar outras fontes de valor que tragam subsídios teóricos para a compreensão deste fenômeno.

Segundo a antropóloga Zaluar (1999, p. 28) a palavra violência nos remete a um ato cometido por alguém que emprega demasiada força.

Violência vem do latim *violentia* que remete a vis (força, vigor, emprego de força física ou os recursos do corpo para exercer sua força vital). Essa força torna-se violência quando ultrapassa um limite ou perturba acordos tácitos e regras que ordenam relações, adquirindo carga negativa ou maléfica. É, portanto, a percepção

do limite e da perturbação (e do sofrimento que provoca) que vai caracterizar o ato como violento, percepção essa que varia cultural e historicamente.

Na tentativa de chegar a um consenso e de estabelecer normas universais fundamentadas nos direitos humanos, a Organização Panamericana de Saúde, através do Informe Mundial Sobre a Violência e a Saúde (OPS, 2002), divide a violência em três grandes categorias. A primeira categoria refere-se à violência infligida contra si mesmo, ou seja, compreende os comportamentos suicidas e as auto-lesões, como por exemplo, as automutilações. A segunda categoria de violência abrange a violência interpessoal, que se subdivide em violência intrafamiliar e violência comunitária. Sendo assim, a violência intrafamiliar se refere aos casos de violência que ocorrem entre os membros de uma família ou entre cônjuges, dentro ou fora da residência, podendo ser considerada a violência contra as crianças e idosos, como também, violência contra o parceiro amoroso. Em relação à violência comunitária, esta ocorre entre indivíduos não relacionados entre si, que podem ou não se conhecer e, ocorre geralmente fora da residência. Assim, estão incluídas nesta subcategoria, a violência juvenil, as violações e agressões sexuais por parte de estranhos, a violência em estabelecimentos como a escola, locais de trabalho, prisões, entre outros. A terceira e última categoria é a violência coletiva, ou seja, é um tipo de violência infligido por um grande grupo de pessoas, por exemplo, o Estado, grupos políticos organizados, milícias ou organizações terroristas. Portanto, estão incluídos, na terceira categoria, conflitos armados dentro dos Estados ou entre eles, genocídios, repressões, crime organizado, violações aos direitos humanos e terrorismo.

Interessa destacar que a referida classificação da violência, produzida pelo Informe Mundial Sobre a Violência e a Saúde (OPS, 2002), também considera a natureza dos atos violentos, ou seja, a violência sofrida ou praticada pode ser de ordem física, sexual e psicológica, bem como, as situações de privação ou de abandono também são consideradas. Da mesma maneira que o contexto na qual a violência é produzida, incluindo a relação entre o autor da violência e a vítima, também é considerado dentro desta perspectiva de classificação.

Como podemos observar, a discussão em relação à problemática da violência é ampla e, muitas vezes controversa, o que pode dificultar sua compreensão e classificação. Por outro lado, concordamos com Morais (1981) quando afirma que, violência é tudo aquilo que pode ameaçar a integridade física e mental do ser humano, haja vista que nos constituímos enquanto um ser biopsicossocial. A partir disto, torna-se impraticável ameaçar apenas um destes componentes, pois não é possível colocar em perigo “meio ser humano”. Sendo assim, a violência passa a ser entendida como tudo aquilo que pode degradar o ser humano em sua

integridade física, psíquica e social. Em outros termos, a violência poderá “incluir desde o latrocínio até o trabalho de um operário em uma linha de montagem, passando pela especulação imobiliária e outros absurdos permitidos ou não pela lei” (Morais, 1981, p. 25).

Do ponto de vista desta pesquisa, a violência e, sobretudo a violência urbana, tornou-se um tema central na discussão sobre a relação indivíduo e sociedade. Todavia, como aponta o cientista social Oliven (1989), utilizar o termo violência urbana seria, de certa forma, aceitar a existência de uma violência intrínseca à cidade, qualquer que esta seja. Nesse sentido, o problema da violência seria de ordem universal, e não a partir de um contexto sócio-histórico e cultural de uma determinada época e lugar. Deste modo, as causas da violência não seriam sociais, e sim ecológicas, pois se canaliza na cidade uma capacidade própria de gerar violência. Portanto, consideramos esta problemática enquanto um fenômeno social que apenas se manifesta nas cidades, ou seja, a cidade em si não é a causa da violência.

Através de um levantamento bibliográfico a respeito da violência e da criminalidade, constata-se que existem várias perspectivas teóricas que tentam dar conta desta problemática, no que se refere ao seu entendimento e as suas possíveis soluções. Alguns defendem que as causas da violência são de ordem biológica e de ações individuais, outros explicam o fenômeno da violência a partir dos fatores psicológicos e, há ainda os que buscam as causas da violência nas condições sociais, ou seja, podemos definir três grandes tendências para o entendimento da problemática da violência: uma de ordem biológica, outra psicológica e outra de ordem social (Caldeira, 2000).

Que violência é essa, então, que é complexa, multifacetada, que varia culturalmente e historicamente? Como apreender algo que é construído, que é um processo? Ao invés de produzirmos um conceito sobre violência, preferimos, como faz Passos (2004), desconstruí-la. Para desconstruí-la, pensamos, devemos refletir sobre as diferentes estratégias discursivas que engendram relações entre violência, crime e sociedade. Uma das relações que vêm sendo retratada é com a pobreza, tema que é desenvolvido no sub-capítulo a seguir.

## **2.1 Violência e criminalidade no Brasil: alguma relação com a pobreza?**

A violência, em nosso país, tem se feito presente desde a era colonial, passando pela constituição do Estado-nação, até os presentes dias. O Brasil tem a sua história marcada pela presença da violência, ou seja, a violência esteve articulada a sua forma de organização social tanto no período de colonização como na era desenvolvimentista. Por outro lado, o que perpassa o imaginário social do brasileiro, e que parece se estender ao redor do mundo, é de



que somos um país cordial, gentil e pacífico (veja Ribeiro, 1995). Diz-se que no Brasil as pessoas de diferentes culturas, religiosidades e extratos sociais convivem de forma cordial e civilizada. O povo brasileiro se caracteriza por sua hospitalidade, generosidade, bondade, entre outras virtudes. No entanto, esta não é nem uma verdade absoluta nem totalizante. Parece que o que foi suprimido deste imaginário social é que também podemos ser um povo violento, onde convivemos lado a lado com múltiplas violências (Benevides, 1983; Minayo, 2006).

Foram muitas as formas de violências vivenciadas no período colonial, onde nossa sociedade dividia-se em homens livres e escravos, grandes proprietários de terra e subalternos, populações indígenas e povos sendo fortemente catequizados, colonizadores e colonizados. O contexto socioeconômico e político da época colonial estava fundado pela grande propriedade rural, pela monocultura e exportação de produtos primários, pela exploração da força de trabalho escrava e, sobretudo, pela alta hierarquização do poder. O patrimonialismo fundamentou por muito tempo o poder político da época. Sendo o patrimonialismo “uma estrutura de dominação cuja legitimidade esteve assentada nas relações entre grandes proprietários rurais, representantes do estamento burocrático e clientelas locais as quais se distribuía prebendas em troca de favores ou apoio político” (Adorno, p. 85, 2002).

Essa estrutura política, segundo Adorno (2002), é característica de regimes políticos oligárquicos com profunda carência de organizações político-partidárias e débil articulação e mobilização das classes subalternas, o que pode resultar na manutenção e perpetuação deste sistema. No entanto, essa estrutura permaneceu em nossa sociedade por aproximadamente seis décadas e contribuiu para consolidação de elites políticas. Todavia, importantes transformações sociais ocorreram e abalaram e referida estrutura social e política, culminando na substituição do regime monárquico pelo de República Federativa. Dessa forma, o Brasil ingressa progressivamente na era da indústria e do trabalho livre.

A partir dessas transformações sociais, políticas e econômicas, a sociedade brasileira passa a adotar a perspectiva da moderna sociedade de classes, com a constituição de um amplo proletariado urbano em diversas regiões do país, em especial na região sudeste. Dessa forma, há uma exacerbação das desigualdades locais, juntamente com a concentração e acumulação da riqueza sob o domínio de poucos cidadãos. Por tal razão, agravaram-se os conflitos no campo e nas cidades, aumentando ainda mais a polarização social. Desde então, a sociedade brasileira, de maneira progressiva, desenvolveu-se baseada na perspectiva

industrial, adotando a lógica do capital e da abertura econômica, investindo nos avanços tecnológicos e concentrando sua população nos espaços urbanos (Adorno, 2002).

Com o processo de transformações, a sociedade brasileira foi se tornando mais densa e complexa, mais participativa e reivindicativa e cada vez mais preocupada com a permanência de seus problemas, incluindo a problemática do crime e da violência. De maneira geral, os padrões de acumulação de riquezas e de desigualdade social ainda permaneciam os mesmos de anos atrás. Por tal razão, a desigualdade de direitos e de acesso a justiça também agravaram-se juntamente com os conflitos sociais. Desde então, nossa sociedade vem convivendo com a elevação das taxas de violência e criminalidade nas mais diferentes formas, destaca-se: o crime comum, crimes hediondos, violações aos direitos humanos e conflitos nas relações interpessoais e intersubjetivas (Adorno, 2002).

Desse modo, a violência esteve e está presente em nosso país considerando qualquer época histórica. Frente a isso, pensamos ser uma das responsabilidades da psicologia social e das ciências sociais tentar compreendê-la para que possamos criar mecanismos efetivos no enfrentamento desta complexa problemática. É o que propõe Minayo (2006) quando diz que a violência deve ser “objeto de nossa reflexão, seja quanto à aculturação dos indígenas, quanto à escravidão dos negros, às ditaduras políticas, ao comportamento patriarcal e machista que perpetua abusos contra mulheres e crianças, aos processos de discriminação, racismo, opressão e exploração do trabalho” (p.27).

Neste panorama, segundo Minayo (2006), uma das formas mais agressivas de violência em nossa sociedade, na qual poder-se-ia chamar de estrutural, devido ao seu profundo enraizamento, são os níveis elevados de desigualdade que não cessam ao longo da história e que podem ser considerados a base na qual se assentam muitas outras formas de violências. Por violência estrutural entendemos:

... a violência do comportamento e se aplica tanto às estruturas organizadas e institucionalizadas da família como aos sistemas econômicos, culturais e políticos que conduzem a opressão de grupos, classes, nações e indivíduos, aos quais são negadas conquistas da sociedade, tornando-os mais vulneráveis que outros ao sofrimento e a morte (Minayo, 1994, p. 8).

A violência estrutural passa, muitas vezes, despercebida por nós, não sendo contestada pela população, tendo em vista que sua perpetuação se apóia em algumas organizações e instituições tidas como elementares em nossa sociedade. Na maioria das vezes, nem chegamos a compreendê-la como sendo uma manifestação de violência, mas sim como um fato natural da vida em sociedade. Consideramos que este tipo de violência, na qual

caracterizamos como silenciosa, mascarada e supostamente menos agressiva que as outras formas, tem levado grande parte da população brasileira a marginalização e a exclusão social, econômica e política.

Uma das Escolas que se propôs estudar a fundo o fenômeno da violência e criminalidade foi a Escola de Chicago, pois a cidade de Chicago, na década de 1920, foi considerada palco da criminalidade, o que despertou interesse dos estudiosos da época e iniciou-se a partir disto uma corrente teórica bastante difundida. De acordo com Freitas (2004), a partir dos estudos da Escola de Chicago, a criminologia passa a ser vista como um produto social do urbanismo, ou seja, para os seguidores da Escola de Chicago, a criminalidade não é o resultado de ações individuais, mas sim, o resultado da ação de um indivíduo inserido em agrupamentos sociais específicos. Portanto, a Escola de Chicago toma como base para o entendimento da criminalidade a teoria da ecologia humana ou ecologia social, isto é, a criminalidade não é determinada pelas pessoas, mas pelo seu grupo de pertencimento. Nesse sentido, a questão da criminalidade passa a ser compreendida como uma questão estritamente urbana, pois está relacionada aos fatores situacionais de uma determinada localidade e, não a questões amplas e complexas como pobreza e desigualdade social. Sendo assim, uma característica importante da Escola de Chicago, apontada por Freitas (2004), foi a alusão aos dados estatísticos e qualitativos que demonstravam que o crime é tomado como um produto social urbano. Nesse viés, a violência e a criminalidade são inerentes aos processos urbanos e, são características de grupos específicos, como por exemplo, os pobres e os migrantes. Assim, acreditamos que ao pensar o crime e a violência sob esta ótica, estaremos estigmatizando certos segmentos da sociedade e aceitando a idéia da existência de uma violência inerente a cidade, mas não descartamos suas contribuições em relação à problemática da violência e do crime.

Consideramos importante fazermos uma explicação de ordem conceitual em relação à definição de crime que adotamos neste momento. De acordo com Adorno (2002), crime é um conceito jurídico, ou seja, é entendido como uma violação da lei penal. No entanto, nem todo fenômeno socialmente percebido como violento é enquadrado como crime. O inverso é verdadeiro: há formas de violência que são codificadas como crime, mas não se enquadram adequadamente na legislação penal. Para ilustrar, podemos pensar que as bárbaras violações aos direitos humanos muitas vezes são enquadradas como crime comum.

Há ainda, em termos sociológicos, a distinção entre crime violento e crime não violento. Embora a definição de criminalidade violenta não seja consensual, tomaremos como ponto de partida a definição construída por Guia (2010): os crimes considerados violentos são

aqueles que atentam contra a vida humana ou a integridade física e a liberdade sexual, ou implicam a subtração de bens por meio de violência, coincidindo com os que constam nas estatísticas do Eurostat como violentos (“violência contra as pessoas”, roubo – roubo pela força ou por ameaça de uso de força - e ofensas sexuais, incluindo violação e abuso sexual. Esta escolha vai ainda ao encontro do proposto pelo *Federal Bureau Investigation* (FBI), o qual especifica que a criminalidade violenta é composta de quatro ofensas: homicídio e *manslaughter*<sup>3</sup> não violento, estupro, roubo e assalto agravado. Todos os crimes violentos envolvem força ou ameaça de força (FBI, 1996).

Partindo das ideias de Oliven (1989), acredita-se importante não cairmos no “conto do vigário” de associar violência à pobreza, embora o abismo social entre as classes, no Brasil, possa levar parte da população à criminalidade, porém é evidente que não são todos os pobres que recorrem às práticas criminosas como forma de sobrevivência. Seguindo a visão de Oliven (1989), o que está acontecendo no nosso país é uma dramatização da violência, ou seja, uma exploração desta problemática por parte dos meios de comunicação de massa.

O debate e a reflexão sobre a violência, o crime e as desigualdades sociais no Brasil vêm sendo realizado desde a transição do regime ditatorial para o democrático. Havia, desde a era republicana, um olhar estigmatizante sobre os trabalhadores e não trabalhadores pertencentes às chamadas camadas populares. Por esta razão, as camadas populares eram percebidas como classes perigosas e passíveis de estrito controle social, na quais eram alvos de perseguições arbitrárias e, muitas vezes, submetidas a torturas e maus tratos por parte dos agentes do Estado. Em consequência disso, estabeleceu-se uma associação mecânica entre pobreza e violência, ou seja, quanto mais pobreza, maiores são os índices de violência e de crimes. Essas ideias contribuíram apenas para elevar o distanciamento entre as classes sociais, bem como, para fomentar a criminalização dos pobres. Ainda que grande parte dos atos delinquentes proviesse das camadas trabalhadoras pauperizadas, a maior parte destes trabalhadores, sujeitados a precárias condições de vida, não dirigiam-se para a prática criminosa (Adorno, 2002).

A polêmica relação entre violência, crime e pobreza tem sido discutida por vários autores, em diferentes momentos da história brasileira e, ainda permanece em aberto. Todavia, quando se enfatiza a estreita relação entre violência, crime e pobreza, nos remetemos a preconceitos enraizados em nossas sociedade. É o que aponta Benevides (1983, p. 49) no seguinte trecho:

---

<sup>3</sup> Homicídio culposo.

A ênfase nesta relação entre miséria, criminalidade e violência responde, portanto, a preconceitos arraigados sobre as “classes perigosas”, assim como cristaliza a maior importância conferida aos crimes contra o patrimônio. É claro que se trata de assaltos, roubos, “trombadas” e furtos – pois os “grandes” crimes contra o patrimônio (peculato, estelionato, ou mesmo os crimes contra a economia popular) são considerados em outra faixa, a da “não-violência”. O colarinho-branco não se iguala ao marginal da favela.

Este panorama, de acordo com Benevides (1983), traz consigo a ambigüidade desta associação (violência, crime e pobreza). É necessário destacar um aspecto fundamental que envolve uma arbitrariedade frente a esta questão e cujas conseqüências são terríveis para a população sócio-economicamente desfavorecida. Considerando os pobres os protagonistas da violência e da criminalidade em nosso país, justificam-se as atuações violentas e arbitrárias por parte dos agentes do Estado, ou seja, a condenação dos pobres como seres violentos e criminosos serve de apoio para práticas brutais e indignas nas favelas, nos morros, nos bairros periféricos e nas “batidas” policiais. Assim,

A estigmatização do pobre como “marginal” – no sentido pejorativo da palavra, comum a polícia e a imprensa – é incorporada por vastos setores da população, que chegam a apoiar ostensivamente a ação brutal das “batidas” nas favelas, nos bairros miseráveis, bem como os “rondões” urbanos e, evidentemente as prisões ilegais “para averiguações” (Benevides, 1983, p. 50).

Tendo como foco as brutalidades e arbitrariedades exercidas pelos agentes do Estado, que tem ocorrido no cenário nacional, enfrentamos dificuldades no acesso a informações a respeito. Mesmo sendo a violência policial um sério problema no Brasil, o 4º Relatório Nacional sobre os Direitos Humanos no Brasil (2010), produzido pelo Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (NEV-USP), afirma não existir informações sistematizadas sobre estas violações. Nem a Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) nem as ouvidorias de polícia conseguem cumprir a obrigação de informar a respeito da violência policial no que se refere a uma visão nacional do problema. Segundo o relatório produzido pelo NEV-USP foram registradas 2080 mortes causadas pela polícia no estado de São Paulo no período de 2005 a 2007 e, no estado do Rio de Janeiro foram mortas pela polícia 1330 pessoas somente no ano de 2007, o que corresponde a 18% dos homicídios do Estado.

Neste contexto de violações, desigualdades sociais e arbitrariedades, Caldeira (2000) atesta que a utilização de métodos violentos, ilegais ou extralegais por parte dos agentes do Estado é remoto e extensamente documentado. Desde o princípio da era Republicana,

podemos encontrar várias maneiras de legalizar abusos e violências por parte do Estado, bem como, o desenvolvimento de atividades extralegais sem punição, como por exemplo, as milícias e os “esquadrões da morte”. Devemos ressaltar que os principais alvos destas brutalidades e violências são, sobretudo, as classes populares. Tais violências são praticadas frequentemente sob a proteção da lei e sob o apoio popular, o que demonstra um paradoxo, pois as classes populares, que são as principais vítimas dessa violência, também têm apoiado algumas de suas formas. Dessa forma, o apoio em relação ao uso e abuso da violência é um padrão cultural bastante difundido no Brasil, ou seja, tanto as classes populares quanto as elites apóiam o policiamento violento. Policia boa é polícia dura, isto é, violenta. A respeito disto, Caldeira (2000, p.136) complementa dizendo que:

Mesmo depois do fim da escravidão e da ampliação legal da cidadania com a primeira constituição republicana, a ação violenta da polícia continuou a interligar-se de maneiras complexas com o Estado de direito e com padrões de dominação. Essa violência teve apoio legal em alguns contextos e foi ilegal em outros, mas na maior parte das vezes tem sido praticada com impunidade e com significativa legitimidade, se por isso se entende o apoio do público. Além disso, essa violência é o lado complementar da deslegitimação do sistema judiciário.

Pontuadas essas questões, podemos observar que o uso e o abuso da violência estão presentes em nosso país desde quando ainda éramos colônia portuguesa. Podemos dizer que a violência é constitutiva das instituições da ordem, das relações entre as classes sociais, bem como, da atual democracia. Dessa forma, a violência se tornou, em nossa sociedade, um dispositivo que pode atingir qualquer um, da mesma forma que qualquer um pode fazer uso (Adorno, 2002; Caldeira, 2000; Endo, 2005).

Todavia, os tempos de hoje já não são os mesmos do tempo do Brasil Colônia. Hábitos, costumes, ideias, número de nascidos vivos (explosão demográfica) etc mudaram, com certeza. Mas há algo que mudou muito mais profundamente: o modo como se difundem as notícias sobre violência e crime. De 1500 (ancoragem de Pedro Álvares Cabral no Brasil) a 1926 (patenteamento do primeiro tubo iconoscópico para câmaras de televisão) houve uma transformação profunda nas possibilidades de divulgação de qualquer acontecimento. O nascimento da cultura das mídias de massa, as novas mídias, a diversificação das audiências, as grandes difusões (consulte Castells, 1996) – tudo isso irá influenciar nas percepções, nas representações, no imaginário e nas atitudes das pessoas com relação à violência e ao crime.

No capítulo que segue, abordaremos as possíveis relações da violência e do crime com os meios de comunicação de massa. Através das notícias veiculadas nos meios de comunicação de massa, o fenômeno da violência e do crime vai tomando formas específicas,

vai sendo fabricado desta ou daquela maneira. Sobre essa fabricação é que trataremos a seguir.





### **3 CONSIDERAÇÕES SOBRE OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO: FABRICAÇÃO DA NOTÍCIA TELEVISIVA**

Uma importante pesquisa realizada pela Universidade de Brasília (UnB), coordenada pela pesquisadora Tânia Montoro, revela que, de cada 10,4 segundos de noticiário televisivo, 1 segundo é dedicado à cobertura da violência. Tal pesquisa foi realizada no período de março 1999 a 2000, focalizando os jornais de maior audiência do país, que são o JN da Rede Globo e o Jornal da Record. Na mesma pesquisa, em relação à mídia impressa, a pesquisadora descobriu que a maioria das notícias veiculadas nas páginas de jornal ocorre em bairros nobres das cidades. Na realidade, os maiores índices de violência ocorrem nas periferias, mas esses têm interesses secundários nos jornais (Oliveira, 2002).

Por que isso acontece? Para pensarmos sobre as possíveis respostas a essa questão, cabe neste momento, de acordo com a finalidade desta pesquisa, buscarmos compreender como os meios de comunicação de massa e a prática jornalística estão inseridos no contexto contemporâneo. Para isso, recorreremos a dois importantes estudiosos da mídia que são Pedrinho Guareschi e Osvaldo Biz. Para os referidos autores, a mídia assume um papel fundamental na sociedade contemporânea, ou seja, é a mídia que dita a pauta dos assuntos cotidianos, que seleciona as notícias que devem ser discutidas pela população, que constrói a realidade e que agrega caráter valorativo aos temas. Para ser considerado verdadeiro e legítimo pela sociedade, basta ser veiculado pela mídia e, nesse sentido, se a mídia decidir que algum determinado tema não deva fazer parte da discussão da população, ela tem o poder de excluí-lo da pauta, ou seja, a população discute aquilo que a mídia decide ser passível de discussão.

Além da seleção de informação, de acordo com Guareschi e Biz (2005), a mídia transmite aos seus receptores informações curtas, fragmentadas, sem uma contextualização, o que os autores nomeiam de homogeneização e naturalização das notícias. Em outros termos, a homogeneização e a naturalização das notícias referem-se respectivamente à maneira com que os meios de comunicação transmitem as informações ao receptor. Quando alguém lê um jornal ou assiste a um telejornal já leu e já viu todas as notícias que estão sendo transmitidas, ou pelo menos a grande maioria delas, pois as notícias são as mesmas em todas as redes. Além das notícias veiculadas pelos noticiários serem repetidamente iguais, elas não transmitem a informação de forma contextualizada, ou seja, as notícias são fragmentadas e não estabelecem um fio condutor.

A respeito disto, Bourdieu (1997) chama a atenção para a forma com que os produtos jornalísticos tornam-se cada vez mais homogêneos. Haja vista que as informações transmitidas pelos veículos de informação pouco mudam, ou seja, as capas dos jornais e/ou as manchetes dos noticiários diários são mais ou menos as mesmas, na maioria das vezes, somente a ordem das informações muda. Isso se deve em parte pelo fato de os veículos de informação estarem submetidos à lógica da concorrência. A premissa de que o monopólio uniformiza e a concorrência diversifica, neste caso, não é verdadeira. Tendo em vista que tanto os jornalistas quanto os meios de comunicação estão propensos as mesmas restrições, as mesmas pesquisas de opinião e aos mesmos anunciantes. Tais observações dizem respeito ao que Bourdieu (1997) nomeia de “circulação circular da informação”.

Em relação à definição de notícia, outro conceito fundamental para a elucidação desta pesquisa, encontramos como definição de notícia no Dicionário Aurélio (Ferreira, 2004), como sendo uma informação acerca de pessoa ou de fato, resumo de um acontecimento ou de um assunto qualquer, uma novidade, lembrança, memória e/ou um relato de um acontecimento atual, geralmente de interesse público, veiculado em mídia. Entretanto, o conceito de notícia, é mais complexo, quando tomado como peça chave na produção jornalística e no discurso informativo.

Dessa forma, o jornalista Sodré (2009), atenta para a dificuldade e imprecisão conceitual que o termo notícia tem assumido contemporaneamente. Segundo o autor, tal imprecisão conceitual está associada a critérios internos da prática profissional do jornalismo, bem como, pela precariedade teórica existente. Sodré (2009), no livro intitulado “*A narração do fato: Notas para uma teoria do acontecimento*”, se debruça sobre a questão da notícia e propicia uma nova maneira de pensar tal questão, através de uma instigante reflexão sobre a atual condição da prática jornalística e aponta caminhos teóricos possíveis. Dessa forma, o autor propõe, inicialmente, a seguinte definição: “... a notícia é o relato de algo que foi ou que será inscrito na trama das relações cotidianas de um real-histórico determinado” (Sodré, 2009, p.24). Dada a incompletude da definição, propomos chamar “notícia” a um conjunto de informações que se relaciona a um mesmo *espaço temático*, tendo um caráter de *novidade*, proveniente de uma determinada *fonte* e podendo ser diversamente tratado” (Charaudeau, 2009, p. 132).

Além disso, enfatizamos que não existe prática jornalística que prescindia da notícia. Embora essa constatação seja uma obviedade, como salienta Junior (2009), é preciso estarmos conscientes disto, para não pensarmos que o fazer jornalístico se resume na utilização de um computador com acesso a internet e um correio eletrônico apto a receber informações das

assessorias de imprensa.

Sendo a notícia a matéria-prima da prática jornalística esta foi, e ainda é, considerada como espelho da realidade, ou seja, o modelo hegemônico considera a notícia como uma cópia do mundo. Nesta perspectiva, o fazer jornalístico estaria submetido exclusivamente à aplicação técnica, ao condicionamento a procedimentos-padrão, ao pressuposto de que a informação emerge do contato direto do produtor da notícia com os fatos, como também, as informações não seriam afetadas por quem as produz (Junior, 2009). Mesmo que o colapso desta perspectiva seja percebido e debatido no campo jornalístico, de modo geral, ainda presenciamos alguns veículos de comunicação, no Brasil, afirmarem que são transmissores da realidade, ou seja, espelho do mundo.

Ora, Patrick Charaudeau (2009) já posicionou as mídias como não sendo “mais do que um espelho deformante, ou mais ainda, são vários espelhos deformantes ao mesmo tempo, daqueles que se encontram em parques de diversões e que mesmo deformando, mostram, um à sua maneira, um fragmento amplificado, simplificado, estereotipado do mundo” (p.20). Como resultado, o produtor da notícia-informação não é um só. Na produção da notícia operam diferentes sujeitos, veículos, corporações, ao mesmo tempo em que, há hierarquias, hábitos, barganhas, competições pessoais. Dessa forma, a notícia é o resultado de todos esses fatores, tornando-se um produto manufaturado (Junior, 2009). A tentativa de anular a presença do jornalista e do veículo de comunicação na produção da notícia-informação retrata a intenção do modelo hegemônico de ser um espelho neutro da realidade.

Em se tratando da definição de notícia, que adotamos nesta pesquisa, Souza (2004) propõe que a notícia é um artefato linguístico que representa certos aspectos da realidade. Ao mesmo tempo em que é o resultado de um processo de construção que abarca diferentes fatores, que pode ser: de ordem pessoal, social, ideológica, histórica e tecnológica.

A notícia é um artefacto lingüístico por que é uma construção humana baseada na linguagem, seja ela verbal ou de outra natureza (como a linguagem das imagens). A notícia nasce da interação entre a realidade perceptível, os sentidos que permitem ao ser humano “apropriar-se” da realidade, a mente que se esforça por apreender e compreender essa realidade e as linguagens que alicerçam e traduzem esse esforço cognoscitivo (Souza, 2004, p. 4).

Outro ponto relevante que mostra a importância dos meios de comunicação de massa no contexto atual, e merece ser destacado, é a transformação das noções entre público e privado. Guareschi e Biz (2005) propõem que com o advento da mídia, público é tudo aquilo que passa a ser visto pela mídia, é o visível, o que foi publicizado, ou seja, o que não passa

pelos meios de comunicação permanece privado e invisível para a maioria da população. Portanto, se um fato não passa pelo universo da mídia, este permanece em caráter privado, embora seja de ordem pública.

Em se tratando especificamente da televisão, enquanto um dos principais veículos de comunicação, Rondelli (1994), entende este veículo como uma forma essencial de publicização, não só dos produtos e serviços que anuncia e vende, mas também, das questões da vida pública. Nesse sentido, a televisão além de invadir os espaços privados das famílias, cria também as salas de visitas dos programas de entrevistas, ou seja, expõem aos espectadores as fraquezas, ousadias e anseios de seus “ilustres” convidados, trazendo a tona assuntos de ordem individual. Nessa mesma direção, os aparatos tecnológicos, disponibilizados pela televisão, possibilitam uma sensação de estar ao mesmo tempo em toda a parte, ao trazer a qualquer hora qualquer lugar do mundo. Por sua vez, faz emergir um indivíduo isolado e protegido no aconchego de seu lar, ocasionando, dessa forma, um desinteresse pela participação na vida pública. Portanto, a autora afirma que:

... a televisão conseguiu estabelecer um mundo de plena visibilidade associado ao máximo de isolamento social. Vê-se tudo sem estar presente, sem participar, sem ter necessidade de contato com o outro. É a mediação no sentido lato. Que, no entanto, paradoxalmente, se apresenta, como um espaço público (Rondeli, 1994, p. 240).

Se por um lado a televisão publiciza o privado, por outro, privatiza o público. Nesse sentido, Rondelli (1994) atesta que, dessa maneira, a televisão não é pensada no âmbito do particular, mas do poder que possuiu para transformar interesses particulares em projetos coletivos. Todavia, torna-se uma significativa ferramenta de indução de pensamentos, ações e opiniões públicas, a partir da legitimidade e poder que usufrui.

Na discussão que empregamos sobre público e privado, concordamos com Sodré (1994) quando nos referimos ao que é de ordem pública como sendo, um “espaço onde a sociedade torna visível tudo aquilo que tem em comum, inclusive a *semiose* coletiva (etiquetas, praças, monumentos, teatros, etc.) resultante da representação que os grupos sociais fazem de si mesmo” (Sodré, 2009, p. 123). No entanto, o referido autor avalia que, nos termos tradicionais, este espaço está em vias de desaparecimento ou de sufocação, resultante do acelerado crescimento das megalópoles contemporâneas e de seus desdobramentos, pois estas favorecem o surgimento de um novo tipo de urbanismo e, conseqüentemente, acabam por transformar as noções existentes entre espaço público e espaço privado.

Em se tratando da televisão, podemos dizer que este não é um simples espaço de

transmissão da realidade. Montaño (2004) oferece algumas pistas que ajudam a compreender esse importante veículo de comunicação. Segundo a autora, a televisão cria uma realidade própria, ou seja, da mesma forma que propõe uma maneira de representar a realidade dentro dela, a televisão também, interage com o que acontece fora dela, na sociedade e na história. Dessa forma, a televisão é um produto/produtor tecnológico que está inserido em nosso cotidiano quase de maneira naturalizada. Assim, para muitas pessoas a programação imposta pela televisão funciona como um marcador de tempo, anteriormente imposto por outras instituições. A programação da TV é utilizada cotidianamente como uma espécie de relógio para definir nossos compromissos sociais e profissionais. Um exemplo disto é quando agendamos compromissos de acordo com a programação televisiva, antes da “novela das oito” e depois do “Jornal Nacional”.

A inserção da televisão em nosso cotidiano é tão ampla, que podemos observá-la em diferentes momentos e circunstâncias. De acordo com Belloni (2001, p. 7):

A penetração destas “máquinas inteligentes” em todas as esferas da vida social é incontestável: no trabalho e no lazer; nas esferas pública e privada. Do cinema mudo às redes telemáticas, as principais instituições sociais foram sendo transformadas por estas tecnologias que, nos dias de hoje (mas as mudanças são tão rápidas!), estão compreendidas na expressão tecnologias de informação e comunicação (TIC)...

De acordo com os propósitos deste estudo, um referencial de extrema importância é o livro da socióloga Maria Victoria Benevides intitulado: “*Violência, povo e polícia: violência urbana no noticiário de imprensa*”. Benevides (1983) realizou uma pesquisa, durante dois anos (1979 à 1981), sobre as manchetes de jornal, envolvendo 621 matérias, referente à violência nas cidades brasileiras, abrangendo os jornais: O Estado de São Paulo, Jornal da Tarde, Folha de São Paulo e o Jornal do Brasil. A autora propõe que o que parece estar acontecendo em nosso país é uma institucionalização da violência e, isso se dá pela constante participação da mídia nestas questões, pois a mídia reserva páginas inteiras sobre a temática da violência, falando dos mais variados crimes existentes em nossa sociedade, fazendo desta temática o principal elemento de nossa cultura. Nas palavras da autora: “A imprensa tornou-se o veículo natural para a divulgação cotidiana de noticiário de violência e de criminalidade, assim como o espaço para a discussão de suas causas e de proposta para seu combate e repressão” (Benevides, 1983, p. 21).

Em se tratando do suposto aumento da criminalidade violenta, Benevides (1983) propõe que, a divulgação das notícias sobre violência e a dissipação do medo aparentam ser muito maior do que realmente são, isto é, o medo da violência teria crescido muito mais do

que os fatos que envolvem a violência e a criminalidade nos centros urbanos. Benevides (1983) justifica tal afirmação utilizando a hipótese do jurista Hélio Bicudo de que a suposta “onda de criminalidade”, que ocorre nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, se dá através da intensa propaganda a respeito da temática com o intuito de alcançar outros objetivos, como por exemplo, a redução da maioria penal, a imposição de penas mais severas para os delitos contra o patrimônio público e, até mesmo, a adoção da pena de morte no Brasil.

Enfim, neste capítulo, buscamos compreender como os meios de comunicação de massa estão inseridos no contexto contemporâneo, assim como procuramos entender como opera a prática jornalística, principalmente, em nosso país. Para tanto, abordamos pontos fundamentais que dizem respeito ao funcionamento da mídia de massa, bem como, tentamos esclarecer conceitos fundantes do campo jornalístico. Além disso, problematizamos a inserção dos meios de comunicação de massa em nosso cotidiano, buscando compreender as relações que se estabelecem entre os interlocutores desse processo.

Passaremos, a seguir, ao capítulo que aborda nossos procedimentos de pesquisa, trazendo, passo a passo, as diferentes etapas pelas quais passamos neste processo. Nossas reflexões, daqui em diante, terão como base as seguintes questões:

1) Como o fenômeno da violência e do crime se constituem discursivamente no espaço telejornalístico do ponto de vista da Análise de Discurso Francesa?

2) Quais as condições de produção sobre violência e crime presentes no discurso do Jornal Nacional da Rede Globo de Televisão?

3) Ao abordar a problemática da violência e do crime, o Jornal Nacional estabelece relações com os processos de saúde e doença?

## **4 PROCEDIMENTOS E MÉTODO DE PESQUISA**

Esta pesquisa tem como propósito analisar quantitativa e qualitativamente as notícias que abrangem o fenômeno da violência e do crime, no cenário urbano atual, objetivando investigar os discursos sobre violência e crime veiculados no JN, da Rede Globo de Televisão, com o intuito de interpretar as possíveis estratégias discursivas relacionadas aos processos de saúde/doença, tomando como material de análise as notícias veiculadas através do JN, por um período de dois meses. As edições do jornal foram gravadas por inteiro, com exceção dos intervalos comerciais, durante os meses de abril e maio no ano de 2011. A frequência das gravações ocorreu durante a semana, incluindo todos os dias em que o jornal vai ao ar, ou seja, no período de segunda à sábado a partir das 20 horas e 30 minutos, horário previsto para o início do jornal. Ao finalizar a atividade de gravação, o material foi devidamente transcrito a fim de melhorar a operacionalização da análise.

Na primeira etapa desta pesquisa (etapa quantitativa), foi realizado um intensivo levantamento de dados nos quais as notícias foram classificadas e quantificadas, abrangendo apenas as modalidades de criminalidade urbana violenta, desconsiderando outros tipos de crimes expostos pelos jornais. Após, trabalhamos os dados a partir da estatística descritiva simples.

De acordo com a finalidade deste estudo, esta pesquisa exclui de sua análise as notícias referentes a crimes de estelionato, violência organizacional, violência no trânsito, violência rural, violência doméstica e sexual, violência política, crimes contra o patrimônio público, lavagem de dinheiro, nepotismo, tráfico de influências, pois se considera que estes tipos de crimes fazem parte de uma categoria específica da nossa sociedade e extrapolam os limites dessa pesquisa.

Sendo assim, este estudo abrange os seguintes crimes: 1) Homicídio; 2) Lesão Corporal; 3) Extorsão; 4) Tortura e 5) Furto ou roubo. Tais crimes estão incluídos nesta pesquisa, primeiramente, por serem crimes que ocorrem com frequência no contexto urbano. Do ponto de vista desta pesquisa acredita-se que, os referidos crimes estão diretamente ligados à questão da produção/reprodução do imaginário social da violência e do crime nas cidades, além de serem crimes que amedrontam a vida cotidiana na contemporaneidade a ponto de se tornarem o grande alvo das discussões sobre segurança pública, como também acabaram transformando-se em um problema de ordem nacional. Não desconsideramos a relevância de outras formas de violência e crime na produção/reprodução do imaginário social

do crime e da violência.

Na segunda etapa da pesquisa foi elaborada uma análise referente às notícias veiculadas no referido período com o objetivo de investigar os discursos sobre violência e criminalidade veiculados no JN, da Rede Globo de Televisão, buscando interpretar as possíveis estratégias discursivas relacionadas aos processos de saúde/doença, utilizando como *corpus* de análise os discursos sobre violência e crime através das notícias veiculadas no e pelo JN.

Gravadas, selecionadas e transcritas, as notícias foram analisadas na perspectiva da Análise de Discurso (AD) da Escola Francesa. Diante das diferentes tradições teórico-metodológicas da Análise de Discurso, mesmo quando falamos em uma linha francesa, consideramos importante destacar que nossa análise fundamenta-se na perspectiva teórica elaborada por Michel Pêcheux e, de sua seguidora no Brasil, Eni Puccinelli Orlandi. Dessa forma, nos apoiamos em alguns princípios fundamentais propostos por Pêcheux que foram, posteriormente, aprofundados e re-elaborados por seus seguidores. Portanto, nossas reflexões se inscrevem a partir desta filiação, tendo como foco a relação entre língua-sujeito-história considerando o discurso o lugar de observação dessa relação.



## 5 CLASSIFICANDO NOTÍCIAS: UMA ANÁLISE QUANTITATIVA

As edições<sup>4</sup> do JN gravadas nos meses de abril e maio de 2011 formam um corpus de 52 dias, sendo que apenas três dias (04/4, 16/4 e 21/4) não foram gravados devido a problemas na aparelhagem técnica. Destes 52 dias de exibição do telejornal foram devidamente gravadas 49 edições. Destas 49 edições gravadas obtivemos 29 edições com notícias sobre violência e crime incluídas na delimitação da pesquisa, perfazendo um total de 59,18% das edições gravadas.

O total de notícias sobre violência e crime é de 44 nestas 29 edições, sendo 26 no mês de abril e 18 no mês de maio. Das 44 notícias, 12 têm a mesma pauta<sup>5</sup> (e.g., Realengo, Verônica Paiva) -, o que resulta em 32 notícias com pautas diferentes (por exemplo, Travesti, *Skinhead*). Destacamos que algumas notícias foram veiculadas mais de uma vez no noticiário, incluindo o desfecho do caso, dessa forma, receberam maior ênfase entre os outros acontecimentos. Isto quer dizer que das 32 notícias com pautas diferentes, 04 (Realengo, Verônica Paiva, Aluno USP e Pimenta Neves) tiveram mais de uma aparição no decorrer destes dois meses. Uma das notícias amplamente divulgada pelo noticiário - veiculada até um mês após o fato ocorrido - foi o assassinato de alguns alunos em uma escola pública do Rio de Janeiro, na qual foi reportada pelo telejornal como a “tragédia em Realengo”. Assim, a notícia referente aos assassinatos em Realengo teve 10 aparições no período gravado, sendo que as outras notícias com mais de uma aparição (Verônica Paiva, Aluno USP e Pimenta Neves) tiveram duas aparições cada uma.

A partir das gravações e, posterior transcrição do JN no período analisado foi possível realizar uma classificação das notícias, afim de que pudessem ser quantificadas e analisadas, que são: 1) Homicídio; 2) Lesão Corporal; 3) Extorsão; 4) Tortura e 5) Furto ou roubo. Para realizar tal classificação nos apoiamos no Código Penal nacional vigente e na Lei Ordinária número 9.455 de 07 de abril de 1997 (Brasil, 1997). Destacamos que não é nossa pretensão realizar uma classificação jurídica rigorosa, por dois motivos. Primeiro, por ser necessário amplo conhecimento no campo jurídico e, segundo, porque as informações transmitidas nas

---

<sup>4</sup> Por edição entendemos cada uma das transmissões do telejornal, ou seja, a edição compreende o telejornal desde seu início até seu encerramento. Na edição estão incluídas todas as notícias e reportagens transmitidas pelo veículo de comunicação, neste caso o Jornal Nacional.

<sup>5</sup> A pauta no campo jornalístico corresponde a “uma dúvida sobre algum aspecto da realidade a ser respondida pelos fatos” (Pereira Junior, 2009, p.79). Assim, a pauta não busca confirmar algo que já temos resposta, mas sim responder aquilo que está obscuro ou lançar alguma hipótese sobre a realidade. Não podemos confundir pauta com tema. A pauta é uma questão menor a ser apurada dentro de um tema que lhe serve como uma espécie de guarda-chuva (Pereira Junior, 2009).

notícias não são suficientes para realizarmos com precisão jurídica tal classificação. Assim, essa classificação tem por objetivo, dentro do possível, agrupar de maneira homogênea (pautas semelhantes) e excludente (pautas diferentes) as notícias sobre violência e criminalidade, com o intuito de visualizar adequadamente o corpus de análise. Portanto, cada classificação corresponde ao tipo de crime e/ou violência noticiada.

Todavia, destacamos que podemos encontrar diferentes tipos de violência e/ou crime em uma única notícia, bem como diferentes casos envolvendo localidades e pessoas distintas. Dessa forma, levamos em consideração o núcleo temático da notícia, ou seja, a notícia pode trazer, ao mesmo tempo, situações diferentes dentro de um tema específico. Para exemplificar, no dia primeiro de abril foi noticiado o envolvimento de policiais militares em casos de tortura. Portanto, trata-se de uma notícia sobre violência policial, no entanto, a notícia aborda localidades diferentes (Amazonas e São Paulo), pessoas diferentes e tipos de violência também diferentes (tortura, agressão física, abuso sexual e espancamento).

Assim, na primeira classificação (Homicídio, Art. 121) estão as notícias que envolvem assassinatos intencionais cometidos em meio urbano, contabilizando treze notícias. Foram excluídos os assassinatos ocorridos em ambiente rural, pois entendemos que estes engendram características específicas, como por exemplo, as lutas agrárias e as disputas por terra.

A segunda classificação (Lesão Corporal, Art. 129), que abrange as agressões físicas contra pessoas e/ou os casos de tentativa de assassinato não consumados, totalizou duas notícias.

Em relação à classificação três (Extorsão, Art. 158) fazem parte a notícia referente às ligações telefônicas anônimas dadas aleatoriamente a pessoas com a intenção de extorquir dinheiro mediante a comunicação de um seqüestro, haja vista que este ato não é executado. Esta categoria abrange somente uma notícia.

A classificação número quatro (Tortura, Lei Ordinária nº 9.455/97 Art. 1º) abrange os casos noticiados envolvendo as instituições da ordem no âmbito nacional, ou seja, fazem parte desta categoria as notícias sobre tortura cometida pelos agentes especializados do Estado (no caso, o policial). No total, são duas notícias.

Na classificação número cinco (Furto ou roubo, Art. 155 e 157) estão incluídas as notícias que envolvem diferentes tipos de crimes como: furto simples, furto qualificado e roubo. Esses crimes foram agrupados dessa forma, pois as notícias veiculadas pelo telejornal não estão embasadas em nossa legislação penal vigente. Isto quer dizer que, alguns crimes que na legislação penal brasileira se enquadram como furto qualificado são transmitidos pelo telejornal como sendo roubo. Interessa destacar que está inserido nesta categoria um dos

crimes mais abordado pelo telejornal, qual seja, os ataques com explosivos a caixas eletrônicos. Nesta categoria encontram-se quatorze notícias.

O quadro abaixo resume as informações levantadas:

Classificação	Nº de Notícias	%
1 - Homicídio (Art. 121)	13	41
2 - Lesão Corporal (Art. 129)	2	6
3 - Extorsão (Art. 158)	1	3
4 - Tortura (Lei Ordinária nº 9.455/97 Art. 1º)	2	6
5 - Furto ou roubo (Art. 155 e 157)	14	44
<b>Total</b>	32	100

Quadro 1 – Classificação das Notícias Referente de Abril/Maio de 2011  
Fonte: pesquisa

O gráfico abaixo ilustra as informações descritas acima:

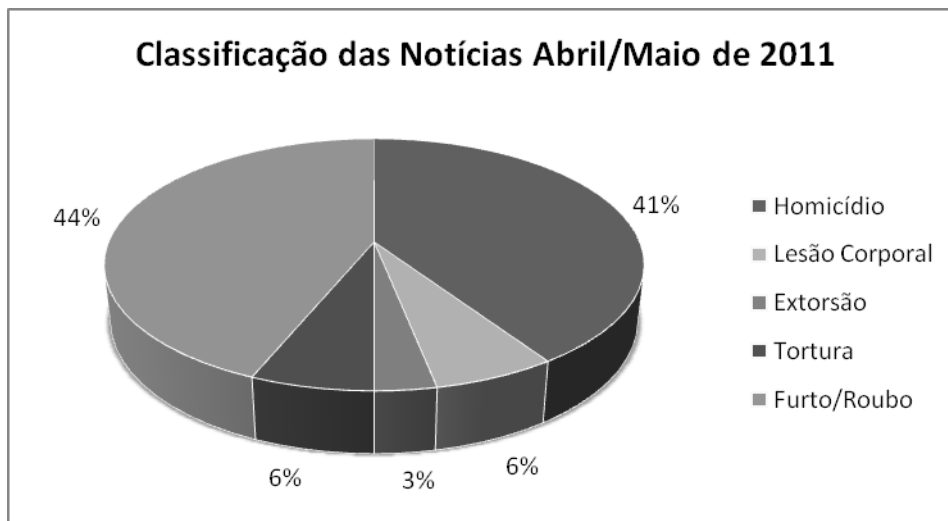


Gráfico 1 - Levantamento das Categorias Referente a Abril/Maio de 2011  
Fonte: pesquisa

Durante o período analisado constatamos que o JN se subdivide em no máximo cinco blocos<sup>6</sup>, apesar de ser mais freqüente a utilização de apenas quatro blocos. Podemos observar também que as notícias veiculadas sobre violência e criminalidade se estendem pelo noticiário, ou seja, não estão reservadas a um único bloco. No entanto, enfatizamos que frequentemente tais notícias são transmitidas no primeiro e no segundo bloco do telejornal,

<sup>6</sup> Por bloco entendemos a divisão em partes de um telejornal, ou seja, o bloco é o agrupamento de notícias apresentadas em um espaço de tempo. Além disso, cada bloco é separado por intervalos comerciais.

caracterizando, assim, a parte inicial como sendo reservada ao “noticiário policial”. Encontramos vinte e seis notícias no primeiro bloco, treze no segundo bloco, seis no terceiro bloco, quatro no quarto bloco, uma no quinto bloco e nenhuma no sexto bloco. Acrescentamos a isso que somente uma notícia, veiculada pelo telejornal, foi transmitida em quase todos os blocos de uma mesma edição, qual seja: os assassinatos ocorridos em uma escola pública do Rio de Janeiro.

O gráfico abaixo ilustra as informações descritas acima:

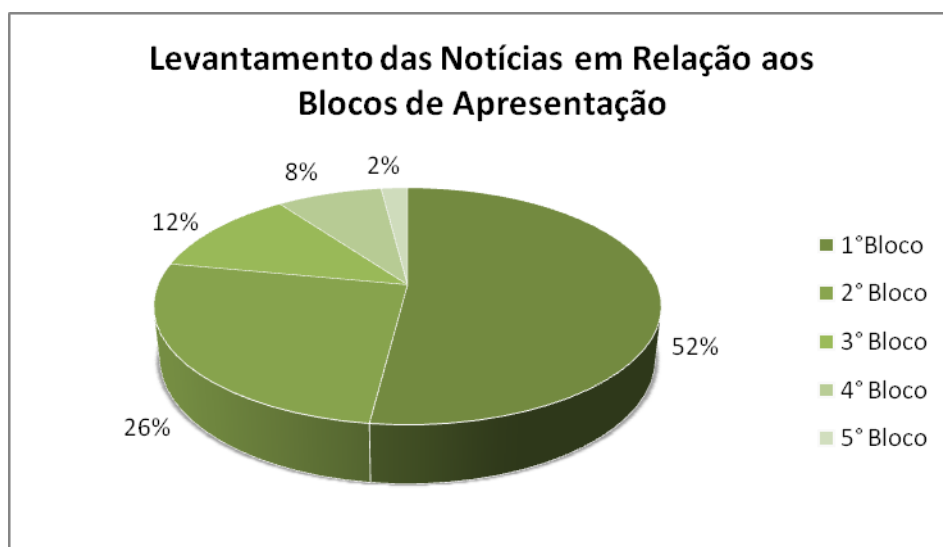


Gráfico 2 - Levantamento das Notícias Referente aos Blocos de apresentação de Abril/Maio de 2011  
Fonte: pesquisa

Outro ponto a ser destacado se refere aos Estados brasileiros abordados nas notícias veiculadas. Observamos que há uma concentração de notícias referentes aos estados do Rio de Janeiro e São Paulo. Assim, dos vinte e sete Estados brasileiros nove foram contemplados pelo telejornal em relação às notícias sobre violência e criminalidade, são eles: Rio de Janeiro (20 notícias), São Paulo (20 notícias), Pernambuco (02 notícias), Amazonas (02 notícias), Paraná (02 notícias), Paraíba (01 notícia), Bahia (01 notícia), Maranhão (01 notícia) e Alagoas (01 notícia). Em contrapartida, não foram transmitidas notícias sobre violência e criminalidade envolvendo a maioria dos Estados do Brasil, ou seja, não encontramos notícias relacionadas aos seguintes Estados: Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Pará, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Tocantins, Piauí, Rondônia, Roraima, Acre, Ceará, Amapá, Rio Grande do Norte, Espírito Santo, Sergipe, Santa Catarina e Distrito Federal.

O gráfico abaixo demonstra as informações referidas acima:

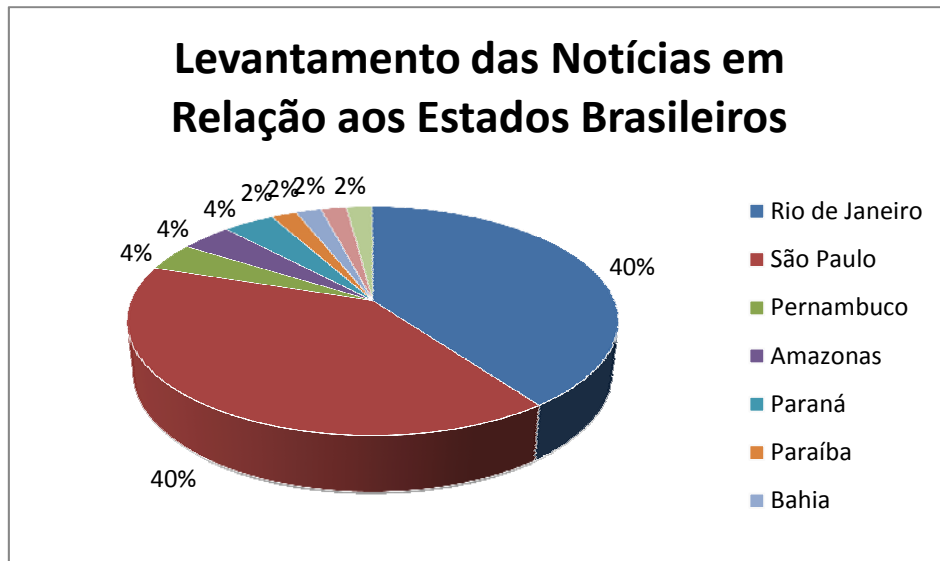


Gráfico 3 - Levantamento das Notícias Referente aos Estados Brasileiros de Abril/Maio de 2011  
Fonte: pesquisa

Em relação aos apresentadores das notícias constatamos a presença de oito jornalistas/apresentadores responsáveis em apresentar as informações aos telespectadores. Sendo eles: William Bonner, Fátima Bernardes, Carla Vilhena, Cristiane Pelajo, Chico Pinheiro, Márcio Gomes, Renata Vasconcelos e Alexandre Garcia. Ressaltamos que, no período analisado, a apresentadora Fátima Bernardes se sobressai em relação aos outros apresentadores do telejornal, da mesma maneira que a dupla William Bonner e Fátima Bernardes tem maior participação do que as outras duplas de apresentadores.

O gráfico abaixo ilustra as informações descritas acima:

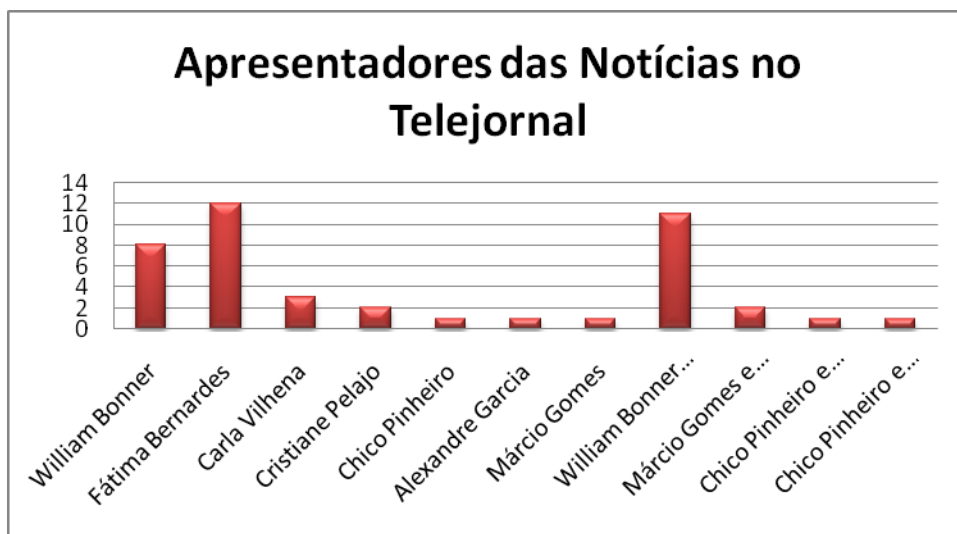


Gráfico 4 - Levantamento Referente aos Apresentadores das Notícias de Abril/Maio de 2011  
Fonte: pesquisa

Outro aspecto relevante que observamos se refere ao tempo dedicado à cobertura das notícias sobre violência e criminalidade enquadradas nesta pesquisa. Assim, temos no total duas horas, quatorze minutos e quarenta segundos (02 h., 14 min. e 40 s.) de cobertura das notícias envolvendo violência e criminalidade de um total de vinte e cinco horas, vinte e três minutos e treze segundos (25 h., 23 min. e 13 s., excluindo os intervalos comerciais). Haja vista que uma hora, dezenove minutos e cinquenta e sete segundos somam as notícias veiculadas no primeiro bloco, trinta e três minutos e dezessete segundos no segundo bloco, vinte e dois minutos e cinquenta e sete segundos no terceiro bloco, cinco minutos e vinte e seis segundos no quarto bloco e, por fim, três minutos e três segundos no quinto bloco.

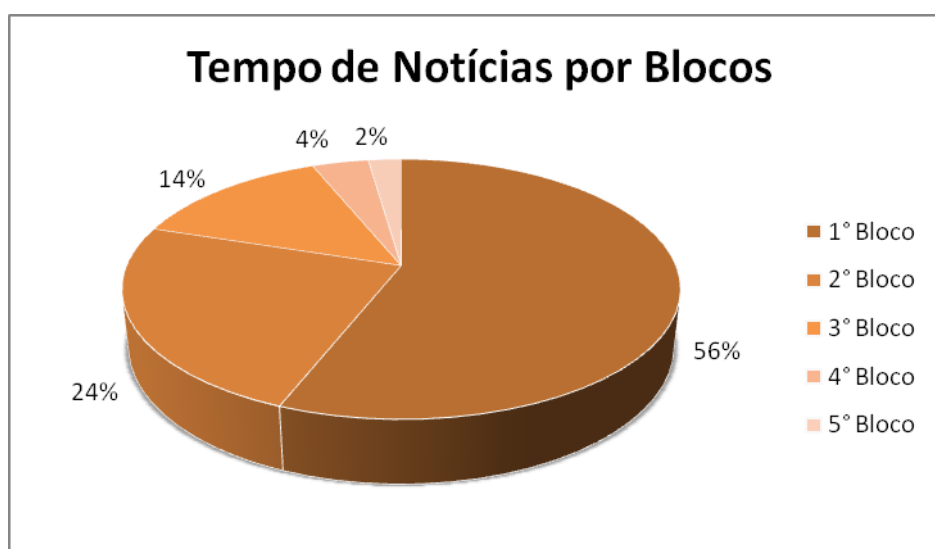


Gráfico 5 - Levantamento Referente ao Tempo de Notícias por Bloco  
Fonte: pesquisa

### 5.1 Algumas considerações

Pensamos ser precipitado falarmos em conclusões, de maneira geral, tendo em vista que a análise feita até aqui consiste em uma primeira etapa. Sabemos que ainda temos um longo e árduo caminho a percorrer. No entanto, podemos vislumbrar e apontar alguns pontos conclusivos.

O primeiro deles se refere à quantidade de informações sobre violência e criminalidade veiculadas pelo noticiário. Podemos afirmar que das 49 edições gravadas e transcritas apenas 40,82% das edições não transmitiram notícias sobre violência e criminalidade enquadradas nos critérios de inclusão e exclusão desta pesquisa. Isto quer dizer

que 59,18% das edições exibidas incluem esse tipo de notícias, ou seja, mais da metade das edições gravadas, número que consideramos expressivo.

Outro ponto que merece ser destacado é sobre a quantidade de notícias presente nas classificações de homicídio e furto ou roubo. Podemos observar o quanto essas duas classificações se sobressaem em relação às outras. Abaixo delas estão lesão corporal, tortura, extorsão e latrocínio, respectivamente. Assim, podemos dizer que essas duas classificações, furto ou roubo e homicídio, são as duas onde há mais notícias veiculadas pelo JN.

Além disso, percebemos o quanto um fato ocorrido pode se tornar o foco central do telejornal, se propagando por todo o noticiário. Para exemplificar citamos a notícia dos assassinatos ocorridos em uma escola pública do Rio de Janeiro, que no dia sete de abril engloba o noticiário do início ao fim, exigindo do telejornal uma capacidade potencial em discorrer sobre diversos fatores de informação. A notícia nomeada pelo telejornal como “a tragédia em Realengo”, além de ter sido o “trunfo” do dia sete de abril, recebeu ampla investigação e discussão chegando a ser veiculada diversas vezes nas edições posteriores.

A respeito disto, podemos dizer que essas notícias que ganham destaque e assumem o “palco principal” não se caracterizam, de acordo com Bourdieu (1997), como sendo um “assunto-ônibus”, como comumente ocorre com as notícias envolvendo casos de violência e criminalidade, principalmente, quando se tratam de casos envolvendo pessoas das camadas mais empobrecidas. Pois, os assunto-ônibus são temas que passam a ser vistos e consumidos como um entretenimento como outro qualquer. Neste caso, dos assassinatos no bairro de Realengo, no Rio de Janeiro, foi mobilizado um aparato especializado na cobertura desta notícia, incluindo uma apresentação especial diretamente do local onde foram assassinadas as pessoas, bem como, a participação de diversos atores sociais, como por exemplo, a divulgação das possíveis explicações de especialistas na área da saúde e segurança pública.

Enfatizamos que esses momentos de cobertura especializada e atenção vigilante por parte da mídia, de maneira geral, são raros. Ou ainda, esses momentos só existem quando se tratam de “mortes em quantidade, rebeliões, números estatisticamente relevantes – quando se trata dos pobres – seqüestro, homicídio de alguém em particular valorizado pelas mídias (...)” (ENDO, 2005, p. 247). Podemos verificar essas questões quando, no dia sete de maio, é noticiado o assassinato de quatro jovens em um bar na zona sul de São Paulo. E, ao final da notícia a apresentadora do telejornal informa que: “essa é a sétima chacina na grande São Paulo só este ano” (Cristiane Pelajo, JN, 07/5/2011); sentença que pode estar manifestando banalização [isso é comum e frequente, não há nada que se possa fazer para alterar a situação], continuidade [possibilidade de serialização] e desespecificação geográfica [“grande

São Paulo” é um território espreado]. O impacto no telespectador poderá ser o aumento do medo, construção de paranóia e aprofundamento do sentimento de impotência e insegurança. No decorrer desse processo de classificação e quantificação, das notícias sobre crime e violência veiculadas no JN, foram muitas as dificuldades por nós enfrentadas, principalmente no momento da classificação das notícias. Haja vista que as notícias, na maioria das vezes, não comportam as informações necessárias e, muitas vezes, fundamentais para que se possa compreender o fato noticiado como um todo. O que percebemos neste percurso é que existem lacunas que comprometem a compreensão e interpretação das notícias.

Outro aspecto relevante que podemos apontar se refere ao tempo dedicado às notícias que envolvem os casos de violência e criminalidade veiculados pelo JN. Se nos dois meses de gravação somamos um total de vinte e cinco horas, vinte e três minutos e treze segundos (25 h., 23 min. e 13 s., excluindo os intervalos comerciais), as notícias sobre violência e criminalidade incluídas na delimitação de nossa pesquisa somam apenas duas horas, quatorze minutos e quarenta segundos (02 h., 14 min. e 40 s.). Frente à isso, podemos inferir que o tempo de cobertura dedicado aos casos de violência e criminalidade é pequeno, com exceção de algumas notícias que ganham destaque e, conseqüentemente, o tempo dedicado a informação é maior, seja por sua relevância e/ou impacto social, seja por envolver pessoas das camadas abastadas da sociedade brasileira. Com efeito, o que percebemos é que em apenas duas horas, quatorze minutos e quarenta segundos (02 h., 14 min. e 40 s.) foram veiculadas 44 notícias.

Enfim, tais indicadores são importantes, pois os índices constatados indicam que o JN da Rede Globo de Televisão é um noticiário no qual são transmitidas informações sobre a problemática do crime e da violência. Isso nos mostra a relevância de nossas questões de pesquisa. Sendo o JN um agente veiculador das notícias sobre violência e crime, nosso próximo passo será investigar os discursos sobre violência e crime veiculados no Jornal Nacional, da Rede Globo de Televisão, com o intuito de interpretar as possíveis estratégias discursivas relacionadas aos processos de saúde/doença, sob a perspectiva da Análise de Discurso da Escola Francesa.



## 6 APRESENTAÇÃO DO CORPUS: POR UMA ANÁLISE QUALITATIVA DOS DISCURSOS SOBRE VIOLÊNCIA E CRIME

Para realização da análise, como propõe Orlandi (2009), um dos primeiros pontos a ser considerado é a constituição do corpus. A construção do corpus e o procedimento de análise estão estritamente interligados. Para a autora, “decidir o que faz parte do corpus já é decidir acerca de propriedades discursivas” (2009a, p. 63). Intencionalmente, o corpus desta pesquisa foi composto por 49 edições do JN que foram ao ar nos meses de abril e maio de 2011. Fazem parte dessas edições gravadas os seguintes dias do ano de 2011: 01/4; 02/4; 05/4; 06/4; 07/4; 08/4; 09/4; 11/4; 12/4; 13/4; 14/4; 15/4; 18/4; 19/4; 20/4; 22/4; 23/4; 25/5; 26/4; 27/4; 28/4; 29/4; 30/4; 02/5; 03/5; 04/5; 05/5; 06/5; 07/5; 09/5; 10/5; 11/5; 12/5; 13/5; 14/5; 16/5; 17/5; 18/5; 19/5; 20/5; 21/5; 23/5; 24/5; 25/5; 26/5; 27/5; 28/5; 30/5; 31/5. Destas 49 edições gravadas, obtivemos 29 edições com notícias sobre violência e crime incluídas na delimitação da pesquisa, perfazendo um total de 59,18% das edições gravadas. Lembrando que o foco central de nosso estudo são as notícias sobre violência e crime veiculadas no/pelo JN.

Na perspectiva da Análise de Discurso Francesa, adotada neste estudo, todo material coletado faz parte do que chamamos de *corpus empírico*, ou seja, o corpus empírico se constitui pelo conjunto do material lido, coletado e anexado durante o processo de pesquisa. Logo, o corpus empírico corresponde à totalidade do material recolhido pertencente a uma determinada comunidade discursiva, que neste caso está relacionada ao discurso sobre violência e crime veiculado no JN (Pêcheux, 2010). Sendo assim, o corpus empírico desta pesquisa é composto por um total de 44 notícias sobre violência e crime nestas 29 edições, sendo 26 no mês de abril e 18 no mês de maio. Das 44 notícias, 12 têm a mesma pauta (e.g., Realengo, Verônica Paiva) -, o que resulta em 32 pautas diferentes (e.g., Travesti, *Skinhead*).

As notícias foram classificadas de acordo com o Código Penal nacional vigente e Lei Ordinária número 9.455 de 07 de abril de 1997 (Brasil, 1997). Tal classificação teve como objetivo, dentro do possível, agrupar de maneira homogênea (pautas semelhantes) e excludente (pautas diferentes) as notícias sobre violência e crime, com o intuito de visualizar adequadamente o corpus empírico de análise. Portanto, cada classificação corresponde ao tipo de crime e/ou violência noticiada. Destacamos que não pretendemos realizar uma classificação jurídica rigorosa, pois as informações transmitidas nas notícias não são suficientes para realizarmos com precisão jurídica tal classificação. No entanto, a legislação penal brasileira nos serviu de apoio para compreendermos e classificarmos os casos

noticiados pelo JN.

O Quadro abaixo contém um resumo de todas as notícias veiculadas pelo JN no período analisado, ou seja, ele nos auxilia na compreensão e visualização do corpus empírico desta pesquisa.

Data	Classificação - Pauta das Notícias
01.4	Furto ou Roubo - Caixa eletrônico
	Tortura - Polícia
02.4	Furto ou Roubo - Saída de banco
04.4	Não foi gravado
05.4	-----
06.4	Tortura - Polícia
	Furto ou Roubo - Linha Vermelha
07.4	Homicídio - Realengo
	Homicídio - Cinema
08.4	Homicídio - Realengo
09.4	Homicídio - Realengo
11.4	Homicídio - Realengo
	Homicídio - Atirador (carro)
	Homicídio - Garotas (irmãs)
12.4	Homicídio - Realengo
	Lesão Corporal - Av. paulista
13.4	Homicídio - Realengo
14.4	Homicídio - Realengo
	Furto ou Roubo - Cabos de energia
15.4	Homicídio - Realengo
	Furto ou Roubo - Caminhão mercadorias roubadas
16.4	Não foi gravado
18.4	Homicídio - Realengo
	Homicídio - Travesti
19.4	-----
20.4	-----
21.4	Não foi gravado
22.4	Extorsão - Idosa
	Furto ou Roubo - Caixa eletrônico
	Homicídio - Jovens
23.4	Latrocínio - ONG ambientalistas
25.4	-----
26.4	-----
27.4	-----
28.4	Furto ou Roubo - Caixa eletrônico
29.4	-----
30.4	-----
02.5	-----
03.5	Homicídio - Nardoni
04.5	-----
05.5	-----
06.5	-----
07.5	Homicídio - Realengo

Quadro 2 - Classificação/ Pauta das Notícias Por Dia

Fonte: pesquisa

	Homicídio - Jovens bar
09.5	-----
10.5	-----
11.5	Furto ou Roubo - Dupla sertaneja
12.5	Furto ou Roubo - Caixa eletrônico
13.5	-----
14.5	Furto ou Roubo - Caixa eletrônico
16.5	Homicídio - Verônica Paiva
17.5	-----
18.5	-----
19.5	Homicídio - Aluno USP
20.5	Homicídio - Aluno USP
21.5	Homicídio - Verônica Paiva
	Lesão Corporal – Skinhead
23.5	-----
24.5	Homicídio - Pimenta Neves
25.5	Homicídio - Pimenta Neves
26.5	-----
27.5	-----
28.5	Furto ou Roubo - Banco policiais
30.5	Homicídio – Fronteira
	Furto ou Roubo – Banco
	Homicídio – Cartunista
31.5	Furto ou Roubo - Caixa eletrônico

Quadro 2 - Classificação/ Pauta das Notícias Por Dia (continuação)  
Fonte: pesquisa

### 6.1 Condições de Produção: Histórico do Jornal Nacional e da Rede Globo de Televisão

Consideramos relevante realizar uma contextualização histórica do JN, enfatizando a trajetória e as características deste telejornal, bem como de sua emissora, a Rede Globo de Televisão. Neste momento, abordaremos, portanto, as condições de produção do discurso veiculado no e pelo JN. Serão trabalhados os aspectos sócio-históricos, que compõem o contexto amplo das condições de produção do discurso, bem como, desenvolveremos a análise do contexto imediato através da apresentação dos interlocutores desse processo discursivo, ou seja, trabalharemos, também, as circunstâncias da enunciação.

Um ano após o golpe militar no Brasil vimos “nascer” uma das maiores empresas privada de comunicação da América Latina, a TV Globo. A Rede Globo de Televisão foi inaugurada em 26 de abril de 1965, tendo no comando o jornalista Roberto Marinho. Sua primeira sede se localizava no Jardim Botânico, no Rio de Janeiro. O contexto da época, fortemente marcado pela ditadura militar, tinha em seu bojo o avanço tecnológico via satélites, o que produziria uma ampla troca de informações entre regiões distantes do país que

até o momento não eram contempladas (Memória Globo, 2004). Pode-se dizer que este foi um momento ímpar na história de nosso país, no que tange à política, à economia e todos os seus desdobramentos na vida do povo brasileiro. De acordo com Montañó (2004), a emissora, comanda por Roberto Marinho, juntamente com o governo militar, tinha a missão de unificar o país e transformá-lo em um mercado promissor. No entanto, tal objetivo só seria possível mediante o desenvolvimento tecnológico e econômico. Interessa destacar que, para alcançar tal objetivo (unificar o país e proporcionar um mercado favorável) a emissora não mediu esforços e investiu em alta tecnologia. Feito que vem sendo desenvolvido pela Rede Globo até os dias atuais.

Foi com a introdução do *videotape*, nos anos 60, que as produções realizadas entre São Paulo e Rio de Janeiro foram levadas para todo o território brasileiro, favorecendo as redes nacionais em detrimento das produções locais e regionais. Dessa forma, os brasileiros de várias localidades tinham, conseqüentemente, que se identificar e se reconhecer nos modos de vida desses dois grandes centros urbanos (Montañó, 2004). Em outras palavras, as produções jornalísticas, mas não somente estas, advinham de um único lugar do Brasil, o sudeste. A região conhecida como lugar de elevado desenvolvimento socioeconômico e cultural foi, e ainda é, o foco das notícias jornalísticas. Nesse sentido, o que nos parece é que, o que é importante e relevante no cenário nacional concentra-se nessa região, ou seja, o que acontece fora do eixo Rio-São Paulo é menos importante, ao menos, para a Rede Globo e seus jornalistas.

Desde o princípio, a Rede Globo se firmou no cenário nacional ocupando lugar privilegiado entre os veículos de comunicação no Brasil. Dessa forma, vem disputando com as outras emissoras a audiência dos telespectadores. Já nas décadas de 80 e 90 a emissora se tornou uma presença ininterrupta na vida dos brasileiros. A Rede Globo vem exercendo um papel fundamental no contexto brasileiro, isto quer dizer que, a Globo ocupa um espaço central na esfera pública nacional (Bucci, 2004). Para Bucci (2004, p. 221), a Rede Globo ultrapassa os limites de um simples veículo de comunicação no cenário nacional e chega a ocupar um lugar onde a sociedade brasileira se produz, ao mesmo tempo que se reproduz.

... a Rede Globo dispõe da prerrogativa de prestar-se não exatamente como um meio de comunicação, mas como um lugar, um *topos* [grifo do autor] nuclear em que a sociedade brasileira elabora seus consensos e equaciona seus dissensos. A Globo é, por assim dizer, um palco do espaço público que ela mesma delimita.

De acordo com os dados disponibilizados no *site*<sup>7</sup> da emissora, atualmente, as Organizações Globo contam com sedes em diversas regiões do país possuindo também, um amplo espaço, nomeado Central Globo de Produções, em Jacarepaguá, na Zona Oeste do Rio de Janeiro. Este espaço abarca uma área de 1,65 milhões de metros quadrados, sendo que 137 mil metros quadrados são de área construída.

Aos 46 anos de idade, a Rede Globo de Televisão, segundo informações retiradas do *site*<sup>8</sup>, possui 122 emissoras, sendo que 117 são suas afiliadas, levando sua programação a 98,44% dos municípios (5,482 municípios brasileiros), atingindo assim, mais de 183 milhões de brasileiros, ou seja, 99,50% da população em território nacional. Hoje, a Rede Globo comporta 28 grupos de comunicação e 9.600 profissionais difundidos pelo Brasil. Fazem parte desses grupos de comunicação as seguintes redes: TV Aza Branca, TV Gazeta, TV Clube, Inter TV, Rede Integração, Rede Bahia de Televisão, Rede Anhanguera, Rede Liberal, TV Gazeta, Rede Mirante, TV Tem, RPC TV, TV Fronteira, TV Rio Balsas, TV Tribuna, TV Rio Sul, TV Sergipe, Rede Matogrossense de Televisão, Vanguarda, Panorama, RBS TV, TV Verdes Mares, TV Diário, TV Grande Rio, TV Cabo Branco, EP TV, Rede Amazônica, TV Tapajós. Além disso, a Rede Globo dispõe de outros tipos de mídias, dentre eles, destacamos: a Globo Marcas, Globo Filmes, Globo.Com e a Som Livre.

Como podemos perceber, a Rede Globo assume um lugar de destaque entre os veículos de comunicação no Brasil, haja vista que possui ampla cobertura nacional e detém em “suas mãos” os mais importantes veículos de comunicação do país. Há quem diga que “o Brasil é a Globo (principalmente o *Jornal Nacional* [grifo da autora], mas não só) e a Globo é mais que o Brasil” (Montaño, 2004, p. 29).

Entre as principais produções desta emissora encontra-se o telejornalismo. Foi através deste que a Rede Globo criou um espaço propício para seu projeto de integração nacional. Deste modo, avalia Montaño (2004) que, por meio de sua superioridade técnica, a Rede Globo estabeleceu um padrão jornalístico que serviu e continua servindo de modelo para as outras emissoras. Pode-se afirmar que o telejornalismo da Rede Globo tornou-se, de modo geral, uma referência nacional para a produção telejornalística. Nas palavras da autora: “A Emissora criou um padrão telejornalístico tão forte que estabeleceu-se como novo modelo de telejornal, que as outras emissoras querem alcançar, e também transformou-se em referencial para a produção acadêmica e para a formação de jornalistas na área de televisão” (Montaño, 2004, p.33).

---

<sup>7</sup> Recuperado em 15 de dezembro, 2011, de <http://www.globo.com>.

<sup>8</sup> *Ibidem*.

O JN foi ao ar pela primeira vez no dia 01 de setembro de 1969, quatro anos após a inauguração de Rede Globo e cinco anos após o golpe militar, comandado por Armando Nogueira. Esta data é considerada, pela emissora, um marco em sua história, pois estréia sua primeira transmissão telejornalística em tempo real para praticamente todo o território nacional. Hilton Gomes e Cid Moreira abriram a primeira edição do JN. Inicialmente o telejornal possuía apenas 15 minutos de duração e, era transmitido de segunda-feira a sábado. De acordo com a publicação da Memória Globo (2004), as edições do JN eram divididas em três partes, uma reservada para as notícias locais, a segunda para os fatos nacionais e a terceira e última incluía as questões internacionais.

O “nascimento” do JN, além de ser um fato importante para a própria emissora é, igualmente, relevante para o país como um todo. Ao passo que o JN, além de ser o primeiro telejornal a ser transmitido em tempo real para quase todo território nacional, foi um marco decisivo no projeto de integração nacional (Montaño, 2004).

Atualmente, o JN em sua equipe completa contabiliza 72 profissionais, dentre eles o Editor-chefe e apresentador William Bonner; o Editor-chefe adjunto: Luiz Fernando Ávila; a Editora-executiva e apresentadora Fátima Bernardes, os apresentadores Alexandre Garcia, Ana Paula Araújo, Carla Vilhena, Chico Pinheiro, Christiane Pelajo, Heraldo Pereira, Márcio Gomes, Renata Vasconcellos, Renato Machado, Sandra Annenberg, William Waack; Editores: Alexandre Mattoso, Angela Garambone, Chico Walcacer, Eric Hart, Fernando Castro, Isabella Guberman, Leopoldo Long, Ricardo Bereicôa, Ricardo Pereira, Vinicius Menezes; Chefe de Redação no Rio de Janeiro: Carlos Jardim; Editores no Rio de Janeiro: Laura Nonohay, Renata Fernandes; Chefe de Redação em São Paulo: Mariano Boni; Coordenadora em São Paulo: Sema Rita; Editores em São Paulo: Bia Almeida, Fátima Ugatti, José Alan, Ivone Happ, Coordenador em Brasília: Esdras Paiva; Editores em Brasília: Regina Montella, Tânia Bellani, Denise Lacerda, Ava Nóbrega; Chefe de Redação em Belo Horizonte: Clécio Vargas; Editor em Belo Horizonte: Moacir Junior; Editor em Recife: Charles Tricot; Chefe de Produção: Cristiana Sousa Cruz; Produtores: Adriana Caban, Ana Paula Brasil, Dagberto Souto Maior, Flávio Orro, Rogério Nery; Editor de Internet: Alfredo Bokel; Ilustradores-Chefe: Gilda Rocha Hélio Bueno; Editores de Arte: Accacio Fernandes Adriano Sorrentino; Ilustradores: Eduardo Seabra, Márcio Fellipe; Videografismo: Simone Carvalho; Coordenação: José Roberto dos Santos; Gerente de Operações: Luiz Henrique Rabello; Assistente de Produção: César Marcelo, Fábio Pacheco, Heraldo Amaral, José Assis, Sergio Anselmo; Direção de Imagens: Leonardo Miranda Penna; Diretor de Operações: Fernando Guimarães; Diretor de Ilustração e Arte: Alexandre Arrabal; Diretor de Jornalismo -

RJ: Erick Bretãs; Diretora de Jornalismo - SP: Cristina Piasentini; Diretor Geral da Área de Jornalismo e Esporte (DGJE): Carlos Henrique Schroder; Diretor da Central Globo de Jornalismo (CGJ): Ali Kamel; Diretor da Central Globo de Esportes (CGESP): Luis Fernando Lima; Diretores Executivos de Jornalismo: Luiz Cláudio Latgé (conteúdo) e Renato Ribeiro (produção)<sup>9</sup>.

Sobre a audiência do primeiro telejornal exibido em rede para todo o país, de acordo com dados recolhidos no *site*<sup>10</sup> de sua emissora, o índice de audiência chega, atualmente, a 35 pontos. Em relação ao perfil dos telespectadores as pesquisas mostram que 51% pertencem à classe C, 33% são das classes A/B e 16% pertencem às classes D/E. A respeito da idade de seus telespectadores, 39% têm 50 anos ou mais, 38% estão na faixa etária entre 25 e 49 anos, 8% estão entre 18 e 24 anos de idade, 7% tem entre 12 a 17 anos e 8% estão entre 04 e 11 anos (fonte: IBOPE: Média *Workstation* – set/11).

Consideramos relevante mencionar, neste momento, que durante o desenvolvimento desta pesquisa, o JN recebeu um prêmio inédito, o *International Emmy Awards* 2011. Esta foi a primeira vez que o telejornal ganha um prêmio na categoria notícia, embora tenha sido indicado sete vezes em nove anos nesta categoria. O JN estava concorrendo com produções das Filipinas, Islândia e Reino Unido, mas ganhou de seus concorrentes devido à cobertura jornalística da operação policial no Complexo do Alemão em novembro de 2010. A premiação foi realizada em 26 de setembro de 2011 e parte do evento foi exibido pelo JN no dia 27 de setembro com uma reportagem de aproximadamente 05 minutos de duração (Jornal Nacional, 2011a). Logo após, foi apresentada uma retrospectiva da cobertura premiada, reportagem que levou em torno de 04 minutos (Jornal Nacional, 2011b). Após o retorno da equipe para o Brasil, o editor chefe do telejornal, William Bonner, realizou um relato pessoal da premiação e exibiu o troféu recebido na bancada do próprio telejornal (Jornal Nacional, 28/9/2011).

Além disso, interessa destacar que, também durante o desenvolvimento desta pesquisa, o JN passou por uma mudança em relação aos apresentadores do telejornal. A jornalista e apresentadora Fátima Bernardes, que esteve à frente das apresentações das notícias e reportagens por quatorze anos, deixa o telejornal para assumir um novo programa na Rede Globo e em seu lugar assume a jornalista Patrícia Poeta. No dia da despedida de Fátima Bernardes, Patrícia Poeta esteve presente e foi convidada a participar do bloco de

<sup>9</sup> Informação colhida a partir do *site* da Rede Globo. Recuperado em 15 de dezembro, 2011, de <http://www.globo.com>.

<sup>10</sup> Recuperado em 20 de janeiro, 2012, de <http://comercial2.redeglobo.com.br>.

encerramento do telejornal. Foram 15 minutos do telejornal dedicados a uma homenagem às duas jornalistas<sup>11</sup>.

Se considerarmos que o jornalismo é definido pela Rede Globo como “uma atividade que produz conhecimento. Um conhecimento que será constantemente aprofundado, primeiro pelo próprio jornalismo, em reportagens analíticas de maior fôlego, e, depois, pelas ciências sociais, em especial pela História”<sup>12</sup>, perguntas emergem: essa mudança altera em alguma medida o formato do telejornal? Seria preciso 15 minutos de telejornal para realizar uma despedida e dar boas vindas à nova integrante? Por que um telejornal premiado internacionalmente cede um espaço considerável para homenagear duas de suas apresentadoras?

Não temos respostas certas a essas perguntas. Todavia, se o jornalismo é para a Rede Globo “uma atividade que produz conhecimento”, temos certeza de que o conhecimento produzido ao homenagear as duas repórteres não será de grande utilidade às ciências sociais e à história.

## 6.2 A Construção Do Corpus Discursivo

Do ponto de vista da Análise de Discurso Francesa há uma diferenciação entre o *corpus empírico* e o *corpus discursivo*. O corpus empírico, como mencionando anteriormente, é composto por todo o material utilizado na pesquisa. Já o corpus discursivo é formado pelo conjunto dos discursos selecionados pelo analista para ser trabalhado na análise propriamente dita. Assim, o corpus discursivo abrange as *sequências discursivas* sobre a qual o analista se debruçará. As sequências discursivas são compostas por recortes do campo discursivo, isto é, as sequências discursivas não são necessariamente frases ou orações determinadas pela gramática normativa, mas unidades superiores ao nível da frase. Logo, as sequências discursivas são carregadas de significação (Pêcheux, 2010).

A respeito disto, o corpus discursivo desta pesquisa será trabalhado a partir das relações existentes entre os processos parafrásticos e polissêmicos. Segundo Orlandi (2009), ao pensarmos discursivamente a linguagem, os processos parafrásticos e polissêmicos não podem ser tratados de forma independente e isolados, isto quer dizer que, não podemos traçar

---

<sup>11</sup> Recuperado em 10 de janeiro, 2012, de <http://g1.globo.com/videos/jornal-nacional>.

<sup>12</sup> Recuperado em 19 de janeiro, 2012, de <http://g1.globo.com/principios-editoriais-das-organizacoes-globo.html#diante-do-publico>.



limites exatos entre a paráfrase (mesmo) e a polissemia (diferente). Dessa forma, todo o funcionamento da linguagem se estabelece na tensão entre a paráfrase e a polissemia.

A paráfrase, afirma Orlandi (2009a, 2009b), está na direção da repetição de um mesmo dizer, ou seja, produzem-se diferentes formulações do mesmo dizer sedimentado. Assim, a paráfrase está do lado da estabilização, do sedimentado e do garantido. A paráfrase passa a ser compreendida como uma tendência invariável da repetição dos sentidos. Nas palavras da autora:

Os processos parafrásticos são aqueles pelos quais em todo dizer há sempre algo que se mantém, isto é, o dizível, a memória. A paráfrase representa assim o retorno aos mesmos espaços do dizer. Produzem-se diferentes formulações do mesmo dizer sedimentado (Orlandi, 2009a, p. 36).

Em contrapartida, de acordo com Orlandi (2009a), a polissemia representa o deslocamento do mesmo e a ruptura com o garantido. Portanto, os processos polissêmicos possibilitam a instauração do diferente. A polissemia está do lado da movimentação, da transformação dos sentidos, ou seja, é a polissemia que torna possível a transformação tanto dos sujeitos como dos sentidos. Dessa forma, as relações entre os processos parafrásticos e polissêmicos manifestam-se através do conflito entre o mesmo, o estático, o legitimado e o que pode vir a ser outro, diverso e múltiplo. É nesse jogo entre a paráfrase e a polissemia, entre o mesmo e o diferente, que se produz todo e qualquer discurso.

Esta é uma manifestação da relação entre o homem e o mundo (a natureza, a sociedade, o outro), manifestação da prática e do referente na linguagem. Há um conflito entre o que é garantido e o que tem de se garantir. A polissemia é essa força na linguagem que desloca o mesmo, o garantido, o sedimentado. Essa é a tensão básica do discurso, tensão entre o texto e o contexto histórico-social: o conflito entre o “mesmo” e o “diferente”, entre a paráfrase e a polissemia (Orlandi, 2009b, p.27).

Enfim, ressaltamos que, em termos gerais, a produção discursiva da linguagem se faz na articulação entre a paráfrase e a polissemia. Os processos parafrásticos são da ordem da memória, da repetição e do legitimado. Já, os processos polissêmicos são da ordem do deslocamento, da ruptura e da transformação.

Nesse modo de entender os processos parafrásticos e polissêmicos, podemos dizer que o discurso dominante ou hegemônico se constrói através do processo parafrástico, que o torna possível e o institucionaliza. Assim, segundo Orlandi (2009a), distingue-se o que é criatividade e o que é produtividade. A criatividade, regida pela polissemia, propõe uma ruptura do processo de produção da linguagem, através do deslocamento das normas,

movimentando sujeitos e sentidos. No entanto, a produtividade, regida pela paráfrase, produz o mesmo de diferentes formas. Para a autora, a mídia é um campo onde podemos visualizar com frequência a produtividade e não a criatividade. Para exemplificar, a autora utiliza a novela como um processo de produção dominado pela produtividade. Assim, assistimos a mesma novela muitas vezes com algumas variações.

A propósito, podemos transpor para produção telejornalística o que se observa na produção da telenovela. Por ora, é possível adiantarmos que a lógica que perpassa a produção telejornalística, de modo geral, no Brasil, se assenta na produtividade e na repetição de processos já cristalizados. Levando isso em conta, optamos por trabalhar em nossa análise as seqüências discursivas que colocam em jogo os processos parafrásticos e polissêmicos veiculados pelo discurso do JN nas notícias sobre violência e crime.

Nosso procedimento de análise, ao se filiar a perspectiva da AD francesa, se propôs a contemplar, de maneira peculiar, diferentes etapas do dispositivo analítico através da articulação entre descrição e interpretação. A respeito disto, Orlandi (2009) observa que análise se faz por etapas, considerando o funcionamento de propriedades do discurso, ao passo que as etapas juntamente com os procedimentos darão forma ao dispositivo de análise. Isso diz respeito ao que Pêcheux (2010, p. 191) formula sobre duas particularidades da prática da análise do discurso, a saber:

“... a primeira é a de que esta prática utiliza *necessariamente* [grifo do autor] um procedimento algorítmico, o que pressupõe uma diferença essencial na forma do resultado produzido... uma segunda especificidade da análise do discurso, a saber, que o objeto a propósito do qual ela produz seu “resultado” não é um objeto linguístico mas um objeto sócio-histórico onde o *linguístico intervém como pressuposto* [grifo do autor]”.

Tendo em vista que o trabalho de análise se estabelece por partes, para tanto, passamos por diferentes momentos nesta pesquisa. O primeiro passo dado foi à realização das gravações das edições do JN, durante dois meses (abril e maio de 2011). Posteriormente, foi realizada a transcrição das edições gravadas. Feito isso, o próximo passo dado foi a utilização de recursos quantitativos, anteriormente expostos, que nos respaldaram para a etapa seguinte, a concretização do estudo qualitativo sob a perspectiva da AD Francesa.

Em nossa investigação, selecionamos as palavras “violência” e “crime” como uma seqüência discursiva de referência (SDR) e, na leitura e análise do corpus, optamos por trabalhar a partir dos processos parafrásticos e polissêmicos. A leitura minuciosa do corpus possibilitou que selecionássemos, além das palavras anteriormente citadas, algumas

sequências discursivas nas quais possibilitaram um entendimento a cerca dos efeitos de sentido produzidos no e pelo JN sobre a temática da violência e criminalidade. Assim, o corpus foi estudado detalhadamente em busca de sentidos dominantes sobre a temática em questão. A partir da leitura minuciosa do corpus delineamos dois eixos de análise do discurso do noticiário. São eles:

- 1) A Sociedade Insegura: Formas de Controle e Vigilância;
- 2) A Produção do Risco: Proliferando o Medo Social.

Destacamos que, por opção metodológica, faz parte do corpus discursivo a fala de todos os interlocutores que se manifestaram, de alguma forma, nas notícias sobre violência e crime delimitadas no recorte desta pesquisa. Assim, deixamos claro que as falas dos apresentadores, repórteres e entrevistados foram levadas em consideração. Também, por opção metodológica, foram grifadas em negrito, nas sequências discursivas, as falas que remetem aos efeitos de sentido sobre a temática em questão. Da mesma forma, as sequências discursivas receberam uma numeração afim de melhor visualizá-las no corpo do texto.

Pontuadas essas questões, passaremos para a análise propriamente dita.

## 7 A SOCIEDADE INSEGURA: FORMAS DE CONTROLE E VIGILÂNCIA

Parafraseando Bauman (2005) - e substituindo algumas de suas palavras por violência -, consideramos que há mais de uma forma de contar a história da *violência* e do *crime* (ou qualquer espécie de história). Essa análise é uma delas.

Grades, muros, cercas elétricas, câmeras de vigilância, carros blindados são “ferramentas” que se tornaram corriqueiras no cotidiano dos habitantes das cidades brasileiras. Ao observarmos a organização social urbana, podemos perceber o quanto os aparatos tecnológicos de segurança vêm se inserindo gradualmente em nossas vidas. Tais aparatos estão sendo utilizados, em nossa sociedade, na tentativa de tornar a vida dos cidadãos mais segura. Em outras palavras, acreditamos que viver na sociedade contemporânea é por demais arriscado e, deste modo, necessitamos de instrumentos de controle que nos protejam de determinados riscos ou que, ao menos, possibilitem uma maior sensação de segurança. Neste panorama, a violência e a criminalidade nas cidades vêm se destacando entre os riscos que amedrontam a vida cotidiana e, além disso, vêm suscitando diferentes estratégias de controle como resposta social ao crime e a violência.

Este primeiro eixo da análise visa discutir, através dos efeitos parafrásticos e polissêmicos presentes no discurso veiculado no e pelo JN, o que Garland (2008) nomeou de “a cultura do controle”. Para isso, versaremos a respeito das estratégias utilizadas pela sociedade em relação ao controle do crime e da violência nas cidades, mostrando, através das sequências discursivas destacadas, onde se localiza no discurso os efeitos de sentido sobre a temática em questão.

Embora a análise de Garland (2008) se detenha nas sociedades norte americana e europeia, suas contribuições analíticas, a respeito do controle do crime, são fundamentais para pensarmos a atual situação brasileira. Para o autor, muitos dos problemas e inseguranças, característicos dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha, podem ser encontrados em outras sociedades pós-modernas, apesar de localizarmos reações culturais e políticas diversas, bem como, trajetórias sociais específicas de cada cultura. Assim, podemos dizer que, em relação ao controle do crime, temos uma forma de organização social que poderíamos chamar de estrutural, ou seja, muitas práticas, estratégias e racionalidades utilizadas sugerem a emergência de uma nova configuração social composta por elementos novos e antigos que perpassam o “tecido” social como um todo.

Ao falarmos em nova configuração social queremos destacar que as racionalidades e estratégias de controle e segurança em nossa sociedade vêm mudando substancialmente. Nossas práticas atuais são intensamente ambíguas e assustadoras se observarmos nossa trajetória histórica. De modo geral, as respostas sociais à criminalidade e à violência tomaram uma direção quase oposta daquela prevista nos anos setenta do século XX. Nossos modos de pensar, sentir e agir, no que se refere ao controle do crime, não são mais os mesmos de alguns poucos anos atrás. Tais mudanças dizem respeito, sobretudo, as transformações em políticas, sentenças, punições, teorias criminológicas, filosofia penal, segurança privada, prevenção do crime e tratamento das vítimas (Garland, 2008).

É evidente que todas as transformações ocorridas nas últimas décadas não se restringem ao mundo do controle do crime e da violência. A sociedade contemporânea como um todo sofreu e, mais especificamente, vem sofrendo diversas transformações no que tange a política, a economia e as relações sociais. Logo, as mudanças ocorridas não se produziram no vácuo, elas fazem parte de uma nova configuração social. Assim, Garland (2008, p. 48) afirma que: “... o reconfigurado campo do controle do crime é o resultado de escolhas políticas e de decisões administrativas, ambas assentadas sobre uma nova estrutura de relações sociais e informadas por um novo padrão de sensibilidades culturais”.

Tendo como foco as transformações ocorridas recentemente, destacaremos, neste momento, aquelas que julgamos essenciais para melhor compreendermos este eixo de nossa análise. Enfatizamos que estamos trabalhando dentro de um contexto geral, mas temos, ao mesmo tempo, a preocupação de estarmos nos remetendo às especificidades do contexto brasileiro. Dessa forma, os pontos que serão destacados, a seguir, dizem respeito a um contexto amplo e geral, no entanto, acreditamos que são condizentes com a realidade brasileira.

Dentre as principais mudanças no pensamento e na política criminal destacamos o recente declínio do modelo penal previdenciário. O modelo previdenciário, em seu arcabouço prático e ideológico, embasou a política penal por aproximadamente um século. Em consonância com os ideais modernos e com a consolidação do Estado de bem-estar, o foco do modelo previdenciário centrava-se na reabilitação das pessoas que haviam cometido violações da lei penal. Portanto, suas instituições estavam voltadas para o tratamento e recuperação dos criminosos, ou seja, o caráter punitivo das instituições tradicionais havia sido questionado e em seu lugar emergiram outras práticas institucionais, como por exemplo, elaboração de leis que possibilitassem a condenação a penas indeterminadas, vinculada à liberdade antecipada e à liberdade vigiada. Logo, o encarceramento era visto como anacrônico, pré-moderno e

insuficiente em responder aos problemas da violência e criminalidade. Em consequência disto, o sistema prisional era visto como problemático e utilizado como último recurso. A prisão, no entendimento do modelo previdenciário, se caracterizava como contraproducente, pois os objetivos do previdenciário (reabilitação, tratamento, reinserção social) não correspondiam com os objetivos do sistema prisional que estavam voltados para neutralização, gerenciamento de riscos e, principalmente, punição (Garland, 2008).

Além disso, de acordo com Garland (2008), esse modelo reservou um lugar privilegiado aos especialistas e aos profissionais da área. Foram incentivadas as pesquisas empíricas e o aprofundamento de técnicas especializadas. A medicina psiquiátrica e a psicologia do indivíduo foram significativamente empregadas para embasar as práticas e os valores do modelo penal-previdenciário. Em outros termos, o controle do crime consistia em uma tarefa especializada e profissionalizada, excluindo os sentimentos públicos dos métodos penais-previdenciários, sobretudo em relação às demandas exclusivamente punitivas. Ao mesmo tempo, o previdenciário penal voltava-se aos problemas de desajustamento individual, concentrados nas camadas empobrecidas da população, ou seja, a problemática da violência e da criminalidade era atribuída às questões de pobreza, privação social e socialização precária.

O pensamento criminológico, que embasava o modelo penal-previdenciário, no período pós-guerra, situava a criminalidade como um problema de indivíduos e de famílias desajustadas, ou como um sintoma das privações e/ou injustiças sociais produzidas pelos conflitantes códigos culturais numa sociedade plural, mas altamente hierarquizada e injusta. Portanto, as ideias criminológicas formavam uma combinação eclética de teorias psicológicas e sociológicas. Assim, as possíveis soluções para a criminalidade e violência apontavam para o tratamento individualizado, apoio e orientação das famílias e na construção de medidas de reforma social, como a educação e a geração de empregos (Garland, 2008). Enfim, acreditava-se na potencialidade humana e na capacidade de resolvermos nossos problemas através do respeito e da confiabilidade nas instituições sociais. A preocupação com o outro se fazia presente, no momento em que se depositavam esperanças nas possibilidades de reverter às mazelas sociais a partir do movimento de reforma social.

As criminologias da era do Estado de bem-estar tendiam a admitir a perfeição do homem, a ver o crime como sinal de um processo de socialização deficiente e a preconizar que o Estado deveria assistir aqueles que carecessem das provisões econômicas, sociais e psicológicas necessárias para a integração social adequada e para que mantivessem conduta respeitadora da lei (Garland, 2008, p. 61).

É claro que os compromissos assumidos pelo modelo penal-previdenciário (sentenças individualizadas, sentenças indeterminadas, programas de tratamento, reinserção social) nem sempre foram realmente colocados em prática. Ao passo que, os métodos previdenciários estavam inseridos em um contexto mais amplo e determinados por códigos e regras culturais que nem sempre condiziam com tal práxis. Sua estrutura básica estava arraigada nas distintas práticas institucionais da sociedade moderna, e seus programas de trabalho se relacionavam com o Estado de bem-estar do período pós-guerra, bem como, com a emergente democracia social. Apesar da existência de um amplo respaldo em relação ao pensamento e às práticas do previdenciarismo penal, os conflitos e as divergências se faziam presentes em vários momentos, da mesma maneira que, enfrentava a oposição crítica de determinados grupos e atores sociais. No entanto, o modelo penal previdenciário havia se estabelecido como um consenso entre os profissionais judiciários, os trabalhadores da área social, bem como, pelos operadores do Estado.

É importante termos em mente que ao falarmos em declínio do modelo previdenciário não estamos dizendo que este se extinguiu, mas que o amplo apoio que recebia ruiu. Apesar de o ideal de reabilitação não ser mais o foco do atual pensamento criminológico, alguns programas de reabilitação ainda continuam sendo utilizados em algumas instituições. Grande parte dos saberes e procedimentos do modelo penal-previdenciário ainda estão em uso, como por exemplo, o juizado de menores e o serviço de livramento condicional. Os profissionais das ciências sociais e humanas, bem como, os especialistas em psiquiatria ainda continuam sendo requisitados para desenvolver relatórios, produzir diagnósticos e auxiliar no tratamento de criminosos (Garland, 2008).

A respeito disto, de acordo com Garland (2008), as recentes mudanças nas racionalidades e nas práticas criminológicas não são em nível das formas institucionais, mas sim na distribuição, no funcionamento estratégico e na significação social que o controle do crime assumiu na contemporaneidade. Não estamos vivenciando uma era em que as antigas instituições e práticas foram abandonadas em favor de novas que estão sendo construídas, como ocorreu quando se substituiu os enforcamentos em praças públicas e se construiu as penitenciárias em seu lugar. Portanto, as novas racionalidades e práticas criminológicas convivem com os resquícios do modelo penal-previdenciário.

Com o declínio do modelo penal previdenciário vemos ressurgir um sistema mais rígido, centrado em penas retributivas e interessado em medidas categoricamente punitivas. Nesse sentido, as condenações aplicadas passam a ser mais severas, o criminoso deixa de ser o alvo das ações e a vítima assume o “palco principal”. De modo geral, as medidas

alternativas são percebidas como ineficazes e passamos a entender o crime de outra maneira. O sistema prisional que por um longo período foi visto como problemático e contraproducente, neste momento, torna-se uma instituição fundamental nesta nova configuração. A ideia predominante é a de que a prisão funciona! (Garland, 2008). Atualmente, o encarceramento vem sendo cada vez mais utilizado e parece estar a serviço exclusivamente do isolamento, da exclusão e da segregação (Bauman, 1999; Garland, 2008).

Em relação ao aumento do encarceramento, podemos observar um crescimento exorbitante da população carcerária no Brasil. Segundo dados apresentados pelo Ministério da Justiça, no ano de 2000 a população carcerária (homens e mulheres) era de 232,755, ao passo que, dez anos passados esse número passa do dobro. Isto quer dizer que, em 2010 a população carcerária (homens e mulheres) era de 496,275 (InfoPen, 2000; 2010), o que “comprova” que a prisão é uma instituição fundamental.

Outro ponto que gostaríamos de salientar diz respeito à presença e a ação do Estado nas práticas de controle e prevenção da criminalidade e da violência. Segundo Garland (2008), o Estado era visto como único agente responsável pela prevenção e pelo controle da criminalidade. Isto quer dizer que, nos dois últimos séculos, as instituições estatais dominavam essa área. Haja vista que o crime era concebido também como um problema a ser dirigido através do policiamento, da incriminação e, também, da punição de indivíduos que violassem as regras legais. Portanto, o modelo previdenciário continha nas instituições estatais seus alicerces, ou seja, o controle do crime e a prevenção deste eram responsabilidades do Estado e, conseqüentemente, as ações deveriam ser executadas por funcionários do governo, visando o interesse público.

Atualmente, o que vivenciamos a respeito da prevenção e do controle do crime é um movimento inverso. O Estado passou a ser visto com um dos responsáveis e, por conseguinte, não é mais considerado o único responsável pela política criminal. De acordo com Garland (2008), o novo modelo de controle do crime, através de um conceito mais amplo, busca o engajamento dos cidadãos, das comunidades e das empresas, utilizando tecnologias e estratégias bastante distintas das adotadas pelos modelos anteriores. É importante ressaltar que esse movimento que estamos vivenciando está sendo encorajado pelo próprio aparelho estatal, bem como, por diferentes atores sociais. Assim, podemos observar que:

Numa total inversão da tendência de monopolização do controle do crime pelas agências governamentais, o Estado começou a envidar esforços no sentido de “pulverizar” a resposta social – isto é, de disseminar o esforço voltado ao controle do crime para além das organizações estatais que, anteriormente, buscavam monopolizá-lo (Garland, 2008, p. 64).



Bauman (1999) associa a emergência das prisões de segurança máxima nas quais os presos permanecem 23 horas por dia na cela, sem nenhuma atividade laboral, recreativa ou educativa, a uma estratégia política de contenção das massas marginalizadas. A globalização radicalizou a dissolução de "tudo o que é sólido" e não se tem mais necessidade de uma sociedade fundada na ética do trabalho. O que parece, para nós, é que não é mais necessário que os criminosos se reabilitem, trabalhem nas prisões, tornem-se cidadãos corretos, mas somente que sejam sobrepujados. O Estado sob a globalização é convocado a abdicar o seu perfil de Estado de bem-estar para assumir um papel meramente policíesco, controlador e garantidor das atividades de produção e acumulação de capital:

No mundo das finanças globais, os governos detêm pouco mais que o papel de distritos policiais superdimensionados; a quantidade e qualidade dos policiais em serviço, varrendo os mendigos, perturbadores e ladrões das ruas, e a firmeza dos muros das prisões assomam entre os principais fatores de "confiança dos investidores" e, portanto, entre os principais dados considerados quando são tomadas decisões de investir ou de retirar um investimento (Bauman, 1999, p. 128).

Além disso, podemos observar a acentuada ampliação de uma indústria de segurança privada. Crescem exorbitantemente as empresas privadas de segurança, os cursos de treinamento para segurança privada e particular, produzem-se cada vez mais tecnologias de segurança e proteção, como por exemplo, os sistemas internos de TV para monitoramento 24 horas. Para Garland (2008), ultimamente, a indústria de segurança privada, que cresceu paralelamente ao aparato estatal, vem tornando-se uma parceira fundamental do Estado na produção de segurança e no controle do crime. Com a proliferação da indústria de segurança privada, de acordo com o autor, o policiamento tornou-se uma importante fonte lucrativa, ao passo que, cada vez mais as funções de vigilância e controle de delitos vêm sendo conduzidas por funcionários das empresas de segurança privada.

Podemos constatar, no contexto brasileiro, o referido crescimento da segurança privada, sobretudo, nas zonas urbanas. De acordo com uma pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), sobre a demografia das empresas brasileiras, as atividades de vigilância e segurança privada ocupam a quarta posição no *ranking* das principais classes na Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), em relação à geração de emprego formal nas empresas de alto crescimento, entre os anos de 2006 e 2009 (IBGE, 2009). Segundo informações retiradas do *site*<sup>13</sup> do Sindicato das Empresas de Segurança e Vigilância do Estado do Rio Grande do Sul (SINDESP/RS), somente no Estado

---

<sup>13</sup> Recuperado em 19 de outubro, 2011, de <http://www.sindesprs.com.br/sindicato.php>.

do Rio Grande do Sul, existem 93 empresas de vigilância e segurança privada autorizadas pelo Ministério da Justiça.

Sendo assim, concordamos com Garland (2008) quando afirma que as sólidas fronteiras entre o público e privado se dissolveram, pois as instituições do setor público vêm se reconfigurando à medida que se igualam aos valores e ao estilo de trabalho da indústria privada. De modo geral, os interesses comerciais, que tem o lucro como meta final, passaram a exercer um importante papel no desenvolvimento e na construção de políticas penais, de uma forma que seria impensável há vinte anos atrás.

Acrescentaríamos a isso, uma particularidade do contexto brasileiro no que se refere à situação de alguns trabalhadores da segurança privada. Sabemos mediante notícias veiculadas na imprensa e relatos informais que muitos profissionais que trabalham na segurança privada no Brasil são policiais militares que estão trabalhando informalmente em horário de folga. Dados oficiais a respeito desta situação inexistem, pois o trabalho extra-oficial da polícia militar é ilegal no Brasil.

Consideramos relevante ressaltar que a expansão da indústria de segurança privada é uma característica das sociedades ocidentais. Trata-se, portanto, de uma característica que transpõe fronteiras geográficas. Além disso, esse crescimento diz respeito, não somente em relação aos serviços ofertados por esta indústria, mas também, pela ampliação dos produtos produzidos por esta e, pela conseqüente, sofisticação de tais aparatos (Caldeira, 2000).

O crescimento dos produtos e serviços de segurança privada no Brasil assume algumas características distintas de outros países. Para Caldeira (2000), num contexto marcado por enormes desigualdades sociais e por freqüentes desrespeitos aos direitos humanos, os serviços de segurança privada têm colaborado para piorar essas condições. Ao passo que, os serviços privados de segurança tornaram-se um instrumento de segregação espacial proliferado, contribuindo para o isolamento e para a demarcação de classes sociais.

Do mesmo modo, o acesso aos serviços e produtos oferecidos pela indústria da segurança privada é restrito. São poucas as pessoas que usufruem de recursos financeiros suficientes para investir em tais serviços e produtos, principalmente, aqueles mais sofisticados, como por exemplo, a instalação de sistemas de alarmes. De acordo com a Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (PNAD, 2009), realizada pelo IBGE, na análise dos domicílios por rendimento médio mensal domiciliar *per capita*, havia dispositivos de segurança em 35,2% na faixa de menos de 1/4 de salário mínimo, versus 82,6% naqueles com dois ou mais salários mínimos. Os percentuais de existência de dispositivos de segurança se ampliavam com o aumento das faixas de renda.

Assim, a segurança privada tende a acentuar as desigualdades no momento em que oferece serviços a uma classe e submete a outra. Tende também a aumentar o medo da classe desfavorecida economicamente, daí emerge o que poderíamos chamar de uma contra-solidariedade: só sou solidário com aquele que não é “bandido”, o que justifica a punição, a exclusão e a hostilização.

Em outros termos, a marginalização dos criminosos acaba por cortar laços sociais, ao mesmo tempo em que, rompe com a possibilidade de solidarização da sociedade para com as pessoas que cometeram crimes, ao restringir o acesso às informações sobre a situação em que se encontram e ao bloquear os vínculos e a identidade entre os que cometeram algum crime e os que se mantêm dentro da lei. Garland (2008) assinala que cresce cada vez mais o conflito entre a relativização das atuais práticas penais e a preocupação com a garantia de segurança, a necessidade de prevenção e a elevada hostilidade em relação aos criminosos.

Diante dessas mudanças, devemos ressaltar que, as teorias que atualmente embasam o pensamento e as ações cotidianas, em relação ao crime e a violência, são o que poderíamos nomear de teorias de controle. Haja vista que, a criminalidade não é mais concebida como um problema de privação, mas sim, de controle inadequado. Tais teorias centram-se em várias formas de controle, como por exemplo, controles sociais, controles situacionais e autocontroles. Sob a perspectiva das teorias de controle, o ser humano age somente de acordo com seus interesses e, por isso, tende a ser egoísta e está propenso a violar a lei para satisfazer-se. Então, se o ser humano tende a condutas criminosas, o que necessita é de mecanismos eficientes de controle para que suas ações criminosas sejam paralisadas (Garland, 2008).

As teorias de controle partem de uma visão muito mais obscura da condição humana. Elas preceituam que os indivíduos são fortemente propensos a assumir condutas egoístas, anti-sociais e criminosas a menos que sejam inibidos de fazê-lo por controles robustos e eficazes, e recorrem à autoridade da família, da comunidade e do Estado para sustentar restrições e inculcar controle. Onde a antiga criminologia demandava mais em termos de bem-estar e assistência, a nova criminologia insiste em intensificar o controle e reforçar a disciplina (Garland, 2008, p. 61).

Garland (1999; 2008) propõe pensarmos que, hoje em dia, oscilamos entre duas formas de perceber o crime e a violência, quais sejam: a “criminologia do eu” e a “criminologia do outro”. Na criminologia do eu, também chamada de criminologia da vida cotidiana, a ideia que predomina é de que o crime é algo trivial, comum e fato corriqueiro da sociedade contemporânea. Dessa forma, a criminologia do eu insiste no fato de que o crime é praticado quando o contexto situacional é conveniente, isto quer dizer que, o crime é uma

questão de ocasião. Assim, a criminologia de eu defende que os eventos criminosos e violentos não requerem nenhuma espécie de motivação e/ou disposição especial, muito menos, que a prática criminosa estaria associada a algum tipo de privação social, socialização precária e/ou psicopatologia. Ao conceber o crime e a violência como fato normal da vida contemporânea, a criminologia do eu parte do pressuposto de que os criminosos calculam suas ações, o que nos leva a crer que a grande parte dos crimes cometidos são oportunistas. Logo, julga-se que a melhor maneira de respondermos a problemática da criminalidade é tornando as coisas mais difíceis, em outras palavras, devemos produzir mais controle.

Se a criminologia de eu percebe a criminalidade e a violência como um conjunto de eventos normais e corriqueiros da vida cotidiana, a criminologia do outro se apóia em uma visão bem distinta do crime e do criminoso. A criminologia do outro compreende crime como uma catástrofe e o criminoso como uma espécie de monstro, totalmente diferente do indivíduo não-criminoso. Essa criminologia estabelece-se numa distinção fundamental entre nós, sujeitos descentes e respeitadores da lei e, eles, delinquentes perigosos e ameaçadores da moral e da ordem social. Tal criminologia acredita que a ação mais adequada da sociedade deve estar pautada em uma reação defensiva, ou seja, devemos nos defender desses criminosos perigosos ao invés de nos preocuparmos com seu bem-estar e com uma possível forma de reabilitação (Garland 1999; 2008).

A nosso ver, Garland tem razão ao apontar para a existência de duas configurações diferentes de percepção da criminalidade. A criminologia do eu e a criminologia do outro são diferentes formas de compreender a violência e a criminalidade. Como podemos observar, as duas criminologias, além de serem distintas, têm pontos de vista opostos em relação à prática criminosa. Se uma acredita que o crime e a violência são fatos normais e corriqueiros da vida contemporânea, a outra vê a criminalidade e a violência como acontecimentos atípicos e catastróficos. Enquanto uma diz para nos conformarmos com a criminalidade, pois ela faz parte da vida contemporânea, a outra não cansa de dramatizar as práticas criminosas. No entanto, mesmo sendo percepções antagônicas, ambas carregam em comum um ponto importante: reivindicam mais controle e segurança.

A criminologia oficial mostra-se, assim, cada vez mais dualista, polarizada e ambivalente. Há uma “criminologia do eu” que faz do criminoso um consumidor racional, à nossa imagem e semelhança, e uma “criminologia do outro”, do pátria ameaçador, do estranho inquietante, do excluído e do rancoroso. A primeira é invocada para banalizar o crime, moderar os medos despropositados e promover a ação preventiva, ao passo que a segunda tende a satanizar o criminoso, a provocar os medos e as hostilidades populares e a sustentar que o Estado deve punir mais (Garland, 1999, p.75)

As conseqüências destas criminologias são sentidas em vários aspectos da vida cotidiana na contemporaneidade. Vivemos cercados por diferentes formas de controle e “necessitamos” cada vez mais de aparatos tecnológicos de segurança. Diante desta necessidade por segurança vemos nossos hábitos e rotinas serem transformados radicalmente, ou seja, para toda e qualquer situação rotineira crescem a utilização dos aparatos tecnológicos de controle e segurança.

Ainda de acordo com a PNAD (2009), três a cada cinco domicílios brasileiros usavam algum aparato de segurança em 2009. Dos 58,6 milhões de domicílios particulares permanentes em 2009, cerca de 60% (34,8 milhões) obtinham pelo menos um dos seguintes dispositivos de segurança: grade na janela/porta; olho mágico, abertura na porta, corrente no trinco da porta ou interfone; cerca eletrificada, muro ou grade com mais de 2 metros de altura ou com cacos de vidro ou arame farpado, e/ou alarme eletrônico; fechaduras extras e/ou barras na porta/janela contra arrombamento; cachorro; câmera de vídeo; segurança privada e/ou cancela, entre outros. O percentual por Estados brasileiros foi de 63,9% no Sudeste, 64,9% no Centro-Oeste, 59,6% no Sul, 54,3% no Norte e 51,8% no Nordeste.

Ao mesmo tempo em que cresce a utilização dos aparatos tecnológicos, cresce concomitantemente as preocupações com segurança. Nossas rotinas diárias foram afetadas e a maneira como pensamos, sentimos e agimos, em relação ao controle do crime, mudaram substancialmente. Portanto, o que é mais relevante nessas mudanças, de acordo com Garland (2008), são os efeitos culturais estabelecidos. As preocupações com a segurança e com o controle do crime também modificaram nossos valores e nossas prioridades, bem como, a forma com que ensinamos nossos filhos ou aconselhamos nossos entes queridos. Com efeito, a conscientização quanto à segurança tornou-se um padrão coletivo, isto quer dizer que, há um consenso social em relação à urgência de segurança, sobretudo, para os proprietários de imóveis, comerciários e transeuntes das regiões urbanas. Vale ressaltar que tal consenso também foi incentivado pela indústria de segurança privada, que vem lucrando com as vendas de dispositivos de segurança cada vez mais sofisticados, alimentando ansiedades e medos públicos ao mesmo tempo em que afirma controlá-los.

Assim, o desejo por segurança, controle e gerenciamento de riscos pode ser encontrado em qualquer cultura, mas para Garland (2008), na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos essas questões se tornaram dominantes. A respeito disto, acreditamos que no Brasil tais questões também se tornaram predominantes. Inclusive, vemos crescer a preocupação com segurança pública, a ampliação do controle social e, também, na adoção de medidas de

caráter exclusivamente punitivo, como é o caso do polêmico projeto de lei de rebaixamento da maioria penal. Efeitos que sentimos a todo o momento e por todos os lados.

Controles do espaço, controles situacionais, controles gerenciais, controles do sistema, controles sociais, autocontroles – em um setor social depois do outro, deparamo-nos com a imposição de mais regimes intensivos de regulação, inspeção e controle; no processo, nossa cultura cívica se trona cada vez menos tolerante e inclusiva, cada vez menos capaz de confiar (Garland, 2008, p. 415).

Concordamos como Garland (2008) quando afirma que o controle está sendo reenfocado em todas as áreas da vida social, ou seja, o controle está presente em quase todos os segmentos da sociedade atual, com uma única exceção: a economia. Podemos dizer que, levando em consideração o referido panorama, o setor econômico é o único que escapa à regulamentação e ao controle. Tal exceção parece contraditória na medida em que a desregulamentação econômica vem gerando parte dos principais riscos da contemporaneidade. Cabe neste momento uma pergunta: Por que e como somente o setor econômico escapa ao domínio do controle? Pergunta que, por ora, deixaremos em aberto, entretanto, pensamos que as respostas a essas questões podem estar ligadas aos discursos neoliberais veementes e repetitivos (da ordem da memória, da paráfrase) que são veiculados na televisão e circulantes em diversos espaços do cotidiano.

No entanto, devemos ter clareza em relação às especificidades conjunturais de cada país. O que nos leva a pensar que, principalmente, nos Estados Unidos, diante da implementação de um Estado neoliberal, a desregulamentação econômica é mais evidente. No caso brasileiro, podemos dizer que a desregulamentação econômica ainda não é constante ou permanente, mas uma observação apurada da economia de nosso país demonstra que podemos estar “caminhando” nesta direção. De acordo com Marion Filho & Vieira (2010) encontramos algumas pistas desse processo de desregulamentação econômica no Brasil perante a abertura econômica, a liberação financeira iniciada na década de 90, as privatizações e da desregulamentação dos mercados. Em outras palavras, tais processos condizem com a retirada direta do Estado das atividades econômicas, funções exercidas anteriormente pelo governo através da liberação de recursos e da criação de empresas estatais.

Enfim, vivemos numa rotina que se escora cada vez mais em variadas formas de controle, tudo em nome da segurança. Por tal razão, mudamos o dinheiro de papel para usarmos cartões magnéticos com senhas, colocamos travas em nossas portas e janelas, construímos muros para limitar a entrada em nossa residência, contratamos vigias para controlar o fluxo dos prédios públicos e privados. Além disso, instalamos alarmes em nossas

casas e carros, não deixamos nossos celulares desligados, pois talvez precisemos denunciar algo ou alguém, instalamos câmeras de vigilância nas praças, ruas, avenidas, prédios públicos, escolas, universidades para que monitorem os crimes de ocasião (criminologia do eu) e os crimes dos “monstros” (criminologia do outro). Da mesma forma que não conversamos com estranhos por que podem ser bandidos a nos fazer algum mal, muito menos, abrimos a porta de nossa casa para qualquer um, pois pode ser que esse qualquer um queira levar nossos pertences e até mesmo nossa vida.

Os efeitos destas adaptações, em relação ao controle do crime, podem ser visualizados em diversas situações da vida contemporânea. No entanto, gostaríamos de destacar um exemplo, talvez o mais significativo, que é a expansão das comunidades fechadas. Podemos dizer que, hoje em dia, as comunidades fechadas são o modo de vida comunitário em maior ascensão. Além disso, tais comunidades são constituídas por projetos arquitetônicos adaptados para aumentar a segurança e o controle das pessoas que o usufruem. A finalidade principal dessas comunidades é administrar os espaços e separar os diferentes “tipos” de pessoas, ou seja, manter os estranhos afastados (Bauman, 1999; Caldeira, 2000; Garland, 2008), os monstros e os oportunistas.

Esses lugares fechados e vigiados 24 horas por dia são o que Caldeira (2000) nomeou de “enclaves fortificados”. Os enclaves fortificados, de acordo com a autora, são propriedades privadas, para uso coletivo que tendem a ser ambientes socialmente homogêneos. O exemplo mais evidente destes lugares são os condomínios fechados, que se caracterizam por serem espaços nas quais circulam pessoas de mesma classe social que, muitas vezes, possuem serviços de vários tipos e que, por isso, não exigem que seus moradores se desloquem para as áreas públicas da cidade em que vivem. Os enclaves fortificados vêm transformando a forma como as pessoas de classe média e alta vivem, ou seja, as classes abastadas estão vivendo, consumindo, trabalhando e gastando as horas de lazer em ambientes isolados, monitorados e altamente vigiados. Inclusive, os enclaves fortificados estão se alastrando as classes populares, como indicam as inúmeras construções financiadas pelo Governo Federal “Minha casa, minha vida”<sup>14</sup>. Tais lugares incluem conjuntos de escritórios, *shopping centers*, escolas, parques temáticos, centros de lazer, entre outros.

É interessante perceber que a “solidificação” e expansão dos enclaves fortificados vêm mudando a organização das cidades, bem como, as relações sociais. Tais locais que se caracterizam por serem homogêneos possibilitam somente a relação entre pessoas de mesma

---

<sup>14</sup> Disponível em: <<http://www1.caixa.gov.br/gov>>. Acesso em: 15.fev.2012.

classe social, o que modifica nossa sociabilidade. Assim, parece que nos sentimos seguros somente quando estamos entre “iguais”, e que a presença da diferença, além de ser indesejada, é perigosa. A respeito disso, Caldeira (2000, p. 313) salienta que:

Nos enclaves, o objetivo é segregar e mudar o caráter da vida pública, transferindo atividades antes realizadas em espaços públicos heterogêneos para espaços privados que foram construídos como ambientes socialmente homogêneos, e destruindo o potencial das ruas de fornecer espaços para interações anônimas e tolerantes.

Uma ilustração interessante desta nova configuração social, pautada por diferentes formas de controle e vigilância, é a sofisticada ferramenta disponibilizada na internet pela empresa *Google*, o *Google Maps*. O *Google Maps* é um serviço de mapas mundial realizado por imagens via satélite, que pode ser visualizado através do acesso a internet. Com essa ferramenta podemos visualizar diversos lugares do mundo, sem que seja necessário nos deslocarmos. A ferramenta pode ser utilizada para diversos fins, como por exemplo, localização de empresas e serviços de uma determinada região do globo.

Recentemente, o *Google Maps* criou mais um dispositivo inovador, o *Street View*. De acordo com dados disponibilizados pela *Google* ([www.maps.google.com.br](http://www.maps.google.com.br)), o *Street View* possibilita a visualização de lugares do mundo todo através de imagens em 360 graus no nível da rua. É possível, através deste dispositivo, “visitar” bairros, prédios históricos, museus, entre outros. As imagens são gravadas através da circulação de veículos da *Google* e captam apenas o que está acontecendo no dia em que o veículo cruza o local e/ou a cidade. Portanto, as imagens não são em tempo real e as pessoas e placas de carros aparecem borradas nas imagens na tentativa de dificultar sua identificação. No entanto, é possível identificar pessoas através de objetos de uso pessoal, como roupas e acessórios. Além disso, é possível visualizar pessoas entrando e saindo de prédios, casas, lojas, bem como identificar carros estacionados nas ruas e até mesmo dentro de garagens. A nosso ver, não resta dúvida que estas ferramentas inovadoras servem de exemplo dessa nova cultura de controle.

Para melhor ilustrar, trazemos, também, como exemplo, a situação da cidade de Blumenau em Santa Catarina. Através da ferramenta *Google Maps*, foi construído um mapa da criminalidade da cidade de Blumenau<sup>15</sup>. O mapa contém casos denunciados à polícia desde 01 de janeiro de 2008. No mapa aparece o número de registro da ocorrência, o tipo de crime cometido, a rua, o bairro, a data e o horário da ocorrência. Os dados são disponibilizados pelo 10º Batalhão da Polícia Militar de Blumenau. Consideramos relevante mencionar que a

---

<sup>15</sup> Recuperado em 10 de dezembro, 2012, de <http://www.mapaocorrencias.site40.net/principal.php>.



utilização de mapeamento de crimes não é algo novo, todavia, essa ferramenta passa a estar ao alcance da população de forma instantânea e indiscriminada. Ao mesmo tempo em que pode ser um importante dispositivo para a construção e implementação de políticas públicas, por exemplo, fornecendo dados e informações relevantes, por outro lado, pode servir exclusivamente como instrumento de controle e vigilância.

Queremos destacar, para finalizar, que estamos vigiando mais o outro, ao mesmo tempo em que também estamos sendo vigiados: nos tornamos, concomitantemente, os “policiais” e os “detentos” que viviam nos panópticos<sup>16</sup>. Não podemos punir com as próprias mãos, mas colocamos nossos dispositivos tecnológicos para punir indiretamente, para delatar, vigiar e controlar o outro. Mesmo diante de tantos aparatos tecnológicos de segurança e de formas de policiamento distintas, ainda nos sentimos inseguros e amedrontados. Enfim, nos perguntamos, seria a sociedade contemporânea um grande panóptico?

A seguir segue as sequências discursivas...

**SD01** - Voz/off - Há duas semanas **imagens estarrecedoras** de uma abordagem feita por homens da unidade tática em Manaus **vieram a público** e provocaram revolta. (01/4/2011)

**SD02** - Carla Vilhena - A polícia do Rio prendeu uma quadrilha que roubava clientes nas saídas dos bancos. **O grupo foi identificado pelas câmeras de um estacionamento.** (2/4/2011)

**SD03** - Otto Henrique de Oliveira (coordenador de vias expressas PM – RJ) - **O policiamento na via está sendo reforçado, desde o ano passado, como já falei, e reforçamos ainda mais depois esse episódio.** (6/4/2011)

**SD04** - Fátima Bernardes - **Alguns moradores com os quais eu conversei chegaram a falar da importância, da permanência de guardas municipais na porta da escola,** mas certamente ninguém poderia imaginar o que iria acontecer dentro deste prédio. (7/4/2011)

---

<sup>16</sup> Michel Foucault, no clássico livro *Vigiar e Punir: nascimento das prisões* (1987), utilizou o projeto do Panóptico de Jeremy Bentham como metáfora do poder moderno. O panóptico era um modelo prisional, fechado, fracionado e vigiado em todos os seus pontos. No panóptico os indivíduos estavam inseridos num lugar fixo, onde qualquer movimento era controlado e todos os acontecimentos registrados. Além disso, os prisioneiros jamais poderiam verificar a presença dos vigias, pois a arquitetura foi projetada para impor a presença do poder, mas, ao mesmo tempo, este deveria ser inverificável. Assim, os detentos nunca sabiam se estavam sendo observados ou não, no entanto, deviam ter a certeza de que sempre poderia sê-lo.

**SD05** - Fátima Bernardes - **A reportagem** de Hélder Duarte, que nós vamos ver agora, ela reúne depoimentos de testemunhas e imagens captadas por telefones celulares e por uma câmera de vigilância da escola. (7/4/2011)

**SD06** - Voz/off - **Do lado de fora um homem ouviu o que parecia ser tiros e ligou a câmera do celular. SIRENE. O vídeo que ele gravou foi postado no site youtube, ele registrou também a chegada dos policiais.** (7/4/2011)

**SD07** - Voz/off - Em poucos segundos, os **alunos começam a deixar o prédio, como mostram as imagens do site<sup>17</sup>. VOZES/GRITOS.** Algumas crianças estão feridas e aguardam socorro do lado de fora da escola. VOZES. A menina Jade estava no colégio no primeiro andar. (7/4/2011)

**SD08** - Voz/off - **O cinegrafista amador continuava gravando imagens do lado de fora e registra o que parecem ser tiros. GRITOS.** As crianças permanecem esperando atendimento. O autor do vídeo consegue entrar no colégio, uma mãe grita em desespero. Pâmela de treze anos contou que os alunos se esconderam no auditório, no último andar. (7/4/2011)

**SD09** - Hélder Duarte - Peritos passaram o dia todo lá dentro colhendo informações para a investigação. **Logo ali na entrada a gente vê uma câmera do circuito interno de TV. O computador, com as imagens, já está com a polícia.** Mesmo os policiais mais experientes deixam a escola impressionados. Eles dizem que o cenário é de guerra, com carteiras espalhadas pelo chão e muito sangue nos corredores. (7/4/2011)

**SD10** - Voz/off - **Estas imagens do circuito interno de TV,** Wellington aparece no corredor recarregando o revólver e entrando na sala de aula. Agora ele carrega a arma mais uma vez e volta pra sala onde estava. Nesta outra seqüência, o primeiro policial militar aparece com o fuzil na mão, atrás dele outros dois PMs dão cobertura. O policial entra na sala e ajuda os alunos a escapar. O secretário de saúde do Estado ficou chocado com a situação das crianças. (7/4/2011)

---

<sup>17</sup> O site referido é o youtube.

**SD11** - Fátima Bernardes - **Nós vamos ver agora imagens gravadas por um cinegrafista amador dentro da escola.** (7/4/2011)

**SD12** - Voz/off – Na rua, revolta da multidão que tentou invadir o prédio, para linchar o rapaz. **Cenas registradas por cinegrafista amador.** Um policial controlou a situação. (7/4/2011)

**SD13** - Voz/off - **Do lado de fora, esta tarde, a escola também parecia outra, cercada e com guardas nos portões.** Nos olhos de crianças e adultos, tristeza e perplexidade. **Era difícil acreditar no que aconteceu bem no lugar em que os alunos até ontem se sentiam protegidos. Esses portões vão ficar fechados até o término da perícia.** Jade nem esperou a escola reabrir, fez questão de voltar hoje mesmo para agradecer. (7/4/2011)

**SD14** - Voz/off - **Ia ser mais um dia comum,** o sargento Márcio Alexandre Alves, do batalhão de Polícia Rodoviária do Estado, participava de uma **operação de rotina de controle de trânsito,** quando um menino de doze anos, ferido no rosto deu alerta. (7/4/2011)

**SD15** - Fátima Bernardes - **Difícil evitar um crime como esse?** (7/4/2011)

**SD16** - Pimentel - Fátima, **a única solução, é a única mesmo, é retirar armas da rua. Não existe outra forma de prevenção.** (7/4/2011)

**SD17** - Fátima Bernardes - Ao longo dessas mais dessas trinta e seis horas que se passaram desde o ataque em Realengo, **imagens daquele momento foram surgindo.** (8/4/2011)

**SD18** - William Bonner - **Elas foram captadas por cinegrafistas amadores e também pelas câmeras de vigilância da escola e permitem recontar praticamente passo a passo tudo que aconteceu.** (8/4/2011)

**SD19** - Voz/off - Era pra ser um dia de aula como outro qualquer. **As câmeras de segurança da escola mostram as crianças chegando.** (8/4/2011)

**SD20 - Voz/off - Vemos agora outras imagens da câmera do corredor da escola.** (8/4/2011)

**SD21 - Agora, a câmera da escola mostra** o momento em que Wellington é atingido por um tiro, provavelmente do sargento Márcio Alves. (8/4/2011)

**SD22 - Hélder Duarte - Segundo a polícia, a escola não tem câmeras nas salas de aula.** (8/4/2011)

**SD23 - Eduardo Tchao - Charleston foi preso depois de uma denúncia anônima recebida pela PM.** Os policiais surpreenderam o acusado, aqui neste quiosque, em seu local de trabalho. (09/4/2011)

**SD24 - Charleston de Lucena (chaveiro) - Ele era um cara pacato, um cara calmo.** Um cara dizendo que **queria comprar uma arma pra poder ter segurança dele dentro de casa,** e ninguém nunca imaginaria que o cara ia fazer isso. (09/4/2011)

**SD25 - Voz/off - Policiais Civis estão procurando imagens de câmeras de segurança de prédios que possam ajudar a identificar o carro preto usado nos quatro ataques.** (11/4/2011)

**SD26 - Voz/off - O policiamento na avenida paulista é muito visível. Há homens a pé, de moto, em bases e guaritas.** (12/4/2011)

**SD27 - Entrevistado - A frequência de policiais é bem marcante.** (12/4/2011)

**SD28 - Voz/off - Mas a polícia não dá conta de tudo.** O número de furtos registrados na Paulista dobrou nos primeiros meses do ano. E há o inesperado. (12/4/2011)

**SD29 - Antônio Carlos Franchini (presidente da Paulista Viva) - Sempre a gente tem que exigir mais segurança.** Todo mundo que vem a São Paulo tem a Avenida Paulista como uma referência. (12/4/2011)

**SD30** - Mônica Teixeira - **A prefeitura decidiu investir numa estratégia, dificultar ao máximo a ação dos ladrões.** (14/4/2011)

**SD31** - Voz/off - Os fios que ficavam nas laterais agora vão para o teto das galerias a uma altura difícil de alcançar. (14/4/2011)

**SD32** - Carlos Alberto Osório (sec. municipal de conservação - RJ) - **Agora para alguém roubar** vai ter que parar o trânsito, uma escada não vai chegar. Eventualmente, vai precisar de um caminhão plataforma, ou seja, **começa a ficar muito complicado.** (14/4/2011)

**SD33** - Voz/off - **Para a polícia do Rio a melhor maneira de combater esse crime é fiscalizar e punir** quem compra o cobre roubado. (14/4/2011)

**SD34** - César Galvão - **Para combater os arrombamentos os bancos instalaram alarmes que acionam centrais de segurança e a polícia, mas quando são usados explosivos, a ação é muito rápida. Por isso, o jeito encontrado para desestimular os ladrões foi o de inutilizar o dinheiro.** (28/4/2011)

**SD35** - Off - **Dos quarenta e um mil caixas espalhados pelo Brasil, doze mil já receberam dispositivos que queimam ou tingem as notas dentro das máquinas em caso de explosão.** (28/4/2011)

**SD36** - Vanderlei Reis (gerente de segurança bancária) - **É uma tinta que não é lavável. É uma tinta que fica impregnada na cédula, na nota, no papel. E, não existe nenhum sistema que consiga tirar essa tinta.** (28/4/2011)

**SD37** - Voz/off - **Em um desses roubos acabaram filmados por câmeras de segurança.** (11/5/2011)

**SD38** - Voz/off - **Nos três casos ninguém foi preso. O governo promete reforçar o policiamento.** (12/5/2011)

**SD39** - Cezar Menezes - **Foi a insegurança que levou os caixas eletrônicos pra dentro do comércio. Até a década de noventa ele ficavam na rua, mas uma onda de**

**seqüestros relâmpago fez bancos e lojistas entrarem em acordo para dar mais segurança aos clientes na hora de sacar dinheiro. (12/5/2011)**

**SD40 - Carla Vilhena - No Rio, câmeras de segurança de um banco também registraram tentativa de assalto. Off - O flagrante foi feito nesta agência em Botafogo na zona sul da cidade. As imagens mostram um bandido tentando arrombar o caixa eletrônico e o comparsa dando cobertura. A polícia chega depois de uma denúncia por telefone. (14/5/2011)**

**SD41 - Fátima Bernardes - O assassinato de um aluno no estacionamento da USP gerou protestos e reabriu a discussão sobre a presença da polícia no campus da maior universidade da América Latina. (19/5/2011)**

**SD42 - Voz/off - Ele levou um tiro quando tentava entrar no carro blindado que comprou depois de ser assaltado outras duas vezes. (19/5/2011)**

**SD43 - César Galvão - A maioria dos estacionamentos conta apenas com uma cancela e com vigias desarmados. (19/5/2011)**

**SD44 - Maira Madrid (dir. centro acadêmico – FEA – USP) - A gente defende a melhoria nas questões estruturais de segurança, maior iluminação, maior efetivo da guarda universitária. (19/5/2011)**

**SD45 - Voz/off - Até a pouco a única segurança era a guarda universitária com cento e trinta homens para proteger uma área equivalente a quatrocentos e quarenta campos de futebol. No fim de abril, a pedido da própria reitoria, a polícia militar passou a patrulhar o campus. Quem é contra diz que a universidade é solo sagrado e quem defende diz que chegou a hora de ter segurança oficial. (19/5/2011)**

**SD46 - Reinaldo Guerreiro (dir. faculdade de economia – USP) - Seria muito prudente termos a polícia militar aqui para dar segurança para, pros nossos alunos, pros nossos professores e funcionários. (19/5/2011)**

**SD47 - Fátima Bernardes – Depois dos protestos pela morte de um estudante no estacionamento da faculdade de economia na quarta-feira, a universidade de São Paulo autorizou a presença da polícia militar no campus. A decisão foi tomada pelo conselho da universidade. Ainda não foi acertado quantos policiais vão atuar no campus, mas desde abril a PM vinha aumentando o policiamento nos portões da universidade por causa de uma onda de roubos. (20/5/2011)**

**SD48 - Fábio Turci – Pelo celular ele mandou uma mensagem aos dois, qualquer coisa eu aviso. E pouco depois, mandou uma segunda mensagem, sai daí, sujou. É que o alarme do banco havia disparado e a central da PM estava anunciando a ocorrência pelo rádio. (28/5/2011)**

**SD49 - César Tralli - A polícia deles [do Paraguai] pelo menos, marca presença na avenida que liga as cidades. Do nosso lado, um posto da PM desativado faz mais de dez anos. (30/5/2011)**





## 8 A PRODUÇÃO DO RISCO: PROLIFERANDO O MEDO SOCIAL

[Viewers] integrate and absorb a sense of danger, of mistrust, of meanness in the world – it is what we call the Mean World Syndrome.  
– George Gerbner<sup>18</sup>

Este segundo eixo da análise visa discutir, através dos efeitos parafrásticos e polissêmicos presentes no discurso veiculado no e pelo JN, o sentimento de medo em relação ao crime, que vem fazendo parte de nossa sociedade e, conseqüentemente, de nosso dia-a-dia. Acreditamos que o primeiro eixo abordado “A sociedade insegura: formas de controle e vigilância”; é indissociável do eixo “A produção do risco: proliferando o medo social” que desenvolveremos aqui, haja vista que a sensação de insegurança que assola nosso tempo deriva, da mesma forma em que é derivada, sobretudo, dos sentimentos proliferados de medo do crime e da violência.

Ao trabalharmos com a noção de eixos estamos cientes de que estes devem estar articulados entre si e, portanto, não podem ser concebidos separadamente. Uma vez que um eixo pressupõe uma rotação, ou seja, é uma “peça que articula uma ou mais partes de um mecanismo que em torno dela descreve um movimento circular” (Ferreira, 2004). Assim, os dois eixos de nossa análise “caminham” em conjunto e na mesma direção. Por esta razão, ao longo deste eixo nos remeteremos, sempre que necessário, à discussão empregada no capítulo anterior. Portanto, versaremos a respeito do medo relativo à violência e ao crime, mostrando, através das sequências discursivas veiculadas pelo JN, onde se localiza no discurso os efeitos de sentido sobre a temática em questão.

Partimos da concepção de “a influência da informação sobre violência na TV, em especial nos telejornais, tem antes um caráter mimético do que catártico, conduzindo à ‘síndrome do mundo vil’<sup>19</sup>” (Amaral, 2010, p.38), concepção derivada das obras de George Gerbner.

Tomando essa expressão, e baseado nos trabalhos de Gerbner, foi produzido um documentário intitulado “The Mean World Syndrome”, no qual se analisa como a violência na mídia veiculada em diferentes produtos (filmes hollywoodianos, novelas e noticiários)

---

<sup>18</sup> “[Audiência] integra e absorve um sentido de perigo, de desconfiança, de mesquinhês no mundo – é o que chamamos de Síndrome do Mundo Mesquinho” – George Gerbner [Tradução livre das autoras, citado por Earp (2010)].

<sup>19</sup> Preferimos traduzir “mean” por mesquinho ao invés de “vil” para não salientar apenas a noção de maldade, pois entendemos que a síndrome em pauta não se refere apenas à maldade e aos vilões, mas a operações comuns, cotidianas de avareza que todos nós podemos realizar.

forma um ambiente cultural que cultiva a ampliação do estado de insegurança e da percepção exagerada do risco e do perigo entre outros (Media Education Foundation, 2010).

A produção de cenas que ampliam esse estado não significa que o sentimento de medo seja algo novo nem ao ser humano e nem às sociedades. Historicamente, o medo acompanhou a civilização humana em diferentes aspectos e em distintos momentos. De acordo com Delumeau (2006), por um longo período, o medo foi um assunto proibido, no qual nem a literatura tampouco a história ousavam falar. Todavia, de acordo com o autor, o que presenciamos hoje é que as pessoas parecem ter perdido a vergonha de reconhecer suas inquietudes e seus medos. Isto se deve, principalmente, porque nosso sentimento de insegurança está aumentando a cada dia. Pode-se dizer que, na contemporaneidade, tendemos a falar mais sobre nossos medos e temores, ao inverso de épocas anteriores, em que o medo era um tema tabu. E, ainda de acordo com Delumeau (2006), este é um assunto que tem “vendido bem”.

Frente a isso, acrescentaríamos que mesmo sendo o medo um assunto proibido, no qual nossos antepassados não queriam, ou não poderiam falar, ele existia e, conseqüentemente, se fazia presente na sociedade. Sob a perspectiva da AD francesa, ainda acrescentaríamos que o silêncio também significa, aquilo que é expresso de alguma outra forma. Em outras palavras, as ausências, ou seja, os não-ditos também irão significar. Para Orlandi (2009b), da mesma maneira que as palavras, o silêncio tem suas condições de produção e, considerando as diversas formas de condições de produção, o sentido do silêncio é, da mesma forma, variado. A autora exemplifica essa questão, argumentando que: “O silêncio imposto pelo opressor é exclusão, é forma de dominação, enquanto que o silêncio proposto pelo oprimido pode ser uma forma de resistência” (Orlandi, 2009b, p. 263). Dessa forma, segundo a autora, assim como as palavras, o silêncio não é neutro e, em todo o discurso existe uma margem de não-ditos que significam.

Nesse sentido, se em outras épocas pouco falávamos sobre medo, atualmente, esse assunto se tornou um tema corriqueiro. O que não quer dizer que lidamos melhor com ele, principalmente quando se trata do medo da violência e do crime. Também, o que percebemos, através da leitura de nosso corpus de análise, é que muitas vezes ao falarmos sobre o medo do crime criamos uma espécie de discurso-tornado, em formato cônico: as palavras vão se somando, se contagiando uma com as outras de tal modo que o sentimento de medo é potencializado. É o que aponta Caldeira (2000) em seu estudo sobre a violência e o crime na cidade de São Paulo: “A fala do crime – ou seja, todos os tipos de conversas, narrativas, piadas, debates e brincadeiras que têm o crime e o medo como tema - é contagiante” (p. 27).

A autora segue dizendo que: “A repetição das histórias, no entanto, só serve para reforçar as sensações de perigo, insegurança e perturbação das pessoas” (p.27).

Em relação aos objetos, sentidos e significados do medo, alguns historiadores (Duby, 1998; Delumeau, 1989, 2006) nos mostram que o medo tem sido modificado no decorrer da história da humanidade. Até o final do século XVIII, os perigos que atormentavam as sociedades advinham, especialmente, da natureza, ou seja, eram os tremores de terra, os maremotos, as tempestades os maiores objetos de medo das comunidades humanas. Além disso, as epidemias também foram fonte de medo por muito tempo, sendo a Peste Negra, no Ocidente, uma das maiores acusa de mortalidade entre os anos de 1347 a 1350. Atualmente, as epidemias continuam a amedrontar a vida humana, no entanto, através da revolução tecnológica e dos avanços da medicina muitos problemas relacionados às epidemias foram superados.

Assim, podemos dizer que os diversos elementos que compõem e produzem os medos variam histórica e culturalmente. Ao passo que, cada época e cultura elegem seus perigos, seus medos e, conseqüentemente, estabelecem diferentes formas de enfrentá-los.

Delumeau (1989, 2006) ressalta que os perigos e os medos advindos da natureza, ou mesmo aqueles produzidos por religiões (demônio, purgatório, etc.), não são mais considerados grandes ameaças às sociedades humanas, como foram avaliados em outras épocas por nossos antepassados. Por outro lado, quantitativamente os medos vindos da natureza não desapareceram, mas se tornaram menos importantes que aqueles vindos dos próprios homens. Isto quer dizer que, na sociedade contemporânea, os medos decorrem das relações sociais, em outros termos, a fonte dos medos atuais vem do próprio ser humano.

Em relação ao medo que advém do próprio ser humano, Bauman (2009) salienta que, hoje em dia, é comum suspeitarmos dos outros e de suas intenções, ao mesmo tempo que não conseguimos ou nos recusamos a acreditar nas relações sociais e a confiar na proposta de solidariedade. Para o autor, o presente sentimento de insegurança e de suspeita constante, em suas múltiplas manifestações, é caracterizado pelo medo dos crimes e dos criminosos.

...se a proteção de fato disponível e as vantagens que desfrutamos não estão totalmente à altura de nossas expectativas; se nossas relações ainda não são aquelas que gostaríamos de desenvolver; se as regras não são exatamente como deveriam e, a nosso ver, poderiam ser; tendemos a imaginar maquinações hostis, complôs, conspirações de um inimigo que se encontra em nossa porta ou embaixo de nossa cama. Em suma, deve haver um culpado, um crime ou uma intenção criminosa (Bauman, 2009, p. 15).

Trata-se, portanto, do medo do outro, de um medo relacional em que o outro desconhecido é alguém perigoso prestes a fazer algum mal em benefício próprio. Esse medo do crime e do criminoso se aproxima da “criminologia do outro” (Garland, 2008) desenvolvida no eixo anterior. Com efeito, temos um sentimento generalizado de insegurança e medo que ocasiona medidas de proteção e, mais especificamente, medidas de controle, aspecto, também, desenvolvido no eixo I.

Aqui nos deparamos com um ponto muito interessante: se os medos contemporâneos estão postos nas relações que estabelecemos com os outros, e se “corporificam” na figura do criminoso em potencial, temos a impressão de que o perigo *não* está em um lugar específico. Haja vista que o perigo encontra-se disseminado nas relações sociais, embora admita-se que existam pessoas, lugares e momentos considerados mais perigosos que outros. A respeito disto, Bauman (2009, p. 16) afirma que “a insegurança e a ideia de que o perigo está em toda parte são inerentes a essa sociedade”.

Portanto, geramos o seguinte raciocínio dedutivo: entendemos que é nas relações sociais que nos tornamos humanos e ao precisarmos viver em comunidade para garantir nossa sobrevivência estamos dispostos a nos relacionarmos diretamente com os outros. Logo, se o outro passa a ser considerado perigoso acabamos criando grandes distanciamentos, ao impormos barreiras visíveis e/ou invisíveis em nossas relações. Assim, nos questionamos: como é possível estabelecer vínculos quando o outro é alguém que tememos e que pode nos “golpear” a qualquer momento e em qualquer lugar?

Bauman (2009) recorre às reflexões propostas por R. Castel (2003) para tratar desse sentimento de medo do outro e da falta de confiança na solidariedade, que vêm crescendo constantemente em nossa sociedade. Citando Castels, Bauman (2008, 2009) atribui ao individualismo moderno a responsabilidade pela atual fragilidade dos laços sociais, bem como, a incapacidade de lidarmos com a insegurança e com os medos contemporâneos. Ao substituímos as comunidades solidamente unidas, na quais predominavam os interesses coletivos, por uma sociedade de indivíduos mais autônomos caracterizada pela liberdade individual, acabamos por construir uma sociedade na qual seus alicerces são incertos e/ou indeterminados. Isto quer dizer que a supervalorização do indivíduo, ancorada na premissa do cuidar somente de si ou daqueles muito próximos e de fazer por si mesmo, ao mesmo tempo em que libera-o das restrições determinadas pela rede de vínculos sociais, joga-o em um mundo carente da proteção que os antigos vínculos lhe garantiam.

Contudo, destacamos que se em outras épocas as dificuldades e os perigos que geravam os medos eram partilhados e o laço que unia os indivíduos ajudava a enfrentar os

perigos e os medos, atualmente o que se espera é que cada indivíduo, separadamente, resolva suas dificuldades e de conta de seus próprios medos. Por conseguinte, os medos contemporâneos devem ser solucionados individualmente<sup>20</sup>. Fato que só é possível mediante as transformações ocorridas na forma com que nossa sociedade entende a vida em comunidade. Quando dizemos que o medo deve ser enfrentado individualmente, estamos atestando que este não se encontra na contramão das demais dificuldades da vida contemporânea. E, mais ainda, o fato de o medo ser vivenciado individualmente não o torna independente da vida em sociedade. Isto quer dizer que o medo, além de ser um fenômeno psicológico é, também, um fenômeno social e histórico (Gavíria, 2011).

Um ponto que gostaríamos de destacar se refere à influência do Estado no que diz respeito aos sentimentos contemporâneos de insegurança e medo. Como mencionado no eixo anterior, o papel do Estado vem sofrendo várias alterações quando o mote é o crime e a violência. A presença e a ação do Estado nas práticas de controle e prevenção do crime e da violência foram reduzidas em detrimento das atividades do setor privado. Se no modelo penal previdenciário o controle do crime e a prevenção deste eram responsabilidades do Estado, atualmente, no novo modelo de controle do crime, o Estado divide esta responsabilidade com a sociedade civil, ao mesmo tempo em que negocia com os interesses das indústrias de segurança privada.

Com essas modificações, o que temos é uma redução do papel do Estado no que se refere às questões que envolvem o crime e a violência. Salientamos que a redução do papel estatal não se limita as questões que envolvem a violência e o crime. De modo geral, podemos perceber que o papel do Estado, na sociedade contemporânea, vem sendo reduzido em vários outros aspectos, como por exemplo, no setor econômico, no desenvolvimento sócio-cultural, etc.

De acordo com Bauman (2009), a origem dos medos contemporâneos tem uma relação direta com a redução do papel do Estado na vida social. Ao passo que, a implementação de um Estado menos robusto e, portanto, menos preocupado com a proposta de bem-estar social, ocasiona uma sensação de desamparo por parte daqueles que deveriam se sentir protegidos. A forma com que se administrava o medo anteriormente não faz mais sentido em nossa sociedade, pois tanto a solidariedade quanto o laço que mantinha os indivíduos unidos e

---

<sup>20</sup> O que nos leva a especular sobre a relação dessa filosofia com a predominância da modalidade de psicoterapia individual sobre a grupal. Se os medos devem ser sanados individualmente, uma psicoterapia de grupo torna-se ameaçadora ao “equilíbrio” das relações sociais. Deste modo, sob o ponto de vista da Psicologia Social Crítica da Saúde incentivar modalidades grupais de terapia ou intervenções contribuiria para a criação de linhas de fuga, movimentos de resistência à ideologia neoliberal.

protegidos, agora, é visto como contraproducente numa sociedade em que impera a competitividade.

Os medos modernos tiveram início com a redução do controle estatal (a chamada *desregulamentação* [grifo do autor]) e suas consequências individualistas, no momento em que o parentesco entre homem e homem – aparentemente eterno, ou pelo menos presente desde tempo imemoriais -, assim como os vínculos amigáveis estabelecidos dentro de uma comunidade ou de uma corporação, foi fragilizado ou até rompido (Bauman, 2009, p. 19).

Além disso, para o referido autor, a fragilização do laço social contribui de maneira decisiva para aumentar o distanciamento entre as pessoas pertencentes a uma determinada comunidade, bem como eleva os sentimentos de medo contemporâneos, sobretudo, quando se trata do medo do outro. É interessante perceber que a dissolução da solidariedade e a fragilização dos laços comunitários, apontados por Bauman (2009), a nosso ver, encontram-se na origem dos medos contemporâneos, da mesma forma que o enfraquecimento do Estado de bem-estar serve de base para essa nova situação.

Nesse sentido, acreditamos que a dissolução da solidariedade, a fragilização dos laços comunitários e o enfraquecimento do Estado de bem-estar tornaram-se as condições de produção para a atual proliferação dos medos contemporâneos. Isto quer dizer que, talvez, sem a existência desses três fatores estaríamos em uma situação diferente da que nos encontramos hoje no que tange à violência e ao crime. Como assinala Baierl (2004), a inoperância do Estado vem contribuindo para o isolamento e segregação das pessoas, ao invés de propiciar a emergência de ações que visem o bem-estar coletivo. Por conseguinte, vemos crescer a utilização de estratégias no âmbito do particular, o que acaba por ampliar as formas discriminatórias. Neste contexto, as pessoas buscam reduzir o medo do crime e da violência através de ações isoladas e privadas, cercando-se de aparatos tecnológicos sofisticados que, de alguma forma, proporcionem uma maior sensação de segurança e bem-estar.

O medo se alimenta, nutre e cresce exatamente pela forma com que a violência se espalha pela cidade e pela ausência ou impotência do Estado de assumir seu papel de garantidor dos direitos e da segurança da população. Isso permite que os cidadãos tenham resistência a entender que as formas de enfrentamento que possibilitariam interromper com o ciclo da violência se encontram na esfera pública, submetidos pelo medo (Baierl, 2004, p. 63).

Outro ponto relevante para a discussão que aqui empregamos diz respeito à constituição das cidades. De acordo com Delumeau (2006), por muito tempo, a vida nos centros urbanos foi percebida como sendo mais segura em relação ao campo. As cidades de

outrora se constituíam como um espaço seguro, nas quais seus habitantes pareciam estar mais protegidos do que os moradores das áreas rurais. A vida urbana continha várias vantagens quando comparada a vida rural. Ainda na Idade Média ou na época clássica as cidades eram percebidas como um lugar de cultura e de civilização.

Além disso, as cidades se constituíam como um espaço protegido militarmente, bem administrado que contava com a proteção policial, com amparo das instituições judiciárias, com a garantia dos atendimentos em hospitais e, também, com o apoio educacional das escolas. Assim, Delumeau (2006) afirma que “sem dúvida, as cidades de outrora não constituíam lugares idílicos. Mas pode-se ter como aproximação verossímil que, durante muito tempo, elas foram mais seguras que as zonas camponesas” (p.27).

A respeito das considerações elaboradas por Delumeau (2006), acreditamos que as questões trazidas pelo autor são fundamentais para pensarmos sobre a atual condição da vida urbana. Ao traçarmos um paralelo entre a vida na cidade e a vida em áreas rurais, logo percebemos inúmeras diferenças. A vida na cidade oportuniza aos seus habitantes uma proximidade corpórea maior do que nas áreas rurais, pois ao habitarmos a cidade nos mantemos mais próximos, pelo menos fisicamente, uns dos outros. A princípio, também contamos com uma maior infra-estrutura, ou seja, temos acesso à educação formal, a assistência a saúde, a recursos financeiros e atividades culturais e de lazer. Para muitas pessoas, a vida urbana tem se apresentado como sendo mais atraente que a vida nas áreas rurais, tendo em vista as oportunidades que se apresentam. O que não quer dizer que viver na cidade seja melhor que viver no campo. No entanto, o que nos parece assumir um caráter verdadeiro é que a vida urbana foi, por muito tempo, considerada mais segura que a vida fora dela.

Por outro lado, podemos observar que a percepção de que a cidade é mais segura que o campo vem sendo modificada ao longo das últimas décadas. As constantes mudanças na vida social fizeram das cidades um lugar marcado pelo medo. Para Delumeau (2006), a acumulação geográfica, a formação das favelas e as altas taxas de desemprego fizeram das cidades espaços em que os sentimentos de insegurança e medo estão presentes. Bauman (2009) e Delumeau (2006) parecem concordar com a ideia de que as cidades, atualmente, são lugares mais associados ao perigo e ao medo do que à segurança e à proteção. Para Bauman (2009), enfrentamos um paradoxo quando o tema é a vida urbana, pois “as cidades – que na origem foram construídas para dar segurança a todos os seus habitantes – hoje estão cada vez mais associadas ao perigo” (p.40).

A questão do medo e da insegurança nas cidades se evidencia quando analisamos a arquitetura contemporânea. A estrutura arquitetônica das cidades foi alterada em função do medo do crime e da violência. Ao caminharmos pelas cidades logo percebemos a existência de locais que se transformaram em verdadeiras fortalezas, dificultando a livre circulação e as interações interpessoais que seriam o grande atrativo das cidades contemporâneas. Tais mudanças arquitetônicas são frequentemente visualizadas nas grandes cidades e metrópoles, no entanto, as cidades de médio e pequeno porte vêm “caminhando” nesta mesma direção. A arquitetura do medo (Bauman, 2009) parece ser uma tendência mundial destinada tanto para os espaços públicos como para os espaços privados. As casas e apartamentos residenciais, sobretudo das elites, estão sendo construídos a partir dos conceitos de segurança e proteção. Muradas imponentes, arames farpados, cacos de vidros cimentados sob o topo de muros, cercas energizadas, entre outros, passaram a ser considerados elementos constituintes de residências e propriedades privadas nas mais diferentes localidades.

Projetar e construir casas não-vistas é uma tendência cada vez mais difundida na arquitetura urbana governada pelo medo. Outra é a intimidação, obtida com exteriores hostis – cujo aspecto, semelhante ao de uma fortaleza, fica ainda mais desconcertante e constrangedor com a profusão de vistas guaritas (*checking-points*) para guardas uniformizados – ou com a insolente e descarada ostentação de ornamentos provocadores e caros (Bauman, 2009, p. 63).

Se as alterações na estrutura arquitetônica das cidades, frente ao medo do crime e da violência, é uma tendência mundial, nosso país parece a acompanhar fielmente. A arquitetura residencial brasileira revela que os sentimentos de medo e de insegurança chegaram à estética das casas, dos prédios e dos condomínios. De acordo com a pesquisa realizada pelo Departamento de Arquitetura da Universidade Federal Fluminense, sob a coordenação da arquiteta Sonia Ferraz, há uma incorporação de elementos medievais nas residências das duas maiores metrópoles do Brasil. Segundo informação colhidas no *site* do grupo de pesquisa “Arquitetura da Violência”<sup>21</sup>, os pesquisadores percorreram diferentes bairros de São Paulo e Rio de Janeiro fotografando fachadas de residências e propriedades privadas, ao todo foram mais de mil fotografias. Com isso, concluíram que a estética arquitetônica das cidades brasileiras foi substancialmente transformada devido ao medo do crime e da violência.

Além disso, a pesquisa mostra que o medo da violência vem sendo explorado por um mercado ávido, que se alimenta do crescente sentimento generalizado de insegurança e medo,

---

<sup>21</sup> Recuperado em 16 de janeiro, 2012, de <http://www.uff.br/arqviol/apresentacao.html>.



bem como, das novas formas de relação social fundada na suspeição do outro. Para Ferraz e Possidônio (2004, p. 81), o mercado do medo vem criando na população a necessidade, cada vez maior, de investir em segurança e proteção, gerando um campo fértil para a obtenção de lucro. Assim, os autores afirmam que o que vem sendo utilizado “...como estratégia discursiva para a alimentação do mercado, é, primeiro, a *venda* [grifo dos autores] do medo, produzindo imediatamente, como necessidade e *desejo* [grifo dos autores], a segurança, e, como desdobramento, o aumento da venda de proteção em suas mais diferentes formas e padrões”.

Os condomínios fechados são, sem dúvida, uma das mais evidentes construções arquitetônicas que supervalorizam a segurança e a proteção de seus moradores. Estes se caracterizam por serem espaços vigiados, controlados e isolados, fundados na lógica da vigilância e da distância. Sabiamente, para atrair o público, a publicidade imobiliária tem como foco atingir o “ponto fraco” dos habitantes das cidades, ou seja, oferece a população uma alternativa ao suposto perigo presente no espaço público (Bauman, 2009; Caldeira, 2000).

Como trabalhado no eixo anterior, esses espaços de circulação restrita e de vigilância constante são o que Caldeira (2000) nomeou de enclaves fortificados e não se limitam as propriedades privadas e residências particulares. Os enclaves fortificados se multiplicam na vida urbana contemporânea abrangendo também as áreas de lazer e consumo, como parques, clubes e centros comerciais. Além da vigilância incessante o que está, também, em jogo nos enclaves fortificados é o desejo pela separação e distanciamento daquilo que é percebido como perigoso. Para Bauman (2009), a criação desses espaços tende a ampliar, cada vez mais, a segregação social urbana, deixando de fora um contingente enorme de pessoas que dificilmente poderão usufruir destes espaços fortificados.

Esses espaços fechados demonstram, na prática, a desintegração da vida comunitária e reforçam a ideia de que os espaços públicos são perigosos e, por isso, devem ser evitados. Evitar lugares, não sair à noite sozinho, manter-se alerta ao estacionar o carro, atravessar a rua caso perceba algo ou alguém “suspeito” são indícios de que o perigo está em todo parte. No entanto, evitar o contato com pessoas diferentes e anônimas é a ação mais clara da temeridade em relação ao outro. Esse medo de misturar-se com pessoas diferentes é o que Bauman (2009) nomeou de *mixofobia*. A mixofobia é, portanto, a recusa da diferença e o desejo de manter-se em contato somente com o semelhante. Ressaltamos que a mixofobia é o contraponto da vida urbana, ou seja, a vida na cidade que por longo tempo ofereceu a seus habitantes um lugar onde a diferença era sua marca, passa a ser hoje um lugar a ser evitado justamente pela presença constante da diferença.

As consequências da mixofobia são desastrosas para a vida em comunidade, pois ao optarmos pela separação e pelo distanciamento nos colocamos em uma posição de evitação e de suspeição em relação ao outro. Tal estratégia serve apenas para nos mantermos afastados daquilo que consideramos perigoso, isto que dizer que, a mixofobia não é capaz de diminuir os riscos, muito menos, de evitá-los (Bauman, 2009).

Pensamos ser a mixofobia um dos desdobramentos que o medo do crime e da violência tem gerado nas pessoas que vivem nos centros urbanos. A ideia de que o outro pode ser um criminoso em potencial e de que qualquer um pode ser vítima de um crime a qualquer momento acaba por gerar sentimentos de suspeita e uma sensação de insegurança generalizada. Baierl (2004) salienta que o medo crescente da violência cria novas formas de sociabilidade, modificando o modo ser e de agir das pessoas, dos grupos e das comunidades. E, ainda de acordo com a autora, para fugir do medo “as pessoas alteram sua rotina, sua forma de ser no mundo, alteram as relações sociais, não ficam mais indignadas, aceitam o inaceitável, fingem não ver, estão reconstruindo territórios, buscando formas de defesa, revides, mudando horários etc” (p.40).

Enfim, o medo vem alterando sobremaneira a vida social urbana e, conseqüentemente, a vida de cada um de nós. Sentimo-nos ameaçados, afetados, correndo riscos e, por vezes, violentados. Portanto, o medo vem acompanhando a vida cotidiana do cidadão. Destacamos que não estamos falando de qualquer medo, mas de um medo construído e produzido socialmente e midiaticamente. De acordo com Baierl (2004) trata-se de um medo que tem sua origem no singular coletivo e que é produzido em determinados contextos sociais e individuais. Para a autora, embora o medo do crime e da violência seja construído e produzido socialmente, o medo é sempre algo da ordem do singular, pois é o eu que sente medo. É o eu que se sente ameaçado.

A respeito disso, concordamos com Baierl (2004) quando chama a atenção para o aspecto singular do sentimento de medo. No entanto, acreditamos que não é possível criarmos uma oposição entre o sujeito singular e o contexto social, haja vista que é nas relações sociais que o sujeito singular será constituído. Preferimos entender o medo do crime e da violência como um sentimento que é fruto das relações sociais, incluindo os aspectos políticos, econômicos, culturais e históricos. Vale ressaltar que não se trata de um fenômeno localizado especificamente em um único contexto social e individual. O que observamos na leitura de nosso corpus de análise é que, de modo geral, o medo do crime é um sentimento compartilhado na sociedade brasileira. Assim, não é somente o *eu* que sente medo do crime e da violência, somos *nós* enquanto corpo social que sentimos medo.

Frente a esse panorama, resta saber se o medo que sentimos em relação ao crime e a violência é condizente com a realidade. Algumas pesquisas que abordam o medo do crime e da violência (Gerbner, ano; Caldeira, 2000; Glassner, 2003; Baierl, 2004) apontam para a complexidade que essa questão assume em nossa sociedade, tendo em vista a quantidade de informações a respeito do crime e da violência que recebemos dos meios de comunicação de massa diariamente. Informações que nem sempre tiveram uma investigação apurada dos fatos e que, muitas vezes, são veiculadas de forma descontextualizada e fragmentada, como podemos observar no capítulo cinco desta dissertação.

Deixamos claro, assim como fizeram os autores a cima citados, que não se trata de culpabilizar os meios de comunicação de massa, tampouco de desresponsabilizá-los pelas informações que transmitem. Todavia, concordamos com Gaviria (2011) quando ressalta a importância do papel da mídia nesse processo de proliferação do medo social. A divulgação incansável, por parte dos meios de comunicação de massa, do sofrimento e da dor de quem sofreu algum tipo de violência contribui apenas para acentuar o sentimento de medo. O que se observa nas notícias e informações veiculadas é a concepção de que o crime e a violência estão sempre em crescimento, em qualquer lugar, apesar de muitas vezes estar acontecendo o contrário.

A mídia, ao transmitir informações sobre acontecimentos de violência, ritualiza as ameaças, colaborando assim para a reprodução do medo e a implementação de medidas de segurança. Em decorrência da representação elaborada pela imprensa, o medo é partilhado e socializado, mas, ao mesmo tempo, é ampliado e estendido. A consequência é que se deseja *controlá-lo* [grifo nosso] cada vez mais (Gaviria, 2011, p. 68).

Além disso, de acordo com Baierl (2004), as informações sobre o crime e a violência veiculadas inadequadamente acabam motivando um medo que não corresponde com a realidade, ampliando ainda mais a sensação de insegurança e os sentimentos de medo da população. Contudo, o sentimento proliferado de medo do crime e da violência vem gerando medidas autoritárias por parte dos cidadãos e do Estado, leis voltadas para a punição, ao mesmo tempo que, contribui para a legitimação das indústrias de segurança privada, para a segregação social, bem como, vem favorecendo o armamento da sociedade civil.

Ressaltamos que o medo exacerbado do crime e da violência gera consequências nocivas para sociedade. Na maioria das vezes, contribui erroneamente para a implementação de políticas que não resolvem os problemas advindos da problemática da violência e do crime.

Para finalizar, explicitamos que, a partir da análise realizada nos eixos 1 e 2, o funcionamento discursivo tende para o tipo de discurso autoritário, ou seja, encontramos predominantemente a reincidência da paráfrase nas notícias submetidas à análise. De acordo com Orlandi (2009a, 2009b), existem três tipos diferentes de funcionamento do discurso: discurso autoritário, discurso polêmico e discurso lúdico. O discurso autoritário é aquele em que a polissemia é contida. Já o discurso polêmico é aquele em que a polissemia é controlada e existe uma relação de disputa pelos sentidos entre os interlocutores do discurso. Diferentemente dos outros dois tipos, o discurso lúdico é aquele em que a polissemia está aberta e os interlocutores não estão fixados na sua relação com os sentidos.

Ainda, gostaríamos de enfatizar que ao encontrarmos a dominância da paráfrase, percebemos a repetição dos sentidos e não o contrário, a ruptura com os sentidos postos. Por isso, podemos dizer que há uma tendência do discurso para o tipo autoritário onde a polissemia é contida. Orlandi (2009a) enfatiza que não há nunca um discurso puramente autoritário, lúdico ou polêmico, isto quer dizer que, o que existe são predominâncias e tendências para um ou para outro.

Abaixo segue as sequencias discursivas...

**SD01** - Fátima Bernardes - **Um ataque de bandidos ontem a noite apavorou dezenas de cidadãos** numa das principais vias expressas da cidade. (06/4/2011)

**SD02** - Voz/off - Mas para quem passou ontem pelo sufoco de **ter uma pistola encostada na cabeça o medo ainda é forte**. (06/4/2011)

**SD03** - Entrevistado - A gente trabalha é... **não sabe nem se vai chegar vivo em casa**. (06/4/2011)

**SD04** - Voz/off - As imagens do *Youtube* mostram, do lado de fora, a chegada da polícia. **Crianças em pânico deixam a escola feridas. Crianças em pânico deixam a escola feridas** e ficam na calçada à espera de socorro. É possível **ouvir novamente o que parecem ser tiros**. (08/4/2011)

**SD05** - Voz/off - A dor numa idade que devia ser de alegria. **Além da dor, o medo**. (08/4/2011)

**SD06** - Rita Manso (Instituto de Psicologia - UERJ) - Elas encolherem, quer dizer, elas se fecharem é... não quererem mais partilhar nada na vida. **Ter medo de tudo, desenvolverem sintomas fóbicos.** Desenvolverem o que hoje a mídia chama muito de **Síndrome do Pânico**, a Psiquiatria, né. **E não querer mais sair de casa. Não querer estabelecer laços.** (08/4/2011)

**SD07** - Bruna Vitória (quatorze anos) - **Ele morreu no meu pé, eu não tive reação e os tiros continuando no andar de cima.** (08/4/2011)

**SD08** - Mateus Coelho (treze anos) - Ele **procurava as pessoas assim e mirava na cabeça e atirava.** (08/4/2011)

**SD09** - Voz/off - **O horror vivido pelas crianças em Realengo é tão forte quanto o de quem passa por uma guerra.** Como explica a psicóloga. (08/4/2011)

**SD10** - Rita - **São situações limites. O ser humano é colocado num limiar do possível de suportar, mas as pessoas inventam formas de continuarem suas vidas, né.** (08/4/2011)

**SD11** - William Berger (psiquiatria - UFRJ) - Isso aconteceu na escola. Então, elas podem evitar ir para a escola, **podem ter medo de retornar à escola** e o aprendizado se torna cada vez mais difícil. (08/4/2011)

**SD12** - Voz/off - Atenção e amparo, é o que pode ajudar os jovens a superar, dizem os psicólogos. É preciso deixar que eles falem do medo que estão sentindo. Insistir que desabafem quando estiverem muito calados. E como acontece tantas vezes, **este sofrimento terrível pode levar os jovens a uma compreensão mais profunda do mundo e mais cheia de esperança.** (08/4/2011)

**SD13** - Rita - **É uma situação limite, mas eles sobrevivem e podem criar em cima disso.** (08/4/2011)

**SD14** - Voz/off - Mais um dia de dor, mais uma despedida. Não há como descrever o sentimento da família de Ana Carolina Pacheco da Silva. Carol tinha treze anos e teve o corpo

cremado hoje de manhã. Boa aluna, filha querida, **deixou uma saudade imensa na casa de onde saiu na quinta-feira, pra não voltar.** (09/4/2011)

**SD15** - Chico Pinheiro - **O bairro de Realengo tenta se recuperar do trauma da violência.** (09/4/2011)

**SD16** - Voz/ distorcida - **Acordei meio assustada**, não sabia o que tava acontecendo. Eu abri a janela da minha casa, **tinha dois homens caídos no chão.** Foi uma **coisa horrorosa.** (11/4/2011)

**SD17** - Fátima Bernardes - **Em São Paulo a violência tem assustado quem frequenta ou visita um lugar que é símbolo da cidade.** (12/4/2011)

**SD18** - Graziela Azevedo - O crime de ontem aqui em frente ao Parque Trianon foi o mais recente, mas por não ter sido único, preocupa. E levanta a questão: **A avenida mais famosa de São Paulo é um lugar seguro?** (12/4/2011)

**SD19** - Voz/off - Não foi para Henrique, atingido por um taco de Baseball em uma livraria da região. Ele morreu depois de dez meses em coma. O agressor está internado em manicômio judiciário. Outros ataques aconteceram motivados principalmente pelo preconceito contra os homossexuais. Do ano passado pra cá foram pelo menos oito casos de agressão com lâmpada, com soco inglês. **Casos assim geram indignação e deixam muita gente com medo.** (12/4/2011)

**SD20** - Entrevistada - **De tudo, as pessoas, né. Agora mesmo você agora se me assustou.** (12/4/2011)

**SD21** - Voz/off - **Hoje o sangue foi lavado e a paulista seguiu sua vocação.** Um lugar de passeio, de correria, de trabalho, por onde passam mais de um milhão e meio de pessoas por dia. (12/4/2011)

**SD22** - Fátima Bernardes - **Quadrilhas que usam explosivos para roubar têm assustado cidades do Brasil todo.** Esse assunto já foi tema do JN no ar, em fevereiro, mas na ação criminosa que se repetiu hoje em São Paulo os ladrões foram surpreendidos. (28/4/2011)

**SD23** - William Bonner - **Uma onda de ataques a caixas eletrônicos em estabelecimentos comerciais está assustando a população da grande São Paulo.** (12/5/2011)

**SD24** - Fátima Bernardes - **Desde o mês passado foram quarenta e três casos, três nas últimas vinte e quatro horas.** (12/5/2011)

**SD25** - Antonio Macedo Filho (comerciante) - **Eu vou tirar tudo porque não dá. Esse não é o primeiro. Já aconteceu na outra loja.** (12/5/2011)

**SD26** - Cezar Menezes - **Foi a insegurança que levou os caixas eletrônicos pra dentro do comércio.** Até a década de noventa ele ficavam na rua, mas uma onda de seqüestros relâmpago fez bancos e lojistas entrarem em acordo para dar mais segurança aos clientes na hora de sacar dinheiro. **Agora, essa facilidade está novamente ameaçada pelo medo.** Off – Os comerciantes gostavam dos caixas porque eles atraíam clientes com dinheiro na mão, mas essa sensação mudou. (12/5/2011)

**SD27** - Entrevistada - **Quando colocou esse caixa aí eu fiquei bastante preocupada.** (12/5/2011)

**SD28** - Entrevista - **Eu tento me afastar o máximo possível.** (12/5/2011)

**SD29** - Voz/off - **Até a Federação Brasileira de Bancos reconhece o perigo.** (12/5/2011)

**SD30** - Wilson Gutierrez (diretor técnico da FEBRABAN) - Isso é uma decisão do próprio comerciante. **Se ele achar que ele está correndo risco com a instalação desse equipamento, ele tem que entrar em contato como banco e pedir para retirar o equipamento.** Em todo caso, quem vai ser prejudicado é a população. (12/5/2011)

**SD31** - Márcio Gomes - **O Jornal Nacional começa falando de um crime que se banalizou em todo o país, os assaltos violentos a caixas eletrônicos.** (14/5/2011)

**SD32** - Jocicleide Alves (técnica agropecuária) - **Tive um susto enorme e acordei com muito medo, né. Muito tremula, um medo muito grande. Uma coisa que você não consegue, é, imaginar.** (14/5/2011)

**SD33** - Zélia Ramos de Paiva (mãe de Felipe<sup>22</sup>) - **Ele falou que estava cansado de, disso que ele, pra não correr mais nenhum risco.** (19/5/2011)

**SD34** - César Galvão - **Os estudantes dizem que se sentem seguros enquanto estão dentro dos prédios da USP. O problema é quando as aulas terminam e eles precisam voltar para casa.** A maioria dos estacionamentos conta apenas com uma cancela e com vigias desarmados. Desde abril dezenove carros foram levados aqui de dentro da USP, dez estudantes foram assaltados e dois sofreram seqüestro relâmpago. Off - A morte de Felipe causou protesto. (19/5/2011)

**SD35** - João Carlos Borda - A troca de tiros foi naquela casa a quase cem metros daqui. Mesmo nessa distância, algumas casas foram atingidas. Nesta os tiros pegaram aqui e no portão. **Aqui têm pelo menos uma, duas, três, quatro, cinco marcas de tiros. O dono da casa estava de saída e só teve tempo de proteger a família.** (31/5/2011)

**SD36** - Ronivaldo Deodoro (motorista) - **Eu abri o portão pra mim sair pra trabalhar, a hora que eu saí tinha um policial que falou pra mim, não sai não. Corre pra dentro.** No que eu corri pra dentro, eu escutei só tiro. Tiro um atrás do outro. Eu peguei os meninos, aí deitou no chão lá no quarto e ficou. E o helicóptero aqui voando, e tiro, bala. **Uma coisa que, eu nunca vi isso na minha vida, tanto tiro.** (31/5/2011)

---

<sup>22</sup> Estudante da Universidade de São Paulo (USP) assassinado no estacionamento da universidade.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Passamos por diferentes etapas em nossa pesquisa, cada qual com suas especificidades. Em cada etapa procuramos iluminar a discussão sobre como os discursos sobre violência e crime são veiculados pelo telejornal em foco. Etapas que julgamos pertinentes e necessárias para chegarmos até aqui, sempre procurando deixar transparente, o lugar em que nos encontramos no vasto campo científico, bem como demarcando o lugar de onde falamos e, a partir de quais perspectivas estamos olhando para o fenômeno em questão.

Foram discutidas diversas questões referentes à definição de violência e de crime. Mostramos que definir violência é uma tarefa árdua, haja vista que ao entendermos a violência como uma forma de linguagem, como um discurso, defini-la seria fechá-la em si mesma. Como assinalam Bill, Soares e Athayde (2005), embora violência seja uma palavra aparentemente simples, ela guarda muitos sentidos diferentes.

Sendo a violência um fenômeno amplo, complexo e multifacetado não permite que se reduza a um conceito fixo, rígido e delimitado em uma simples definição ou, até mesmo, esteja ligada a um único campo do saber. Além disso, procuramos refletir criticamente sobre a problemática do crime e da violência no contexto brasileiro, através de sua contextualização histórica e social, desde a era colonial até os dias atuais.

Foram apresentados conceitos específicos referentes aos meios de comunicação de massa, sobretudo, no que diz respeito ao telejornalismo e à televisão. Destacamos que a inserção e a ampliação dos meios de comunicação de massa, principalmente da televisão, em todas as esferas da vida social é um fato considerado incontestável. Como também, é incontestável o impacto destes nas experiências e nas interações interpessoais no contexto contemporâneo. Enfim, buscamos compreender como os meios de comunicação de massa estão inseridos no contexto contemporâneo, sobretudo, no âmbito nacional, assim como procuramos entender como opera a prática jornalística, principalmente, em nosso país.

Na análise quantitativa, encontramos os seguintes resultados: das 49 edições gravadas, 29 edições apresentam notícias sobre violência e crime incluídas na delimitação da pesquisa, perfazendo um total de 59,18% das edições gravadas. As informações transmitidas sobre a problemática da violência e do crime centram-se, especialmente, nas classificações furto ou roubo e homicídio. Logo, o corpus empírico desta pesquisa é composto por um total de 44 notícias sobre violência e crime nestas 29 edições, sendo 26 no mês de abril e 18 no mês de maio. Das 44 notícias, 12 tem a mesma pauta (e.g., Realengo, Verônica Paiva) -, o que resulta

em 32 pautas diferentes (por exemplo, *Travesti*, *Skinhead*). Tais indicadores são importantes, pois os índices constatados indicam que o JN da Rede Globo de Televisão é um noticiário no qual são transmitidas informações sobre a problemática do crime e da violência. Sendo o JN um agente veiculador das notícias sobre violência e crime, partimos para a análise qualitativa, ou seja, nos propomos a investigar os discursos sobre violência e crime veiculados no JN.

No eixo analítico “A sociedade insegura: formas de controle e vigilância”, abordamos as novas estratégias que vêm sendo utilizadas pela sociedade em relação ao controle do crime e da violência nas cidades contemporâneas. Este eixo contempla, também, uma discussão a respeito das transformações ocorridas nas últimas décadas no pensamento e na política criminal. As racionalidades e estratégias de controle e segurança em nossa sociedade vêm mudando substancialmente. Vivemos cercados por diferentes formas de controle e “necessitamos” cada vez mais de aparatos tecnológicos de segurança. Diante desta necessidade por segurança vemos nossos hábitos e rotinas serem transformados radicalmente, ou seja, para toda e qualquer situação rotineira crescem a utilização dos aparatos tecnológicos de controle e segurança. Destacamos que mesmo diante de tantos aparatos tecnológicos de segurança e de formas de policiamento distintas, ainda nos sentimos inseguros e amedrontados.

No segundo eixo, abordamos os sentimentos de insegurança e de medo em relação ao crime e a violência que faz proliferar a utilização dos aparatos de segurança e controle, ao mesmo tempo que contribui para a legitimação da indústria de segurança privada. Ressaltamos que o medo exacerbado do crime e da violência tem provocado consequências nocivas para sociedade. Na maioria das vezes, contribui erroneamente para a implementação de políticas que não resolvem os problemas advindos da problemática da violência e do crime, como também, acaba gerando medidas autoritárias por parte dos cidadãos e do Estado, ao mesmo tempo que, propicia a manutenção da exclusão e da segregação social.

Como mencionando anteriormente, os dois eixos de nossa análise são indissociáveis, até porque a sensação de insegurança que assola nosso tempo deriva, da mesma forma em que é derivada, sobretudo, dos sentimentos proliferados de medo do crime e da violência. Deste modo, se no primeiro eixo o que se sobressai é a noção de cultura do controle (Garland, 2008), já no segundo eixo, podemos dizer que, o que se destaca é a noção de cultura do medo (Glassner, 2003). Ao nosso ver, são duas noções que, embora tenham sido trabalhadas separadamente, estão intensamente interligadas.

Ainda, é preciso ser dito que ao longo do percurso deste trabalho, nos deparamos com inúmeras dificuldades, angústias, descobertas e muitos questionamentos emergiram a partir de

nosso (re)encontro com a temática. Nosso processo de pesquisa possibilitou que revisássemos conceitos, paradigmas, pressupostos, ao mesmo tempo em que reformulamos práticas e, por vezes, trilhamos caminhos incertos. No final deste percurso, muitas questões se mantêm em aberto e fica difícil “falarmos” em conclusões e em considerações que possam ser tomadas como finais tendo em vista a complexidade e a abrangência de nosso objeto de estudo. Torna-se ainda mais difícil pensar em conclusões quando se está filiado a um campo teórico que concebe o sentido como possível de ser sempre outro. Dessa forma, sob a perspectiva da AD francesa, não existe discurso fechado e, sim, um processo discursivo que permite recortes e análises diferentes. Portanto, o objeto é sempre inesgotável. Por outro lado, podemos, a partir do trabalho de pesquisa realizado, vislumbrar alguns caminhos possíveis para compreender o fenômeno em questão.

Assim, consideramos, por exemplo, que o tempo de gravação do telejornal (dois meses) foi restrito. Logo, se estendêssemos as gravações poderíamos ter resultados diferentes dos que obtivemos neste trabalho. Acreditamos que a ampliação do tempo de gravação, dando uma maior margem de análise, seria importante para aprofundamento das questões que envolvem este estudo.

Ainda, a análise de um único veículo de comunicação, neste caso, o JN, pode ser outra limitação relevante em nossa pesquisa. Para que a análise possa ser aprofundada julgamos importante, para pesquisas futuras, a realização de um estudo comparativo com outros telejornais, incluindo, também, outras emissoras de televisão. Deste modo, teríamos uma visão bastante ampliada da prática jornalística em nosso país, pois a Rede Globo de Televisão não é a única emissora que abrange grande parte do território nacional. No entanto, acreditamos que ao focarmos nosso trabalho no JN e, portanto, na Rede Globo de Televisão, alcançamos nossos objetivos, pois trata-se da maior empresa de telecomunicação do país e da América Latina com ampla abrangência e com grande número de telespectadores, como pudemos observar no sub-capítulo referente as condições de produção do discurso.

Levando em conta a complexidade do objeto de nosso estudo, propomos que outras pesquisas possam ser realizadas de maneira interdisciplinar, incluindo pesquisadores de outros campos do conhecimento, como por exemplo, da comunicação social, do direito, das ciências sociais, etc. Dessa forma, estaríamos abarcando os vários aspectos que envolvem a problemática do crime e da violência em nosso país.

Para finalizar, deixamos a palavra com Garland (2008, p. 244):

Em que pese o fato de o crime possuir distribuição social bastante desigual, e dos riscos de vitimização estarem desproporcionalmente concentrados nos distritos urbanos mais pobres, o crime agora é vastamente experimentado como um fato primordial da vida moderna. Para a maioria das pessoas, especialmente aquelas que vivem nas cidades e nos subúrbios, o crime não é mais uma aberração ou um evento inesperado, anormal. Ao revés, a ameaça do crime se tornou um aspecto rotineiro da consciência moderna, uma possibilidade sempre presente que se deve sempre “ter em mente”. O crime veio a ser referido como risco de todo dia, que deve ser habitualmente estimado e administrado de forma semelhante com que lidamos com o trânsito – outro perigo mortal que se tornou elemento normal do cenário moderno. Ao longo do período correspondente a uma geração, as altas taxas de criminalidade passaram a ser um aspecto natural das nossas vidas – um elemento aceito da pós-modernidade. As propagandas, agora onipresentes sobre segurança, que nos dizem que “um carro roubado a cada minuto” ou que “um cartão de crédito é perdido ou roubado a cada segundo”, expressam esta experiência com precisão: o crime forma uma parte do nosso ambiente diário e é constante como o próprio tempo.

E constante como a própria mídia...

## REFERÊNCIAS

- Abreu Filho, N. P. (Org). (2009). *Constituição Federal, Código Penal e Código de Processo Penal*. Porto Alegre: Verbo Jurídico.
- Adorno, S. (2002). Exclusão socioeconômica e violência urbana. *Sociologias*, Porto Alegre, 4(8), 84-135. Recuperado em 20 de outubro, 2010 de <http://www.scielo.br/pdf>.
- Amaral, L. (2010). O imaginário do medo: violência urbana e segregação espacial na cidade do Rio de Janeiro. *Contemporânea*, Rio de Janeiro, 8(1). Recuperado em 17 de janeiro, 2012, de <http://www.contemporanea.uerj.br>.
- Baierl, L. F. (2004). *Medo social: da violência visível ao invisível da violência*. São Paulo: Cortez.
- Bauman, Z. (1999). *Globalização: as consequências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- \_\_\_\_\_. (2008). *Medo líquido*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- \_\_\_\_\_. (2009). *Confiança e medo na cidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Belloni, M. L. (2001). *O que é mídia-educação*. Campinas: Autores Associados.
- Benevides, M. V. (1983). *Violência, povo e polícia: violência urbana no noticiário de imprensa*. São Paulo: Brasiliense.
- Bill, M., Athayde, C. & Soares, L. E. (2005). *Cabeça de porco*. Rio de Janeiro: Objetiva.
- Bourdieu, P. (1997). *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- Bucci, E. (2004). Ainda sob o signo da Globo. In: Bucci, E. & Kehl, M. R. (Orgs). *Videologias: ensaios sobre a televisão*. São Paulo: Boitempo.
- Cademartori, A. C. & Chagas, A. T. S. (2007). *A criminalidade juvenil no contexto atual*. Trabalho de Conclusão de Curso – não publicado. Universidade Luterana do Brasil. Santa Maria, RS, Brasil.
- Cademartori, A. C. & Santos, A. C. (2009). *A construção do imaginário social da violência*. Trabalho de Curso – não publicado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS, Brasil.
- Castells, M. (1996). *The rise of the network society: the Information age: economy, society and culture*. v. I. Oxford: Blackwell Publisher.
- Castoriadis, C. (1982). *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Caldeira, T. P. R. (2000). *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Edusp.

Champagne, P. (1997). A visão mediática. In: Bourdieu, P. (Coord.). *A miséria do mundo* (pp. 63-80). Petrópolis: Vozes.

Charaudeau, P. (2009) *Discurso das mídias*. São Paulo: Contexto.

Delumeau, J. (1989). *História do medo no ocidente: 1300-1800, uma cidade sitiada*. São Paulo: Companhia das Letras.

\_\_\_\_\_. (2006). Uma história do medo. In: Sociedade do Risco: O Medo na Contemporaneidade. São Leopoldo: IHU ONLINE – UNISINOS, ano VI, pp. 25-28. Recuperado em 25 de novembro, 2011 de <http://www.unisinus.br/ihu>.

Duby, G. (1998). *Ano 1000, ano 2000: na pista de nossos medos*. São Paulo: Ed. UNESP.

Endo, P. C. (2005). *A violência no coração da cidade: um estudo psicanalítico sobre as violências na cidade de São Paulo*. São Paulo: Escuta/Fapesp.

FBI. CIUS (1996). *Section II. Crime index offenses reported*. Recuperado em 15 de agosto, 2001, de <http://www.fbi.gov/about-us/cjis/ucr/crime-in-the-u.s/1996/96sec2.pdf>.

Ferraz, S. M. T. & Possidônio, E. R. (2004). Violência, medo e mercado: uma análise da publicidade mobiliária. *Impulso*, Piracicaba, 15(37), 79-88. Recuperado em 04 de janeiro, 2012, de <http://www.uff.br/arqviol/producao.html>.

Ferreira, A. B. de H. (2004). *Miniaurélio Eletrônico versão 5.12*. São Paulo: Editora Positivo Informática Ltda.

Freitas, W.C.P. (2004). *Espaço urbano e criminalidade: lições da Escola de Chicago*. São Paulo: Método.

Foucault, M. (1987). *Vigiar e punir: o nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes.

Garland, D. (1999). As contradições da “sociedade punitiva”: o caso britânico. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, 59-80. Recuperado em 23 de outubro, 2011, de <http://www.scielo.br>.

\_\_\_\_\_. (2008). *A cultura do controle: crime e ordem social na sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro: Revan.

Gavíria, M. R. (2011). Medo ao poder e poder do medo na construção de um território de violência. In: Santos, J. V. T., Teixeira, A. N. & Russo, M. (Orgs). *Violência e cidadania: práticas sociológicas e compromissos sociais*. Porto Alegre: Sulina, Editora da UFRGS.

Glassner, B. (2003). *Cultura do medo*. São Paulo: Francis.

Gracia, T. I. (2004). O “Giro Lingüístico”. In: Iñiguez, L. (Org). *Manual de análise do discurso em Ciências Sociais* (pp. 19-49). Petrópolis, RJ: Vozes.

Guareschi, P. (2004). *Psicologia social crítica: como prática de libertação*. Porto Alegre: EDIPUCRS.

Guareschi, P. & Biz, O. (2005). *Mídia, educação e cidadania: tudo o que você deve saber sobre a mídia*. Rio de Janeiro: Vozes.

Guia, M. J. (2010). Imigrantes e criminalidade violenta em Portugal: que relação? *Revista Eletrônica dos Programas de Mestrado e Doutorado do CES/ FEUC/ FLUC*, 4. Recuperado em 11 de novembro, 2011, de [http://cabodostrabalhos.ces.uc.pt/pdf/15\\_Maria\\_Joao\\_Guia.pdf](http://cabodostrabalhos.ces.uc.pt/pdf/15_Maria_Joao_Guia.pdf).

Iñiguez, L. (2004). *Manual de análise do discurso em ciências sociais*. Petrópolis, RJ: Vozes.

InfoPen (2000). Recuperado em 15 de agosto, 2011, de <http://portal.mj.gov.br/data/Pages/MJD574E9CEITEMIDC37B2AE94C6840068B1624D28407509CPTBRIE.htm>.

InfoPen (2010). Recuperado em 15 de agosto, 2011, de <http://portal.mj.gov.br/data/Pages/MJD574E9CEITEMIDC37B2AE94C6840068B1624D28407509CPTBRIE.htm>.

Jornal Nacional (2011a). *Jornal Nacional ganha Emmy por cobertura da ocupação do Complexo do Alemão*. Recuperado em 10 de janeiro, 2011, de <http://g1.globo.com/videos/jornal-nacional/>.

\_\_\_\_\_. (2011b). *Jornalistas da Rede Globo relembram a cobertura da ocupação do Complexo do Alemão*. Recuperado em 10 de janeiro, 2011, de <http://g1.globo.com/videos/jornal-nacional/>.

\_\_\_\_\_. (2011). Edição do dia 26 de setembro de 2011. Rede Globo de Televisão.

Lei Ordinária Federal nº 9.455 de 07 de abril de 1997 (1997). Recuperado em 15 de setembro, 2010, de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9455.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9455.htm).

Marion Filho, P. J. & Vieira, G. M. (2010). Fusões e aquisições (F&A) de empresas no Brasil (1990-2006). *Rev. Administração*, Santa Maria, 3(1), 109-130). Recuperado em 06 de dezembro, 2011, de <http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/reaufsm/article/view/2243/1370>.

Media Education Foundation (2010). The Mean World Syndrome. Media violence & the cultivation of fear. Featuring George Gerbner & Michael Morgan. Recuperado em 17 de janeiro, 2012, de [http://www.mediaed.org/assets/products/143/presskit\\_143.pdf](http://www.mediaed.org/assets/products/143/presskit_143.pdf).

Memória Globo (2004). *Jornal Nacional: a notícia faz história*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Minayo, M. C. S. (2006). *Violência e saúde: temas em saúde*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ.

\_\_\_\_\_. (1994). A violência social sob a perspectiva da saúde pública. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 07-18. Recuperado em 19 de abril, 2011, de <http://www.scielo.br/pdf>.

Montaño, S. (2004). A construção da telerrealidade: o caso linha direta. *Cadernos IHU*. 2(4).

Morais, R. (1981). *O que é violência urbana*. São Paulo: Brasiliense.

Nogueira, C. (2008). Análise(s) do discurso: diferentes concepções na prática de pesquisa em psicologia social. *Psicologia: teoria e pesquisa*, Brasília, 24(2), 235-242. Recuperado em 10 de janeiro, 2011, de <http://www.scielo.br>.

Núcleo de Estudos da Violência. Universidade de São Paulo – NEVUSP (2010). *4º relatório nacional sobre os direitos humanos no Brasil*. São Paulo: NEV-USP.

Oliveira, M. (2002, 31 de março). Violência ganha espaço nos jornais. *Correio Braziliense*. Recuperado em 08 de maio, 2007, de <http://www2.correioweb.com.br>.

Oliven, R. G. (1989). *Violência e cultura no Brasil*. Rio de Janeiro: Vozes.

Organización Panamericana de la Salud. (2002). *Informe mundial sobre la violencia y la salud: resumen*. Washington: D.C. OPS.

Orlandi, E. P. (2007). Maio de 1968: os silêncios da memória. In: Achard, P. [et al.]. *O papel da memória*. São Paulo: Pontes Editores.

\_\_\_\_\_. (2009a). *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. São Paulo: Pontes.

\_\_\_\_\_. (2009b). *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. São Paulo: Pontes.

\_\_\_\_\_. (2010). Análise de discurso. In: Orlandi, E. P. & Rodrigues, S. L. (Orgs). *Introdução às ciências da linguagem: discurso e textualidade*. São Paulo: Pontes Editores.

Pêcheux, M. (2010). A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. In: Gadet, F. & Hak, T. (Orgs). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux* (pp. 159-247). Campinas: Editora da Unicamp.

Pereira Junior, L. C. (2009). *A apuração da notícia: métodos de investigação na imprensa*. Rio de Janeiro: Vozes.

PNAD. (2009)  
Recuperado em 28 de outubro, 2011, de <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2009/>.

Ramos, M. B. (2006). *Discursos sobre ciência e tecnologia no Jornal Nacional*. Dissertação de Mestrado. Florianópolis. Recuperado em 08 de maio, 2007, de <http://www.ppgect.ufsc.br/dis/38/dissert.pd>.

Ribeiro, D. (1985). *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras. Recuperado em 16 de setembro, 2011, de <http://www.iphi.org.br>.

Rondelli, E. (1994). Televisão: modos de ver, modos de dizer. In: Neto, A. F., Braga, J. L. & Porto, S. D. (Orgs). *Brasil, comunicação, cultura e política*. Rio de Janeiro: Diadorim Editora Ltda.



Roso, A. (2007). O cotidiano no campo da saúde: ética e responsabilidade social. In: Veronese, M. V. & Guareschi, P. A. (Orgs). *Psicologia do cotidiano: representações sociais em ação* (pp. 119-146). Petrópolis: Vozes.

Sá, A. A. B. (1994). Jornal Nacional: ideologia e discurso. In: Neto, A. F., Braga, J.L. & Porto, S.D. (Orgs). *Brasil, comunicação, cultura e política*. Rio de Janeiro: Diadorim Editora Ltda.

Soares, L. E. (2007). Juventude e violência no Brasil contemporâneo. In: Novaes, R. & Vannuchi, P. (orgs). *Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.

Sodré, M. (2009). *A narração do fato: notas para uma teoria do acontecimento*. Petrópolis, RJ: Vozes.

Sousa, J. P. (2004). *Construindo uma teoria multifactorial da notícia como uma teoria do jornalismo*. Recuperado em 20 de junho, 2011, de <http://bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-multifactorial-jornalismo.pdf>.

Strey, M. N., Jacques, M. G. C., Bernardes, M. G., Guareschi, P. A., Carlos, S. A. & Fonseca, T. M. G. (1998). *Psicologia social contemporânea: livro-texto*. Petrópolis, RJ: Vozes.

Thompson, J. B. (2007). *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis, RJ, Vozes.

Waiselfisz, J. J. (2010). *Mapa da violência 2010: anatomia dos homicídios no Brasil*. São Paulo: Instituto Sangari.

Zaluar, A. (1999). Violência e crime. In: Miceli, S. (Org). *O que ler na ciência social brasileira (1970 – 1995)*. São Paulo: Sumaré, ANPOCS.



## **ANEXOS**



**ANEXO 1**  
**QUADRO GERAL**



**ANEXO 2**  
**DVD – EDIÇÃO DAS NOTÍCIAS**